



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS**

CAIO AUGUSTO SILVA VALENTINO

EMIGRAÇÃO PARAGUAIA: OS EFEITOS DE UM PROCESSO ESTRUTURAL

CAMPINAS

2018

CAIO AUGUSTO SILVA VALENTINO

EMIGRAÇÃO PARAGUAIA: OS EFEITOS DE UM PROCESSO ESTRUTURAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a defesa da obtenção do título de Mestre em Demografia.

Supervisor/Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Silvia Volpi Scott

Co-supervisor/Coorientador: Prof^ª. Dr^ª. Rosana Aparecida Baeninger

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELO ALUNO(A) CAIO AUGUSTO SILVA VALENTINO, E ORIENTADA PELO(A) PROFESSOR(A) PROF(A) DR(A) ANA SILVIA VOLPI SCOTT

CAMPINAS

2018

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

V235e Valentino, Caio Augusto Silva, 1991-
Emigração paraguaia : os efeitos de um processo estrutural / Caio Augusto
Silva Valentino. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Ana Silvia Volpi Scott.
Coorientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Remessas de migrantes. 3. Paraguai - Migração. I. Scott,
Ana Silvia Volpi, 1959-. II. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. III.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Paraguayan emigration : the effects of a structural process

Palavras-chave em inglês:

Migration

Emigrant remittances

Paraguay - Migration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Ana Silvia Volpi Scott [Orientador]

Hugo Raul Oddone Scura

Alberto Augusto Eichman Jakob

Data de defesa: 25-04-2018

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9220-5094>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9171092576659058>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação/Tese de Mestrado/Doutorado/Mestrado Profissional, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de abril de 2018, considerou o(a) candidato(a) Caio Augusto Silva Valentino aprovado(a).

Prof(a) Dr(a) Ana Silvia Volpi Scott

Prof(a) Dr(a) Hugo Raul Oddone Scura

Prof(a) Dr(a) Alberto Augusto Eichman Jakob

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Aos meus pais,
Dilma e Edson.*

Agradecimentos

Gostaria de endereçar meus mais sinceros agradecimentos às pessoas e às instituições que tornaram possível a concretização de mais essa etapa da minha vida acadêmica e profissional.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pelo financiamento e apoio à pesquisa.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO), faço meus agradecimentos pelo suporte institucional.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Ana Silvia Volpi Scott, fica minha gratidão, pela dedicação e atenção dispendida ao longo da escrita deste trabalho, e também minha admiração pelo exemplo de pesquisadora e docente. Sem dúvidas, seu rigor científico e leitura atenciosa foram essenciais para o desenvolvimento do estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Demografia, em especial àqueles com os quais tive a oportunidade de ter aula (José Marcos, Tirza, Maria Coleta, Joice, Luciana, Everton, Alberto, Rosana e Roberta), sou grato por todo o conhecimento compartilhado.

Aos professores Dr. Hugo Oddone e Dr^a. Roberta Guimarães Peres, agradeço por terem participado da banca de Qualificação – suas contribuições foram fundamentais na consolidação do estudo. Sou ainda grato por terem aceitado participarem da banca de Defesa, agradecimento que estendo ao Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob.

Aos pesquisadores e funcionários do NEPO, gostaria de agradecer pela atenção e solicitude em ajudar sempre que precisei.

Aos meus amigos da coorte de ingressantes de 2016 (Arthur, Juliana, Leandro, Lívia, Luiza, Milena e Rinaldo), sou grato por terem tornado esse caminhar mais suave com o companheirismo ao longo das disciplinas e os momentos de descontração e risadas. Agradeço ainda a todos os outros amigos e colegas da Demografia, os quais de uma alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, deixo minha gratidão por todo amor, apoio e valores transmitidos, são eles que me dão força para trilhar o caminho que sigo. Agradeço também aos meus familiares e amigos de longa data, por todo apoio e incentivo.

“Vivemos todos, neste mundo, a bordo de um navio saído
de um porto que desconhecemos para um porto que
ignoramos; devemos ter, uns para os outros,
uma amabilidade de viagem”.

Bernardo Soares – Heterônimo de Fernando Pessoa.

In: ZENITH, R. (Org.). Como viver (ou não) em 777 frases de Fernando Pessoa. Quetzal:

Lisboa, 2014.

Resumo

Este estudo teve por objetivo geral analisar a emigração internacional paraguaia mais recente e sua contrapartida, as remessas financeiras enviadas pelos migrantes. Buscou-se assim compreender os efeitos provocados por essa variável demográfica, principalmente, ao debater suas implicações para o mercado laboral nacional e, ao discutir a importância das remessas para a economia do país e para os domicílios receptores. Para contemplar os objetivos propostos, fez-se necessário o uso de múltiplas fontes de dados, principalmente dos microdados da *Encuesta Permanente de Hogares* de 2010 e dos censos demográficos dos principais países de destino desses emigrantes (Argentina, Brasil e Espanha). De modo geral, percebeu-se, ao longo da análise, que a emigração se constitui como uma variável estrutural que permeia a história desse país. Mais recentemente, os deslocamentos observados foram fomentados principalmente por razões laborais, as quais retratam a incapacidade do atual modelo de desenvolvimento econômico gerar empregos, especialmente, frente ao bônus demográfico pelo qual o país passa. Por outro lado, observou-se a importância crescente das ajudas financeiras recebidas do exterior, no caso dos domicílios receptores, essas remessas foram responsáveis por diminuir os diferenciais de renda em relação àqueles não receptores, bem como contribuíram para ampliação do consumo básico (alimentação e vestimenta).

Palavras-chave: Paraguai; emigração paraguaia; remessas financeiras.

Abstract

This study had the aim of analyzing the recent international emigration of Paraguayans and its counterpart, the remittances sent by those migrants. Throughout the analysis, we sought to understand the effects of this demographic variable, especially when discussing its implications to the national labor market and the importance of the remittances to the country's economy and the households. In order to achieve the objectives that were proposed, we used data of different data sources, especially those of the *Encuesta Permanente de Hogares* of 2010 and the demographic censuses of the main receiving countries (Argentina, Brazil and Spain). In general, we observed that Paraguayan emigration constitutes as a structural variable that permeates the national history. The recent migratory processes were fomented mainly by labor reason, which portrays the incapacity of the current economic development model in creating new labor opportunities, especially when considering the demographic bonus that the country is passing through. On the other hand, we observed the increasing importance of the migrant remittances, in the case of the receiving households, these financial resources were responsible for reducing income differentials in comparison to those of non-receiving households and also contributed to increase basic consumption (food and clothing).

Keywords: Paraguay; Paraguayan emigration; remittances.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB, Paraguai, 2000 a 2010	39
Gráfico 2 – Taxa de Desemprego aberto e Taxa de Subemprego, Paraguai, 2000/1 a 2010 ..	40
Gráfico 3 – População nascida no Paraguai e residente na Argentina, Censo demográfico argentino, 1869 a 2010	49
Gráfico 4 – População nascida no Paraguai e residente no Brasil, Censo demográfico brasileiro, 1940 a 2010	50
Gráfico 5 – População nascida no Paraguai e residente na Espanha, 1998 a 2011	54
Gráfico 6 – Estrutura etária da população emigrante, Paraguai, 2010	75
Gráfico 7 – Estrutura etária da população paraguaia residente na Argentina, 2010.....	81
Gráfico 8 – Estrutura etária da população paraguaia residente no Brasil, 2010.....	81
Gráfico 9 – Estrutura etária da população paraguaia residente na Espanha, 2011	88
Gráfico 10 – Estatísticas vitais (por 1.000 habitantes), população latino-americana e população mundial, 1950 a 2010	96
Gráfico 11 – Mortalidade menores de 5 anos de idade (por 1.000 habitantes), população latino-americana e população mundial, 1950 a 2010	96
Gráfico 12 – Estatísticas vitais (por 1.000 habitantes), população paraguaia, 1950 a 2010 ...	99
Gráfico 13 – Taxa de crescimento populacional (por 1.000 habitantes), América Latina e Paraguai, 1950 a 2010	100
Gráfico 14 – Taxa de migração (por 1.000 habitantes), Paraguai, 1950 a 2010	101
Gráfico 15 – Cenários de projeção populacional (por 1.000 habitantes), Paraguai, 2015 a 2050	102
Gráfico 16 – Razão de dependência econômica, Paraguai, 1950 a 2100	104
Gráfico 17 – Taxa de ocupação, Paraguai, 1997/8 a 2010	109
Gráfico 18 – Composição da PEA por setor econômico, Paraguai, 1962 a 2002	110
Gráfico 19 – Taxa de desemprego, Paraguai, 1997/8 a 2010	112
Gráfico 20 – Taxa de submpe, Paraguai, 1997/1998 a 2010.....	113
Gráfico 21 – Fluxo de remessas recebidas (em milhões de US\$ correntes), Paraguai, 1975 a 2010	127
Gráfico 22 – Proporção das remessas financeiras recebidas em relação ao PIB (em %), Paraguai, 1975 a 2010	128
Gráfico 23 – Comparativo das remessas recebidas, América Latina, 2010	129

Gráfico 24 – Proporção das remessas financeiras recebidas em relação às exportações de bens e serviços (em %), Paraguai, 1975 a 2010.....	130
Gráfico 25 – Volume de emigrantes internacionais e fluxos de remessas financeiras recebidas, Paraguai, 2006 a 2010	132
Gráfico 26 – Volume de emigrantes internacionais e porcentagem de domicílios receptores de remessas financeiras, Paraguai, 2006 a 2010	133
Gráfico 27 – Proporção de domicílios segundo o número de membros, Paraguai, 2010.....	136

Lista de tabelas

Tabela 1 – Principais produtos de exportação, Paraguai, 2004 a 2010	58
Tabela 2 – Estados civil da população emigrante, Paraguai, 2010.....	75
Tabela 3 – Situação laboral antes de sair do país, Paraguai, 2010	76
Tabela 4 – Razões de saída do país, Paraguai, 2010	77
Tabela 5 – Evolução da população paraguaia, 1950 a 2002.....	107
Tabela 6 – Projeção da evolução da população paraguaia, 2020 a 2050.....	115
Tabela 7 – Departamentos administrativos de origem dos emigrantes paraguaios e de destino das remessas financeiras, Paraguai, 2010	134
Tabela 8 – Frequência de recebimentos das remessas segundo o país de origem, Paraguai, 2010	138
Tabela 9 – Forma de consumo das remessas, Paraguai, 2010	141

Lista de quadros

Quadro 1 – Migração internacional paraguaia, por países de destino, períodos e causas.....	47
Quadro 2 – Evolução dos quesitos migratórios, Encuesta Permanente de Hogares, Paraguai, 2006 a 2014	66
Quadro 3 – Evolução dos quesitos sobre as remessas financeiras, Encuesta Permanente de Hogares, Paraguai, 1997/1998 a 2016	67
Quadro 4 – Comparativo entre os enfoques teóricos “estruturalista” e “funcionalista”	123

Lista de mapas

Mapa 1 – Divisão departamental do Paraguai	38
---	----

Sumário

Introdução	17
1. Paraguai: uma história de emigração estrutural	20
1.1. Um breve panorama sobre a história emigratória paraguaia	21
1.1.1. Do final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) até a eclosão da Guerra Civil de 1947	24
1.1.2. De 1947 ao início da transição democrática paraguaia (1989).....	32
1.1.3. Da transição democrática paraguaia (1989) até o período mais recente	37
1.1.4. Movimentos emigratórios paraguaios: considerações sobre uma variável estrutural.....	43
1.1.5. Os destinos dos emigrantes internacionais paraguaios.....	47
1.2. O papel do setor agroexportador nos processos emigratórios	55
1.3. Os desafios metodológicos dos estudos migratórios	62
1.3.1. Fontes de dados e o período de estudo	65
2. Do fenômeno emigratório aos seus efeitos na sociedade paraguaia.....	72
2.1. O perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes paraguaios.....	72
2.1.1. O perfil dos migrantes transfronteiriços	78
2.1.2. O perfil dos migrantes de longa distância: o caso espanhol.....	86
2.2. “Parte do bônus demográfico está lá fora”	92
2.2.1. Transição demográfica e bônus demográfico: que conceitos são esses?.....	93
2.2.2. O caso paraguaio	98
2.2.3. Mercado de trabalho paraguaio: um cenário propício para emigrar.....	105

3. Remessas dos emigrantes paraguaios: os efeitos desses recursos	118
3.1. O debate teórico acerca dos efeitos das remessas financeiras de migrantes para as sociedades receptoras.....	118
3.2. A evolução histórica dos fluxos de remessas financeiras de migrantes e sua importância na economia paraguaia	126
3.3. As características dos domicílios receptores de remessas financeiras de migrantes	132
Considerações finais	144
Referências Bibliográficas	148

Introdução

Este estudo tem por finalidade analisar a emigração internacional paraguaia mais recente e seus efeitos para essa sociedade. Acredita-se que a importância desta análise reside em dois aspectos centrais: 1) o volume de pessoas que deixaram o país cresceu sustentadamente ao longo da história nacional, podendo assim afirmar que esse fenômeno demográfico se constitui na história do Paraguai como uma variável estrutural (GODINHO, 1978, LEEDS, 1983 e CEPEDA, 1995); 2) observa-se que, mais recentemente, o peso desse contingente populacional em relação à população total assumiu valores cada vez maiores, e, com isso, se aproximou daqueles alcançados em outros períodos históricos. Estima-se que, em 1970, 358.762 paraguaios residiam no exterior, o que representava cerca de 16,0% da população total do país (UNITED NATIONS, 1974a). Em 2000, essa proporção foi significativamente menor, em torno de 7,0% (as estimativas indicam que o volume de emigrantes internacionais era de 350.000 pessoas) (ODDONE, 2011). Por outro lado, em 2010, estima-se que 777.901 paraguaios moravam fora do país, algo em torno de 12,2% da população total (ODDONE, 2011).

Aos tratarmos dos fatores determinantes desses movimentos (capítulo 1), observaremos que eles variaram de acordo com o período histórico em que se desenvolveram. Em meados do século XIX, as questões políticas explicavam a grande maioria desses processos emigratórios, ao passo em que mais recentemente, observou-se a predominância das razões econômicas como as principais causas de estímulo desses deslocamentos (ARRÚA, 2014).

Ademais, no caso dos movimentos emigratórios mais recentes, foco de nossa análise, chamar-se-á a atenção para a centralidade do modelo de desenvolvimento econômico na compreensão desses processos. Isso porque, conforme veremos no primeiro capítulo, o modelo desenvolvimentista, vigente desde as últimas décadas do século XX e dependente do setor agroexportador, se mostrou incapaz de absorver parte importante da força de trabalho nacional, assim como promover oportunidades laborais condizentes com as necessidades de reprodução social de outros segmentos da população.

Sob esta perspectiva, trabalharemos com a hipótese de que a emigração internacional se constitui como uma variável fundamental (e estrutural) para sustentação do modelo de desenvolvimento vigente. Para avaliação dessa hipótese, centraremos nossos esforços em dois aspectos: 1) na compreensão dos efeitos que esses processos migratórios têm sobre o mercado laboral paraguaio, o que se justifica pelo fato de entendermos que para essa

esfera da vida social, esse fenômeno representa uma “válvula de escape” frente às dificuldades de inserção laboral de parcela importante dessa população; 2) no entendimento da importância das remessas financeiras de migrantes tanto para a economia nacional, quanto para os domicílios receptores, uma vez que esses recursos podem ter um papel importante na decisão migratória ao representarem uma alternativa às dificuldades econômicas vivenciadas por certos domicílios.

Para tanto, o estudo fará o uso de múltiplas fontes de dados, dentre as quais chama-se atenção para: a *Encuesta Permanente de Hogares*; os censos demográficos dos principais países de destino desses emigrantes; e as estatísticas disponibilizadas pelo Banco Mundial no *World Bank Open Data* e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no portal CEPALESTAT. Os resultados do estudo serão apresentados em três capítulos, cada um deles com seus respectivos objetivos específicos.

O primeiro capítulo tem por objetivo compreender as causas estruturais que fomentaram esses processos migratórios. Para tanto, será apresentada uma reconstrução histórica desse fenômeno demográfico, bem como, buscar-se-á discutir a atuação do Estado paraguaio frente aos deslocamentos dos seus cidadãos para outros países (itens 1.1 e 1.2). Ainda nesse capítulo, serão apresentadas as principais fontes de dados utilizadas no estudo, buscando assim debater suas potencialidades e limitações (item 1.3). A partir desse debate, serão apresentadas as variáveis a serem utilizadas para a caracterização do perfil demográfico e socioeconômico desses emigrantes e, será justificado o período escolhido para análise.

O segundo capítulo, está estruturado em dois itens, tem por objetivos compreender o perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes e avaliar a importância da emigração para o mercado laboral nacional. Para essa segunda discussão (item 2.2) será necessário trazer apontamentos gerais sobre a dinâmica demográfica paraguaia, com a finalidade compreender as variações observadas na oferta de mão de obra naquela sociedade e os novos desafios que elas colocam para o mercado de trabalho nacional.

Finalmente, o terceiro capítulo é dedicado a discussão das remessas enviadas pelos paraguaios residentes no exterior. Objetiva-se assim compreender a importância desses recursos tanto para a economia paraguaia quanto para os domicílios receptores. No primeiro item (3.1) será apresentada a revisão bibliográfica do debate sobre os efeitos desses recursos financeiros nas sociedades que o recebem, para que assim, nos itens seguintes possa ser analisado, à luz dessas teorias, o papel desses recursos no contexto paraguaio. A importância das remessas para a economia paraguaia será avaliada no segundo item do capítulo (3.2), ao demonstrar a evolução desses montantes financeiros e compará-los com outras variáveis macroeconômicas, bem

como, ao identificar o discurso do Estado paraguaio acerca desses recursos. Para a identificação da relevância das remessas para os domicílios receptores (temática do item 3.3) serão analisadas as características demográficas e socioeconômicas desses domicílios.

1. Paraguai: uma história de emigração estrutural

Neste capítulo buscou-se reconstituir a história emigratória paraguaia, a fim de compreender as causas que fomentaram esses processos migratórios e, com isso ter um melhor entendimento dos movimentos mais recentes. Afinal, conforme demonstrou Patarra em estudo publicado nos meados dos anos 1990, ainda que as decisões de emigrar sejam tomadas individualmente ou no âmbito de pequenos grupos sociais, elas escondem forças sociais que operam de modo a expulsar ou, a apresentar a migração como alternativa para as dificuldades e entraves com que alguns indivíduos se deparam nas sociedades de origem (PATARRA, 1996).

No caso da emigração paraguaia, essa revisão histórica foi norteadada pelo conceito de emigração estrutural proposto originalmente por Godinho (1978) e retomado Leeds (1983) e Cepeda (1995). Apresentamos essa discussão no subitem 1.1.4, trazendo algumas considerações sobre esses processos migratórios, mas, de antemão destaca-se que o uso desse conceito se deu, pois, ao longo dessa reconstituição, ficou explícito que a emigração se apresenta como uma variável estrutural que permeia a história daquele país.

A fim de contemplar o objetivo do capítulo, a análise será apresentada em três itens. O primeiro item (1.1) congrega uma breve revisão da história emigratória paraguaia, com base na análise de três grandes períodos históricos (subitens 1.1.1 a 1.1.3). Ainda nesse mesmo item serão apresentados os principais países de destino dos fluxos migratórios paraguaios (subitem 1.1.4), além de algumas considerações sobre a discussão das causas desse fenômeno demográfico (subitem 1.1.5).

No segundo item do capítulo (1.2) discutiremos o papel do setor agroexportador paraguaio no fomento desses processos emigratórios. Conforme será explicitado no item anterior (1.1), a compreensão da emigração paraguaia requer uma discussão prévia que introduza a problemática do acesso à terra naquela sociedade bem como é necessário examinar os impactos do modelo econômico vigente, o qual é dependente do setor agroexportador.

Finalmente, no item 1.3 serão apresentados alguns desafios metodológicos para os estudos migratórios. Entende-se que tal discussão seja pertinente, pois, ela tratará das principais limitações das estatísticas produzidas. Discutiremos uma das principais problemáticas dos estudos migratórios, e que afetam diretamente a elaboração das estatísticas: o conceito de migração. Em seguida, o subitem 1.3.1 tratará das fontes de dados utilizadas no presente estudo, abordando especificamente suas potencialidades e limitações. A partir desse debate, será justificada a escolha do período de análise.

1.1. Um breve panorama sobre a história emigratória paraguaia

Ao pensar as migrações internacionais como uma componente demográfica pode-se compreendê-la como um fenômeno capaz de modificar a população em seu tamanho e sua estrutura (CUNHA, 2011), o que representa defini-la pela óptica dos efeitos das perdas e dos aumentos nos volumes populacionais. Nesta perspectiva, ao tratar do caso paraguaio sobressaem os efeitos das perdas populacionais. Afinal, dados apontam que, em 2010, 12,2% da população total paraguaia (estimada em 6.339.010 pessoas) residia no exterior (ODDONE 2011 e DGEEC, 2014). Em contrapartida, para as populações dos países de destino desses migrantes os efeitos de volume foram menores (ou, até mesmo, não causaram mudanças na população dos países receptores). No caso da Argentina, principal país de destino da população migrante paraguaia e com maior proporção de paraguaios em relação à sua população total, estima-se que, em 2010, esse volume populacional correspondia a 1,4% da sua população – estimada em 40.117.096 de habitantes (INDEC, 2010a). Comparando-se com o Brasil, Espanha e Estados Unidos essa proporção foi ínfima, estimada em respectivamente 0,02%, 0,15% e 0,006% (IBGE, 2010b; INE, 2011B; e U.S. CENSUS BUREAU, 2011).

Como o presente estudo foca-se nos efeitos desse fenômeno demográfico para a sociedade paraguaia, é preciso ter sempre em mente que esses processos trazem transformações importantes na dinâmica populacional do Paraguai, o que justifica a definição do fenômeno migratório pela perspectiva dos efeitos nos volumes populacionais, considerando a população paraguaia como um todo.

Por outro lado, não devemos limitar a análise apenas aos “volumes da emigração”. É fundamental também conceber a migração como um processo social complexo, marcado por múltiplas determinações, e que podem apresentar distintas implicações para os indivíduos ou grupos sociais envolvidos (SALIM, 1992), concepção que traz consigo diversos desafios para a sua compreensão. Desta forma, por entender as migrações internacionais como resultantes de um processo global de transformações, dos quais elas são inseparáveis, o estudo parte do aporte do teórico histórico-estrutural (SINGER, 1973).

Este primeiro capítulo realiza uma reconstrução histórica dos processos emigratórios internacionais da população paraguaia. Objetiva-se compreender os fenômenos sociais condicionantes desses processos. Para isto, é conveniente reforçar a distinção entre os motivos que levam a migração, de caráter individual, das suas causas, que são estruturais. Singer (1973) afirma que “*a primeira distinção de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser*

de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (SINGER, 1973, p. 52).

No caso dos processos emigratórios internacionais paraguaios, segundo Arrúa (2014), seus determinantes foram variados e mudaram gradativamente segundo a época em que se desenvolveram, indo desde questões políticas nos meados do século XIX até as razões fundamentalmente econômicas, que caracterizam os fluxos contemporâneos. Assim, as perdas populacionais paraguaias podem ser explicadas por fatores econômicos, políticos e sociais (BARRIOS, 1990).

Para a reconstrução histórica dos processos emigratórios internacionais paraguaios, com vista a identificar as principais causas que levaram esses indivíduos a deixarem o país, e ainda compreender a atuação, ou omissão, do Estado paraguaio frente a esse fenômeno demográfico, propõe-se analisar a história paraguaia a partir de sua divisão em três grandes períodos históricos: o período pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) até a eclosão da Guerra Civil paraguaia em 1947; de 1947 até o início do período de redemocratização (1989); e por fim, de 1989 até o período mais recente (primeira década do século XXI).

Ressalta-se que ao delimitarmos o primeiro período histórico a partir do final da Guerra da Tríplice Aliança (1870), não implica que se defenda que anteriormente a esse conflito bélico, os processos emigratórios paraguaios fossem inexistentes. Pelo contrário, conforme aponta Arrúa (2014), os fluxos emigratórios originários do Paraguai se constituem como um fenômeno de longa data¹, com a sua consolidação a partir da segunda metade do século XIX (ARRÚA, 2014).

Neste sentido, Palau (2011) afirma que a Guerra da Tríplice Aliança pode ser considerada um marco na consolidação da história emigratória paraguaia. Em consonância, Oddone (2011) aponta que os processos migratórios mais importantes da história recente paraguaia começaram com o final dessa guerra.

No período que precedeu a Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai passou por completo isolamento, devido às medidas realizadas pelo governo ditatorial de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814 – 1840) (MOTA, 1995). Dentre essas medidas, chama-se atenção para: 1) o corte de relações diplomáticas e comerciais com os países vizinhos (a exceção do Brasil) e a Inglaterra; 2) o fechamento das fronteiras nacionais, com a proibição da imigração e da emigração (chegou-se até a expulsar estrangeiros residentes no país); 3) a tentativa de

¹ No período anterior a Guerra da Tríplice Aliança, os fluxos migratórios eram direcionados principalmente para a Confederação Argentina devido a questões políticas ligadas a formação do Estado nacional paraguaio (1811) (PNUD, 2009).

atingir a autossuficiência econômica com base na agricultura e na indústria artesanal (MOTA, 1995).

Chiavenato (1990), por outro lado, argumenta que, na realidade, o Paraguai havia sido isolado. Esse isolamento representou a tentativa, principalmente dos governos opositores da Argentina e da Inglaterra, de frustrar as transformações em curso durante o governo de Francia. O autor ressalta a atuação da Argentina, “*sede dos interesses britânicos na região*” (CHIAVENATO, 1990, p.14), que dificultou o uso do porto de Buenos Aires para o escoamento dos produtos paraguaios. Como exemplo dessa ação, destaca-se a cobrança de taxas pelo uso desse porto, além do descumprimento do tratado que permitia a livre passagem dos navios paraguaios pelo Rio da Prata (CHIAVENATO, 1990).

Esse isolamento, no entanto, não foi a opção dos regimes ditatoriais posteriores. Durante o governo de Carlos António López (1840 – 1862) e de seu filho Francisco Solano López (1862 – 1870), que o sucedeu, a política foi alterada, dando-se preferência à abertura da economia paraguaia que buscava paralelamente e, a partir de então, atrair imigrantes. Aqueles governantes entendiam que os movimentos migratórios poderiam fazer parte do projeto nacional (MOTA, 1995; SOUCHAUD, 2007). Foi nesta conjuntura que se formaram, de modo pouco exitoso, as primeiras colônias estrangeiras, como admitem alguns estudiosos, como Souchaud (2007).

Ademais, deve-se levar em consideração outro aspecto importante da Guerra da Tríplice Aliança que nos levou a utilizar esse evento como marco divisório para o primeiro período histórico proposto. Foi essa guerra que trouxe um novo modelo desenvolvimentista para o Paraguai. Herken (1975) chama a atenção para o fato de que esse conflito bélico representou um corte abrupto na história desenvolvimentista paraguaia². Para o autor, após a Guerra da Tríplice Aliança, se estabeleceu um desenvolvimento socioeconômico “preguiçoso” e “complementar”, devido a sua submissão às exigências do desenvolvimento capitalista regional, cujos polos eram a Argentina e o Brasil (HERKEN, 1975, p.45).

Na definição do início do segundo período histórico proposto, deve-se considerar o contexto que marcou a sociedade paraguaia ao longo da maior parte do século XX. Nesse período, a constante instabilidade política, as guerras civis e os longos e altamente repressivos governos ditatoriais, se constituíram como fatores decisivos para o deslocamento de paraguaios em direção a outros países (ODDONE, 2011). Segundo Oddone (2011), “*la emigración siguió*

² No período anterior ao conflito, o governo paraguaio conduzia um projeto desenvolvimentista de criar uma nação capitalista autônoma (HERKEN, 1975).

asumiendo dimensiones crecientes desde mediados del siglo XX y, en particular, luego de la guerra civil de 1947” (p. 13).

Ao final dos anos de 1940, somada à crise econômica e social de base fundiária – e agravada pelo acelerado crescimento populacional –, a sociedade paraguaia vivenciou um violento cenário político (SOUCHAUD, 2011). Aspectos que levaram a eclosão da Guerra Civil em 1947 e estimularam novos deslocamentos de paraguaios, principalmente em direção a Argentina. Estima-se que em 1914, 28.592 paraguaios residiam na Argentina, enquanto que em 1947, as estimativas são de 93.248 paraguaios (PNUD, 2009). Logo, esse significativo aumento do volume de emigrantes somado ao conturbado contexto social, político e econômico justificam a escolha do ano de 1947 para delimitar o início do segundo período histórico.

Finalmente, a escolha de 1989 para o começo do terceiro período histórico é justificada por ser o ano de início da redemocratização paraguaia (PNUD, 2009). Esperava-se que esse processo promovesse profundas transformações naquela sociedade. Neste sentido, Halpern (2009) demonstra que esse período foi marcado por expectativas de transformações estatais e estruturais no país que, no entanto, não se concretizaram.

Em relação ao fenômeno emigratório, Halpern (2009) chama atenção para a ausência de novas políticas que se preocupassem com a emigração internacional paraguaia. Segundo o autor, observou-se a falta de uma “contenção sociodemográfica diferente”, por conseguinte, houve a continuidade das perdas populacionais (HALPERN, p. 6, 2009), conforme será apresentado ao longo do item 1.1.3.

1.1.1. Do final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870) até a eclosão da Guerra Civil de 1947

A compreensão da Guerra da Tríplice Aliança e, de suas implicações para a sociedade paraguaia, requer a análise do contexto anterior a esse conflito. Dessa forma, de modo sucinto, busca-se reconstituir os aspectos identificados como centrais para explicar o contexto paraguaio no período anterior à guerra e, a partir disso, demonstrar as transformações ocorridas naquela sociedade.

No entanto, antes dessa reconstrução histórica, é importante chamar a atenção para a terminologia utilizada para fazer referência ao conflito. Ainda que na historiografia brasileira, a grande maioria dos estudos faça menção a esse evento tratando-o como a “Guerra do Paraguai”,

optou-se por utilizar o termo “Guerra da Tríplice Aliança”, conforme as referências bibliográficas, hispânicas, utilizadas.

O próprio uso do termo “Guerra do Paraguai” já traz pistas de como a historiografia brasileira trata esse evento. Afinal, ao considerar as diferentes realidades populacionais no período anterior ao conflito, percebe-se que esse evento foi na realidade uma “Guerra contra o Paraguai”. Chiavenato (1990) aponta que a população paraguaia no início do conflito era estimada em 800.000 pessoas, enquanto que Palau, Fischer e Perez (1997) indicam que esse volume era de 1.300.000 pessoas. Por outro lado, a população brasileira, em 1860, era estimada em 8.448.000 de habitantes (IBGE, 2017c). A população argentina, em 1857, era de aproximadamente 1.299.600 pessoas (UNITED NATIONS, 1974b), e o Uruguai, em 1860, tinha em torno de 223.238 habitantes (PELLEGRINO, 2003). Fica nítida a desvantagem populacional paraguaia no momento da guerra.

Para Chiavenato³ (1990), na historiografia brasileira, a Guerra da Tríplice Aliança

“Aparece esparsamente nos livros de história. Destacam-se batalhas, enaltece-se o patriotismo de mitos heróicos (sic) como Caxias, Tamandaré, Osório, etc., reduzindo a uma cruzada do bem contra o mal. Mocinhos e bandidos digladiam-se. Naturalmente, ‘nós’ somos os mocinhos. É raríssimo um estudo mais sério que critique a natureza dessa guerra. Existem centenas de teses e ensaios de historiadores brasileiros. Mas nada se produz sobre a guerra do Paraguai. É que os mitos não se sustentam apenas pela falsificação da história. A omissão também ajuda a permanência da mentira” (CHIAVENATO, 1990, p. 7 e 8).

Ou seja, essa historiografia enaltece a participação brasileira no conflito, enquanto que as implicações da guerra para a sociedade paraguaia são completamente ignoradas.

A fim de ilustrar a dimensão da guerra, Mota (1995) afirma que ela foi o maior conflito bélico da América do Sul, podendo ser comparada com a Guerra Civil estadunidense (1861 – 1865) em termos de violência e de extensão, porém não em seus resultados.

Durante o governo ditatorial de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814 – 1840), o Paraguai passou por profundas transformações: 1) a propriedade da terra passou a ser coletiva, com o surgimento de fazendas onde havia o uso de trabalho coletivo e, parte da produção era dividida entre os trabalhadores e outra destinada ao Estado; 2) houve uma distribuição de renda

³ De acordo com Maestri (2009), em seus estudos, Chiavenato, ao retomar algumas das teses revisionistas do conflito, superou as apresentações factuais de caráter nacional-patrióticas, trazendo assim uma ampla discussão das motivações que levaram à guerra. Para Chiavenato, a Guerra da Tríplice Aliança foi uma agressão contra a nação e o povo paraguaio (MAESTRI, 2009). Já, Doratioto (2010), destaca que essas teses revisionistas, desenvolvidas sobretudo nas últimas décadas do século XX, criaram o mito de Solano López como um grande chefe militar e líder anti-imperialista, ao passo em que desqualificaram a atuação dos Exércitos aliados.

mais igualitária entre a população, nivelando socialmente o país; 3) acabou-se com a pobreza; 4) o analfabetismo foi erradicado; 5) a antiga classe dominante, branca e de origem espanhola, perdeu seu poder político, o que acarretou no seu deslocamento para o país vizinho, a Argentina (CHIAVENATO, 1990).

Em linhas gerais, devido às transformações ocorridas e, pelo subsequente apoio populacional ao governo de Francia, o país vivenciou um cenário de paz política e harmonia social (CHIAVENATO, 1990). Todavia, na medida em que o governo paraguaio colocava em prática o projeto de construção de um Estado soberano, aumentava a cobiça das nações vizinhas (CHIAVENATO, 1990).

Da Argentina, a antiga classe dominante paraguaia iniciou o discurso contra o governo de Francia, sob a alegação de ser um governo “bárbaro” e, na esperança de retornarem ao poder (CHIAVENATO, 1990). Esses grupos populacionais contavam ainda com o apoio do governo argentino, afinal esse modelo de desenvolvimento representava uma ameaça ao poder das oligarquias dominantes na região. Sob este contexto, entendem-se as ações do governo argentino de dificultar o escoamento e a exportação dos produtos paraguaios através do uso do porto de Buenos Aires. No Paraguai havia uma superprodução, mas faltavam os meios para exportar seus produtos e, com isso, gerar os recursos necessários para modernização do país (CHIAVENATO, 1990).

Apesar dos grandes avanços sociais e da tranquilidade política interna, externamente, o país havia sido colocado numa posição de isolamento. Essa foi a forma encontrada, pelos governos opositores, de tentar frustrar o projeto de construção de um Estado soberano, conduzido por Francia (CHIAVENATO, 1990). Para Chiavenato (1990),

“A grande incapacidade de Francia, que seria também de seus sucessores, foi não criar uma classe dirigente à altura para administrar a crise oriunda do progresso do Paraguai. Francia exterminou as oligarquias do seu país e não criou uma nova classe dirigente para substituí-las. Nem conseguiu atrair ou cooptar administradores do velho regime para gerir a crise do desenvolvimento paraguaio em choque com os interesses econômicos de Buenos Aires ou do Brasil, aliados da Inglaterra. Esta é a semente da guerra do Paraguai, que massacra o país entre 1864 e 1870” (CHIAVENATO, 1990, p. 16).

Com a morte de Francia (1840), assumiu o poder Carlos António López (1840 – 1862). Seu governo foi marcado pela orientação do país à modernização, porém, sem seguir o modelo inglês, como no caso dos países vizinhos Argentina e Brasil (CHIAVENATO, 1990). Chiavenato (1990) aponta que essa política de modernização do país foi marcada por métodos originais e, contrários ao imperialismo vigente. O autor chama atenção para o fato de que a

condução do projeto desenvolvimentista de López não fez uso de empréstimos internacionais. Pelo contrário, o país progrediu sem depender do capital inglês, atraindo ainda mais a atenção e a cobiça das nações vizinhas (CHIAVENATO, 1990).

Em 1862, quando Francisco Solano López (1862 – 1870) assumiu o governo, o Paraguai era o único país da América do Sul sem dívida externa e com uma indústria de base. A balança comercial apresentava saldo positivo e, a taxa de analfabetismo continua igual a zero (CHIAVENATO, 1990). Para Chiavenato (1990), o governo de Solano López representou uma continuidade dos anteriores. Assim como durante o governo de seu pai, Solano López (1862 - 1870) enfrentou dificuldades de continuar no mesmo “caminho” de desenvolvimento pelo qual o país vinha se conduzindo. Principalmente, porque ambos não souberam criar uma classe dirigente, que seria fundamental para o auxílio na condução da política internacional paraguaia (CHIAVENATO, 1990). Em 1864, eclodiu a Guerra da Tríplice Aliança.

Em termos gerais, fica evidente que a guerra foi desencadeada por motivações econômicas. Ainda que ela tenha sido justificada com o discurso de que esse conflito buscava libertar o povo paraguaio e, tenha sido corroborada pelos interesses argentinos e brasileiros por porções do território paraguaio (CHIAVENATO, 1990). Já, por parte do Paraguai, o conflito foi agravado pela crença generalizada de que os países vizinhos seriam os responsáveis pela estagnação do país, sobretudo ao condená-lo a viver sob fronteiras delimitadas e sem acesso ao mar, o que dificultava o escoamento dos seus produtos (MOTA, 1005).

Em consonância, para Herken (1975), a Guerra da Tríplice Aliança representou a expressão bélica de um conflito estrutural entre modelos econômicos distintos: de um lado um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo; e do outro o modelo capitalista em expansão sob a hegemonia britânica⁴. Neste sentido, Mota (1995) acredita que

“a historiografia mais recente já consolidou a ideia de que a Guerra marca um momento de integração da bacia do rio da Prata na economia mundial sob a preeminência inglesa. A Argentina, o Brasil e o Uruguai opuseram-se à autossuficiência do Paraguai” (MOTA, 1995, p. 245).

Já, Bethell (1994) afirma que são poucas as evidências capazes de suportarem essa hipótese, ainda que os empréstimos britânicos concedidos à Argentina e ao Brasil, antes e durante a guerra, tenham sido importantes para a vitória dos aliados sobre o Paraguai. Maestri

⁴ Segundo Maestri (2009), essa defesa da guerra como um resultado direto das exigências imperialistas, defendida com vigor por Chiavenato, transforma os governos da Argentina e do Império do Brasil em simples marionetes inglesas.

(2009) demonstra que para Bethell a guerra representou uma decisão de Solano López (1862 – 1870), a qual teria sido motivada por questões como seus impulsos megalomaniacos ligados às ambições de construção de um império. Em contraposição, Doratioto (2010) defende que essa explicação estava longe da realidade, pois, ainda que o perfil ambicioso, tirânico e eventualmente desequilibrado de Solano López possa até explicar certos momentos do conflito, isso não é capaz de justificar as origens e a dinâmica da guerra.

De todo modo, ao término da guerra, chegava ao fim também o modelo de desenvolvimento econômico autônomo conduzido pelo Estado paraguaio. Segundo Doratioto (2010), o país “*tornou-se a periferia da periferia, na medida em que sua economia se tornou satélite da Argentina após o término do conflito*” (DORATIOTO, 2010, p.18).

Ao sair da guerra como parte derrotada, o país vivenciou profunda crise populacional, econômica e social – passando de 1.300.000 habitantes antes do conflito para apenas 300.000⁵ no pós-guerra. O comando aliado (Brasil, Argentina e Uruguai) ocupou o governo, o ministro das Relações Exteriores do Império do Brasil, Visconde de Rio Branco, ficou responsável por reorganizar o país (MOTA, 1995), e a economia nacional foi aberta às nações vizinhas, Brasil e Argentina – as quais eram representantes dos interesses do capital inglês (PALAU et al., 2007).

Com a economia devastada, condições de vida precária e a eclosão de diversas epidemias, Mota (1995) afirma que o Paraguai havia se tornado um “país de sobreviventes”. A primeira década após o confronto bélico foi marcada por diversas revoltas, mudanças de governantes (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997 e PALAU, 2011), e por vários anos, o desenvolvimento econômico foi praticamente nulo (MENEZES, 1987).

Neste contexto, os governos paraguaios do pós-guerra basearam suas políticas de recuperação econômica apostando na influência e ação de fatores externos, como a imigração internacional e a entrada de capital estrangeiro (MORALES RAYA, 2012).

Em relação à imigração, observou-se uma tentativa de atrair imigrantes europeus a fim de superar a crise populacional do pós-guerra, bem como promover o crescimento econômico do país, uma vez que esta mão-de-obra estrangeira era considerada mais produtiva do que os trabalhadores nativos (MORALES RAYA, 2012)⁶. Dessa forma, foram formuladas

⁵Estimativas apresentadas por Palau, Fischer e Perez (1997), sem menção da fonte de obtenção.

⁶Chama-se atenção para o fato de que esse discurso sobre a superioridade europeia no mercado de trabalho foi verificado no contexto de outros países da região. No Brasil, ele estava diretamente ligado ao discurso eugenista que dominava os intelectuais da época. Schwarcz (1993) aponta que “*a mestiçagem existente no Brasil não era só descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação*” (SCHWARCZ, 1993, p. 13). As interpretações pessimistas desse debate identificavam na miscigenação entre

leis de estímulo à vinda desses imigrantes. Porém, segundo Palau (2011), as políticas de atração de imigrante implementadas, cuja primeira lei de imigração e colonização é datada de 7 de junho de 1881, não foram bem-sucedidas. Elas atraíram quantidade irrelevante de indivíduos, principalmente em comparação com o que ocorreu nos países vizinhos, Argentina, Uruguai e Brasil (PALAU, 2011). Segundo estimativas da *Oficina de Inmigración*, entre 1880 a 1889, entraram no Paraguai cerca de 4.810 imigrantes (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997). Em contrapartida, neste mesmo período, 448.622 imigrantes ingressaram no Brasil (IBGE, 2017b e LEVY, 1974). Já no caso argentino, esse volume foi estimado em 1.196.200 pessoas (FERRERES, 2005 *apud* MAURIZIO, 2006).

A presença de imigrantes e do capital estrangeiro foi estimulada ainda por medidas como a venda de terras públicas (1872). Segundo, Palau (2011) essas medidas tiveram amparo na lei 1872⁷, e possibilitaram, pela primeira vez na história paraguaia, a compra e venda de terra. A normatização da propriedade privada veio a contrapor-se a experiência paraguaia de exploração coletiva da terra e, gerou diversas implicações para a população camponesa, as quais serão retomadas no item 1.2 deste capítulo.

De modo geral, no período imediato ao final da Guerra da Tríplice Aliança, observou-se a construção do Estado Nacional paraguaio sob o modelo econômico liberal (MORALES RAYA, 2012). Neste sentido, Oddone (2011), aponta que

“las políticas liberales, consagradas a partir de la Constitución de 1870, en cuyo marco se sustentaron las normativas y políticas de inmigración durante el resto del siglo XIX y gran parte del siglo XX, al igual que los modelos políticos y económicos vigentes en esos años, no lograron atraer flujos importantes de inmigrantes. En cambio, promovieron el ingreso de pocas empresas extranjeras, beneficiadas con la propiedad de grandes extensiones de tierras y la instauración de un régimen de latifundio que abarcó el 35% del territorio nacional, obligando a la escasa población sobreviviente a concentrarse en los alrededores de la capital, en la zona central del país” (p.11).

Para Palau (2011), a população sobrevivente do pós-guerra – em sua maioria mulheres, idosos e crianças –, por não ter as condições para se beneficiar da lei de venda de terras, sofreu uma degradação nas condições de vida.

brancos, negros e indígenas, as razões para o atraso do desenvolvimento brasileiro (SCHWARCZ, 1993). Em consonância, é deste período os primeiros debates e experiências do uso de mão de obra estrangeira, principalmente a europeia, a qual era identificada como a força de trabalho substituta frente ao iminente fim da escravidão (SCHWARCZ, 1993). Em relação à Argentina, Bruno (2008b) chama atenção para as implicações da preferência pela mão de obra estrangeira europeia ao afirmar que “*el proyecto poblacional/cultural que buscaba implantar una recreación europea en Sudamérica tenía también una cara xenofóbica hacia la población de los países vecinos, particularmente bolivianos y paraguayos, estigmatizados corpóreamente por la influencia indígena en la conformación poblacional de esos países*” (BRUNO, 2008b, p. 2 e 3).

⁷ Esta lei criou a *Oficina de Inmigración* (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997).

Aliás, de acordo com Potthast (2015), a relação entre homens e mulheres ao final da guerra era em torno de 1: 3, mas, com grandes variações entre as áreas rurais e urbanas⁸. Sobre esse contexto de grande desigualdade na proporção entre homens e mulheres, Potthast (2015) analisa a participação do trabalho feminino na agricultura de subsistência e no pequeno comércio. A autora aponta que a presença feminina nessas atividades já era verificada antes da guerra, assim como a própria chefia feminina de domicílio. De modo que o conflito bélico apenas intensificou este contexto. Potthast (2015) chama ainda a atenção para o fato de que a falta de homens adultos, no pós-guerra, obrigou as mulheres a assumir atividades laborais pesadas, como por exemplo, carregar produtos até os barcos. Porém, isso não significou nenhuma mudança nas relações de trabalho e de gênero. Pelo contrário, os poucos homens sobreviventes da guerra continuaram a ocupar os postos administrativos e as atividades do grande comércio, assim como ocorria no período anterior ao conflito.

O fato dessa parcela da população se encontrar desprovida de terras, quando a atividade agrícola era o único meio de sobrevivência, levou estes indivíduos a viver um contexto de atividades laborais descontínuas e sazonais, principalmente porque as oportunidades de trabalho estavam concentradas no cultivo sazonal da erva-mate (PALAU, 2011).

Esta sazonalidade do trabalho no campo intensificou assim as migrações temporárias, as quais, inicialmente, ocorriam dentro do território paraguaio, e em um segundo momento, elas se direcionaram aos países fronteiriços (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997). Os destinos iniciais destes migrantes foram a Argentina e o Brasil (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997). Com isso, percebe-se que os processos migratórios internacionais se iniciaram quase em simultâneo aos processos internos do tipo rural-rural e rural-urbano.

Todavia, deve-se ressaltar que, conforme aponta Palau (2011), estes deslocamentos da população camponesa ocorreram não apenas por causas econômicas, mas também devido ao temor das revoluções e das perseguições políticas que marcavam o contexto nacional.

Em termos gerais este período da história paraguaia ficou marcado por uma política migratória exclusivamente voltada para a imigração, visando a colonização agrícola, sobretudo por europeus. Paradoxalmente, em face da crise populacional, as medidas governamentais de retomada do crescimento econômico através da presença estrangeira fomentaram o deslocamento da população nacional em direção aos países vizinhos.

⁸ Para Mota (1995), durante os cinco anos de guerra, o país perdeu praticamente todo o seu volume populacional de homens.

O dualismo da lei de venda de terras públicas se dá pelo fato de que ao mesmo tempo em que ela motiva a imigração, ela também causa a emigração dos seus nacionais, principalmente a emigração feminina (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997). De modo que, para Palau, Fischer e Perez (1997),

“Los motivos principales de la emigración fueron la desigualdad social, empezando por la ausencia de una distribución equitativa de las tierras y de los productos, la falta de trabajo, los profundos trastornos financieros y el temor a las represiones políticas. Existen otras causas menores” (p. 19).

Considerando este cenário, ainda em 1881, o governo paraguaio reconheceu a emigração como um problema a ser enfrentado e realizou programas para incentivar o retorno destes migrantes, como por exemplo, o oferecimento de passagens de transporte gratuitas àqueles que desejassem regressar ao país (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997). Medidas que segundo Palau, Fischer e Perez (1997) representavam um esboço de programas de repatriação⁹.

Os anos iniciais da década de 1890 foram marcados por uma instabilidade permanente que assolou o país, com ascensão dos liberais através do governo de Cecilio Báez (1905-1906) (PALAU, 2011). Neste período há o retorno do interesse da presença de imigrantes, na expectativa de alcançar, por meio destes fluxos, a estabilidade econômica, em contraposição à desastrosa situação econômica do país (PALAU, 2011).

De acordo com Palau, Fischer e Perez (1997), essa presença estrangeira, sobretudo de imigrantes europeus, visava a expansão da agricultura nacional e o fortalecimento das incipientes indústrias. O governo paraguaio promoveu o acesso à terra para esses indivíduos, como forma de iniciar essa colonização. Todavia, essa política de atração de imigrantes foi ineficiente (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997), segundo os dados da *Oficina de Inmigración* ingressaram no Paraguai um total de 3.743 imigrantes entre 1890 – 1899. E, entre 1900 a 1909, esse volume foi de 6.924 imigrantes (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997).

Do início do século XX até os primeiros anos de 1930, o país passou por diversos golpes de Estado e guerras civis (PNUD, 2009), os quais somados à situação econômica nacional, de lento crescimento da renda per capita e do número de empregos (MENEZES, 1987), estimularam a saída de cidadãos paraguaios principalmente em direção à Argentina (PNUD, 2009). De acordo, com Menezes (1987), apenas a partir da década de 1970, o país voltou a ter algum impulso para o crescimento econômico.

⁹ Todavia, os autores não discutem se essas medidas surtiram efeitos ou não.

1.1.2. De 1947 ao início da transição democrática paraguaia (1989)

Diante da instabilidade política que permeava o cenário nacional desde o início do século XX, eclodiu em 1947 uma guerra civil (governo de Higinio Morínigo, 1940-1948), à qual somada às repressões ocorridas até o início dos anos 1970 promoveram uma situação de insegurança pessoal, laboral e econômica permanente para os indivíduos que não concordavam com o regime político vigente (BARRIOS, 1990), explicando assim as perdas populacionais verificadas. Em 1914, 28.593 paraguaios residiam na Argentina, principal país de destino desses migrantes. Com aumento desse volume populacional, o censo demográfico argentino de 1947 estimou que 93.248 paraguaios eram residentes no país. Já em 1960, esse volume era de 155.269 pessoas (PNUD, 2009).

No cenário econômico, a taxa de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA), com idade de 12 anos ou mais, passou de 51,8% em 1950, para 50,7% em 1972 (UNITED NATIONS, 1974a). O Produto Interno Bruto (PIB) sofreu grandes oscilações na sua taxa de crescimento, de 6,9% em 1961, ela foi para 2% em 1966 (WORLD BANK, 2017). No ano subsequente (1967) essa taxa foi estimada em 9,1%, enquanto que já em 1968, caiu para 4,5% (WORLD BANK, 2017). Em 1970, a taxa de crescimento do PIB era de 5,5% (WORLD BANK, 2017).

A partir da Guerra Civil paraguaia de 1947 subiu ao poder o partido dos Colorados e, de acordo com Menezes (1987), seus integrantes se tornaram os donos políticos do país. Diante deste cenário político, a população exilada paraguaia se deslocou principalmente para a Argentina e, em menor medida, para o Uruguai e o Brasil. Da Argentina, esses grupos populacionais tentaram a retomada do poder, porém não foram bem-sucedidos em suas ações. Fato que, segundo Menezes (1987), poderia ser explicado porque em 1954 assumiu o poder o General Alfredo Stroessner (1954 – 1989).

Acerca dessas tentativas de retomada do poder, Uchôa (2014) demonstra o papel da Argentina enquanto território de oposição ao governo de Stroessner (1954 – 1989). De acordo com autor, as forças políticas paraguaias contrárias a esse governo foram forçadas a deixar o Paraguai, buscando exílio naquele país vizinho. Dentre as organizações políticas formadas por esses grupos exilados, chama-se atenção para a *Frente Unida de Liberación Nacional (FULNA)* e o *14 de Mayo*, visto que partiram desses dois grupos as experiências armadas mais importantes desse período (UCHÔA, 2014).

No entanto, Uchôa (2014) aponta que essas organizações foram rapidamente eliminadas pelo governo *stronista*. A forte coerção do governo de Stroessner, somada ao exílio

da maioria do quadro de membros dessas organizações, o que dificultava o conhecimento mais aprofundado da realidade nacional, foram aspectos fundamentais para o insucesso desses agrupamentos políticos. Ademais, o governo *stronista*, baseado em um discurso anticomunista, buscou naturalizar suas ações repressivas, e com isso eliminar qualquer ameaça ao seu regime político (UCHÔA, 2014).

Na primeira etapa do Governo Stroessner, entre 1954 e os primeiros anos da década seguinte, a economia paraguaia passou por diversas crises. Essas crises além de se apresentarem como efeitos diretos da instabilidade e da crise política instaurada com a Guerra Civil de 1947, refletiam a crise estrutural pela qual passava o modelo econômico “de sociedade agropecuária dependente” – vigente na economia paraguaia desde a revolução nacionalista de 1936¹⁰ (HERKEN, 1975).

Acerca desse modelo econômico paraguaio, Herken (1975) afirma que,

“Hasta hace algunos decenios, la estructura económica del Paraguay se caracterizaba por una producción agropecuaria comercializada, en su mayor parte, en los mercados platenses, en especial el argentino, con escasos sectores dinámicos monopolizados por el capital extranjero y un sistema financiero y monetario que hasta la década del cuarenta constituía la más clara expresión del fuerte predominio argentino” (HERKEN, 1975, p.45).

Como consequência, ao final da década de 1950, na economia paraguaia predominava a estrutura agropecuária de produção extensiva, com baixo rendimento produtivo, e complementada com o uso de capitais estrangeiros (HERKEN, 1975). Esses capitais estrangeiros monopolizavam os setores dinâmicos da estrutura econômica. No caso, as fábricas de processamento de carne de vaca para exportação, de processamento de tanino e, de aproveitamento dos recursos florestais paraguaios (HERKEN, 1975).

Ao contrário do que foi verificado nos países vizinhos, Brasil e Argentina, a economia paraguaia, nesse período, não passou pelo processo de industrialização por substituição de importações. Para Herken (1975), os fatores condicionantes da falta de industrialização paraguaia eram: o estreito mercado interno (estima-se que a população paraguaia, em 1962, era de 1.819.103 habitantes e a renda média per capita era de US\$194); “*el carácter retardatario de la clase latifundista*” (HERKEN, 1975, p. 46); e a impossibilidade de competir com os recentes parques industriais argentinos e brasileiros que abasteciam, com bens de consumos duráveis e com alguns bens de capital, o mercado paraguaio (HERKEN, 1975).

¹⁰ De acordo com Herken (1975), esta revolução terminou no início de 1937.

Diante do modelo econômico agropecuário de produção extensiva, marcado pelo emprego temporário da força de trabalho rural¹¹, e a incapacidade do setor secundário em empregar uma parcela importante da população paraguaia, observou-se o deslocamento da força de trabalho desocupada e subempregada, até os polos de concentração industrial da bacia do Rio da Prata (HERKEN, 1975), especialmente para a área metropolitana de Buenos Aires.

Estima-se que, em 1950 e 1962, 14,2% da PEA paraguaia era constituída por artesãos e operários (UNITED NATIONS, 1974a). Já, no ano de 1972, essa proporção era de 15,9%. Sobre essas estatísticas, chama-se atenção para a maior participação da força de trabalho artesã, *“los que vendrían a conformar de modo más apreciable, al grupo, por aquel rasgo del considerable peso que aún sigue manteniendo la artesanía en el proceso industrial paraguayo”* (UNITED NATIONS, 1974a, p. 148).

Quanto ao subemprego da população paraguaia, estima-se que, em 1970, 53% da força de trabalho rural exerciam atividades laborais temporárias, devendo assim procurar trabalho complementar em atividades não agropecuárias (UNITED NATIONS, 1974a). O cenário da população urbana não era muito diferente, no caso da população residente em Assunção em 1972, 52% da sua força de trabalho estava subempregada (UNITED NATIONS, 1974a).

Em relação à população paraguaia residente no exterior, observou-se o aumento dos deslocamentos em direção à Argentina e ao Brasil. Em 1960, 173.017 paraguaios residiam nesses países, o que representava 9,4% da população total paraguaia. Já, em 1970, o censo demográfico desses países (Argentina e Brasil) estimou 230.832 paraguaios residentes em seus territórios – em torno de 9,8% da população paraguaia (PNUD, 2009).

Sob este contexto, Menezes (1987) chama atenção para o feito alcançado pelo governo de Stroessner, o qual *“para o bem ou para o mal, no espaço de uma geração, mudou a face do Paraguai como nação”* (p. 162). Através da aproximação com o Brasil, partilhando de interesses econômicos mútuos, verificaram-se importantes transformações na dinâmica econômica paraguaia. Essas mudanças somadas aos interesses do governo brasileiro podem explicar em parte as razões de sustentação do regime de Stroessner, e dos Colorados, no poder (MENEZES, 1987).

Houve a abertura da porção leste do Paraguai, a qual associada aos interesses econômicos e geopolíticos do Brasil¹² estimulou a presença de brasileiros nessa porção do

¹¹ O impacto do setor agropecuário paraguaio será discutido no item 1.2. do presente capítulo.

¹² Herken (1975) ressalta os esforços argentinos, e principalmente brasileiros para a concretização dos projetos hidroelétricos, de Itaipu e Yacyretá, no Rio Paraná.

território paraguaio (MENEZES, 1987). Por parte do governo brasileiro, a aproximação com o Paraguai fazia parte de uma estratégia, seguida pelo Itamarati a partir dos anos de 1950, de buscar novos mercados (MENEZES, 1987). Essa aproximação possibilitou ainda o desenvolvimento do projeto de construção da usina de Itaipu, de grande importância para a economia brasileira. Pois, garantiria a matriz energética necessária para o desenvolvimento dos parques industriais brasileiros (MENEZES, 1987).

Observou-se que o governo brasileiro foi bem-sucedido em suas proposições, dentre os seus feitos, chama-se atenção para a substituição da Argentina como principal parceiro comercial do Paraguai (MENEZES, 1987). De 1976 a 1980, a taxa de exportação brasileira para esse país cresceu a mais de 33,0% ao ano. Em 1980, as exportações brasileiras para o Paraguai foram de 409 milhões de dólares, e os produtos importados totalizaram 91 milhões de dólares (MENEZES, 1987). O Paraguai era o quarto maior comprador dos produtos brasileiros, e o sétimo exportador para esse país. Por isso, Menezes (1987) afirma que, nessa época o Brasil era o país, da América do Sul, com maior poder de influência sob o Paraguai. O Paraguai representava um mercado crescente para os produtos brasileiros (MENEZES, 1987). Para o Paraguai, a aproximação com o Brasil trouxe uma nova perspectiva para o futuro de sua economia (MENEZES 1987). Sobretudo, devido à construção do projeto hidrelétrico com o Brasil (Itaipu) e também com a Argentina (usina de Yacyretá), e a posterior venda de energia para essas nações (MENEZES, 1987).

Sobre a entrada de capital e colonos brasileiros, Garay (2013) aponta que ela ocorreu num cenário de expansão da agricultura mecanizada nos estados do sul do Brasil, trazendo, ademais, um componente étnico à problemática do uso e concentração das terras paraguaias.

Segundo Oddone (2011), o alto rendimento dessas terras atraiu não apenas os colonos brasileiros, mas, também empresas que se dedicavam a produção agrícola mecanizada e extensiva com alto uso tecnológico. Por conseguinte, os colonos brasileiros foram impelidos a se instalarem em propriedades de menores dimensões, sendo observado o retorno de muitos deles ao Brasil. Verificou-se ainda o crescimento da produção agrícola e de sua rentabilidade, porém, sem ter refletido na geração de empregos. Pelo contrário, essas atividades passaram a absorver as pequenas e médias propriedades, deslocando os produtores agrícolas paraguaios que não tinham recursos e tecnologias para competir com essas empresas (ODDONE, 2011). Logo, esse cenário contribuiu para aumentar os processos emigratórios rumo às áreas urbanas do Paraguai, e a outros países (ODDONE, 2011).

Ainda em relação à presença brasileira no Paraguai, observou-se o incremento do número de brasileiros no país a partir da construção da hidroelétrica binacional (Brasil e Paraguai) de Itaipu (ODDONE, 2011). Para Perinetti (1999), a construção dessa represa, entre 1974 e 1979¹³, consolidou a presença brasileira na zona fronteiriça entre os dois países. Em termos econômicos, a construção de Itaipu, principalmente com o uso de capital brasileiro¹⁴, somada ao desenvolvimento da agricultura paraguaia, promoveu forte crescimento da economia nacional. Dessa forma, Menezes (1987) acredita que parte importante do crescimento econômico paraguaio esteve ligada à aproximação do país com o Brasil.

Na esfera política, os dois países (Brasil e Paraguai) vivenciavam situações políticas semelhantes. Ambos estavam sob o controle de governos autoritários, o que eventualmente facilitou a continuidade do fortalecimento das relações diplomáticas entre eles – iniciada com a política externa brasileira da década de 1950.

Neste contexto, a partir de 1970, o Paraguai assumiu o papel de país de imigração. Principalmente devido à política econômica do Governo Stroessner (1954 – 1989), marcada pela abertura da porção leste do Paraguai, atraindo colonos brasileiros, e pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Ambos os acontecimentos foram decorrentes do fortalecimento das relações com o Brasil, conforme visto anteriormente. Ainda no início da década de 70, o Paraguai figurou como o quarto país com maior volume de imigrantes latino-americanos (atrás da Argentina, da Venezuela e do Brasil), e nos anos de 1980 e 1990 ficou em terceiro lugar (atrás da Argentina e da Venezuela) (SOUCHAUD, 2007).

Quanto aos processos emigratórios, em sua maioria direcionados a Argentina, observou-se ainda na década de 1960 que eles perderam seu caráter temporário, passando os emigrantes a fixar residência nesse país de destino (PALAU, 2011). Estima-se que, em 1960, o volume de paraguaios residentes na Argentina correspondia a 8,4% (PNUD, 2009) da população paraguaia, a qual era estimada em 1.726.257 pessoas¹⁵. Ademais, nesse período, chama-se atenção para o surgimento de um novo fluxo com destino aos Estados Unidos. Esses fluxos foram marcados inicialmente pelo deslocamento de profissionais qualificados e estudantes, principalmente de pós-graduação (PNUD, 2009). Segundo estimativas do censo demográfico estadunidense, em 1960, 595 paraguaios residiam no país. Com aumento desse

¹³ Em contraposição, Menezes (1987) aponta que a construção de Itaipu ocorreu entre 1973 e 1983.

¹⁴ Em torno de 73% do capital utilizado no projeto, enquanto que o restante foi por meio de empréstimo externo (MENEZES, 1987).

¹⁵ Estimativa obtida através da taxa de crescimento populacional, referente ao período de 1950 a 1962, e do volume populacional estimado pelo censo paraguaio realizado em 1962 (DGEEC, 2014).

volume populacional, em 1980, o censo dos Estados Unidos estimou 2.858 paraguaios residentes no seu território (GIBSON e LENNON, 1999).

Em 1989, o General Andrés Rodríguez colocou fim ao governo ditatorial de Stroessner (1954 – 1989), dando início ao período de transição para a democracia. Meses depois desse novo golpe, o General Rodríguez (1989 – 1993) não apenas venceu as eleições presidenciais, como também obteve a maioria parlamentar. Segundo López (2009), esse período da história paraguaia foi, mais uma vez, marcado por crises econômicas e político-sociais.

1.1.3. Da transição democrática paraguaia (1989) até o período mais recente

Nos anos considerados como de transição democrática (1989-2008) (PNUD, 2009), as razões políticas para emigrar perderam seu peso. Por outro lado, a forte recessão econômica vivenciada pelo Paraguai, somada à alta concentração da propriedade de terras, levou à falta de oportunidades laborais para parcela significativa da população paraguaia (PNUD, 2009), constituindo-se, então, como os fatores explicativos para os deslocamentos populacionais que passaram a se verificar.

Por conta disso, para a compreensão das causas dos processos emigratórios mais recentes, convém realizar uma análise mais detalhada sobre o desempenho econômico paraguaio.

Em contraposição ao período de grande expansão econômica (1960 e 1970), marcada pelo crescimento de 4,2% entre 1961 – 1970 e, de 8,3%, em 1971 – 1980 (BARRETO, 2009), na década de 1980, a economia paraguaia foi marcada por forte estagnação. Iniciada com a crise da dívida no início de 1980, esse cenário econômico se aprofundou com a crise bancária e financeira que ocorreu entre 1995 e 2002 (BARRETO, 2009). Barreto (2009) se refere a esse período como “décadas perdidas”.

Segundo o Barreto (2009), as principais causas da crise foram a instabilidade política, a falta de investimentos em infraestrutura, a insegurança jurídica, dentre outros fatores que inibiram o investimento privado. Sob este cenário, a economia paraguaia não gerou empregos, enquanto a população crescia (BARRETO, 2009). Isso fica evidenciado pelo aumento da taxa de desemprego da força de trabalho paraguaia, a qual passou de 6,3% em 1991, para 10,7% em 2002 – aumento de 69,8% (WORLD BANK, 2017). Paralelamente, a taxa de participação, da população acima de 15 anos, caiu de 63,8% em 1991, para 59,1% em 2002 –

queda 7,4% (WORLD BANK, 2017). Ademais, entre 1992 a 2002, a população paraguaia cresceu à taxa de 2,2% ao ano (DGEEC, 2014).

Observou-se ainda o acelerado processo de urbanização (BARRETO, 2009), cujos principais polos de atração foram as áreas metropolitanas de Assunção, Cidade do Leste, Pedro Juan Caballero e Encarnación (Mapa 1) (PERINETTI, 1999). Para Perinetti (1999), esses deslocamentos do campo para as cidades criaram uma crise, a qual retratava uma grande dívida social. Verificou-se o surgimento de várias zonas marginais, caracterizadas por problemas habitacionais, educacionais, laborais, dentre outros (PERINETTI, 1999). A essas regiões, Barreto (2009) refere como “cinturões de pobreza”.

Mapa 1 – Divisão departamental do Paraguai

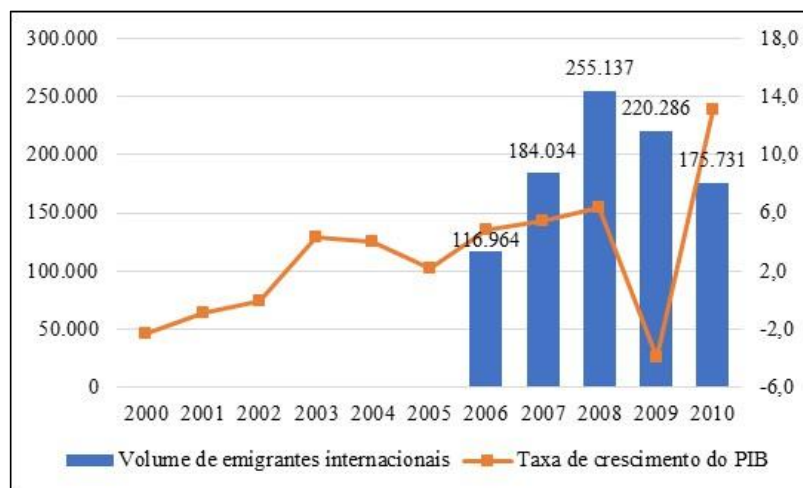


Fonte: Souchaud (2011, p. 148).

Desse modo, a falta de oportunidades de emprego para que a população migrante pudesse se incorporar ao mercado urbano, ou as condições em que elas deveriam se submeter para garantia de sua subsistência (HALPERN, 2009), fomentaram o aumento dos deslocamentos em direção a outros países (BARRETO, 2009).

Entre 2003 e 2008, verificou-se um cenário de recuperação econômica (Gráfico 1), com o crescimento médio do PIB alcançando 4,5%, em contraposição ao contínuo crescimento do número de emigrantes de 2006 a 2008¹⁶ (Gráfico 1). O aumento desse volume populacional, mesmo diante do cenário de recuperação econômica, nos traz um primeiro indicativo que essa nova perspectiva para a economia paraguaia não representava mudanças importantes no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB, Paraguai, 2000 a 2010¹⁷



Fonte: WORLD BANK. *World Bank Open Data*.

DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010).

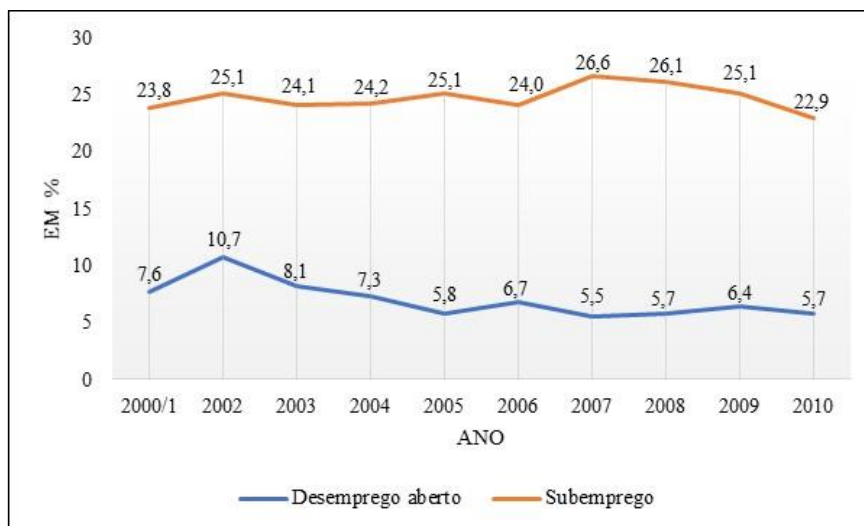
Dados coletados em 04 de jun. 2017.

¹⁶ A ausência de dados sobre o volume de emigrantes para os anos de 2000 a 2005, decorre do fato de que somente a partir de 2006 a *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)* passou a captar informações sobre os emigrantes internacionais paraguaios. Este debate sobre as limitações das fontes de dados paraguaios é apresentado no item 1.3.1 deste capítulo.

¹⁷ Convém ressaltar que, para os anos de 2009 e 2010, a *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)* não capta esse comportamento de aumento dos processos emigratórios, ela demonstra uma redução do volume de emigrantes internacionais paraguaios (gráfico 1). Contrapondo-se assim aos dados censitários dos principais países de destino desses migrantes. No caso da Argentina, os dados do censo apontam aumento de 70,5% no volume de migrantes paraguaios residente no país, passando de 322.962 pessoas em 2001 para 550.713 em 2010 (PNUD, 2009 e INDEC, 2010a). Assim como no caso do censo brasileiro, o volume de paraguaios residentes no Brasil aumentou em 36,2% no período intercensitário, de 28.822 em 2000 para 39.251 em 2010 (CELADE, 2000 e 2010). Para o censo estadunidense, entre 2000 e 2010, o volume de paraguaios residentes no país aumentou de 8.769 para 20.023 (U. S. CENSUS BUREAU, 2011). Enquanto que no caso da Espanha, a *Estadística del Padrón* continuo também indica aumento dessa população, de 1.550 em 2000 para 86.682 em 2010 (INE, 2017). Aspectos que refletem algumas das limitações da EPH acerca da captura dos movimentos emigratórios e, que serão discutidos no item 1.3.1 do presente capítulo.

Neste aspecto, entre 2003 a 2008, observa-se que a taxa de subemprego¹⁸ (Gráfico 2) sofreu poucas variações, apresentando uma média de 25,0%. Já a taxa de desemprego aberto¹⁹ (Gráfico 2) apresentou uma média de 6,5% entre 2003 a 2008.

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego aberto e Taxa de Subemprego, Paraguai, 2000/1 a 2010



Fonte: DGEEC. *Boletins EPH 2007, 2011 e 2014*. Dados coletados em 4 de jun. 2017.

Em termos gerais, para Palau (2011), na primeira década do século XXI, o modelo econômico agroexportador paraguaio, caracterizado por produções monocultoras, principalmente de soja, cereais, farinhas e azeites vegetais, destinados à exportação (principais mercados consumidores: Brasil; Argentina; Uruguai; e União Europeia), exerceu um papel importante no aumento do número de indivíduos deslocados de seus locais de origem. A maioria deles era constituída de pequenos agricultores que deixaram o campo em direção aos centros urbanos (migração do tipo rural-urbano) ou migraram para outros países (PALAU, 2011). O autor aponta a forte inter-relação entre a migração interna e a migração internacional, indicando assim que, para uma parcela do volume de emigrantes internacionais, a migração interna se constituiu como uma etapa do processo migratório.

¹⁸Entende-se por subemprego a soma do subemprego visível e do invisível. O subemprego visível “*se refiere a las personas ocupadas que trabajan menos de un total de 30 horas por semana en su ocupación principal y en sus otras ocupaciones (si las tiene), que desean trabajar más horas por semana y están disponibles para hacerlo*”. (DGEEC, 2014, p. 27). O invisível “*se refiere a las personas ocupadas que trabajan un total de 30 horas o más por semana en su ocupación principal y en sus otras ocupaciones (si las tiene) y su ingreso mensual es inferior a un mínimo legal establecido en el período de referencia*”. (DGEEC, 2014, p.27)

¹⁹Esta taxa demonstra a proporção da força de trabalho que não tem emprego, mas que desejava ter e buscou emprego no período de referência da pesquisa (DGEEC, 2014).

Neste aspecto, Halpern (2009) chama atenção para o fato de que na compreensão da dinâmica rural paraguaia, deve-se levar em conta que a concentração de terras e a incapacidade das pequenas propriedades produzirem ao menos o suficiente para a reprodução dos trabalhadores são fatores importantes para explicar os processos emigratórios verificados.

Por outro lado, Oddone (2011) demonstra que o modelo econômico prevalecente desde as últimas décadas do século XX, se caracteriza pela escassa geração de empregos e pela pequena absorção da força de trabalho paraguaia. O setor industrial paraguaio permaneceu estagnado por décadas²⁰, enquanto que o setor de serviços passou a ser o principal empregador da população paraguaia. Como esse último setor é insuficiente para a absorção da força de trabalho disponível, observou-se o aumento do volume de emigrantes internacionais, que buscavam oportunidades laborais e melhores níveis de renda fora do país (ODDONE, 2011). Logo, para Oddone (2011) face a um cenário marcado por uma economia com baixa geração de emprego, pela desigualdade de distribuição de renda e pelo contexto social desigual, com desenvolvimento humano médio e estagnado, verificou-se a continuidade da tendência de expulsão da população paraguaia para outros países. Ainda que tenham sido identificados indícios de melhoria das variáveis macroeconômicas (conforme mostra o Gráfico 1).

Por fim, quanto à atuação do Estado paraguaio, López (2009) chama atenção para a lei 978, aprovada em 1996. Para a autora, essa lei representou uma reação do Estado aos fenômenos migratórios observados no período de sua formulação, dentre os quais se destaca o alto volume de migrantes que ingressaram na Argentina na primeira parte da década de 1990. Porém, essa lei foi incapaz de garantir a permanência dos potenciais migrantes, assim como foi ineficiente para assistir à população que já havia emigrado.

Na lei 978, a emigração é mencionada brevemente, nos artigos 119 a 123 (frente aos 155 artigos que compõe a lei), e nos artigos 126 a 131 ao tratar do retorno de seus nacionais.

Quanto aos artigos referentes a emigração, chama-se a atenção para os artigos, que seguem:

“Art. 119. - La Dirección General de Migraciones, en coordinación con otros organismos nacionales y con la colaboración de organismos internacionales, cuando éstas así lo soliciten, efectuará y promoverá el estudio de las causas y consecuencias de la emigración de paraguayos, a efectos de proponer la ejecución de políticas y programas tendientes a su retención o repatriación.

²⁰ De acordo com Garay (2013), as políticas de liberação comercial que caracterizaram o período de transição democrática a partir de 1990, foram as medidas governamentais com maiores impactos na economia paraguaia. Para a autora, elas reforçaram o modelo econômico pautado na produção de bens primários para a exportação. Enquanto que a economia permaneceu com um baixo nível de participação da produção industrial, e incapaz de competir com a indústria estrangeira.

Art. 120. - En el caso de una emigración regular, constante o planificada de paraguayos, la Dirección General de Migraciones, en coordinación con el Ministerio de Justicia y Trabajo, pondrá en marcha mecanismos destinados a: a) Informar sobre las posibilidades de ocupar una posición laboral en el país antes de decidir sobre el acto a emigrar; b) Informar sobre la situación política, socio-económica, salarios, poder adquisitivo y sistema de seguridad social del país receptor, sus posibilidades de ascenso en la escala social y los eventuales problemas de inserción y asimilación que deban superar los emigrantes paraguayos en la sociedad de destino y, c) Intervenir o asesorar al emigrante nacional en relación a las ofertas o contratos de trabajo que le formulen desde el exterior” (PARAGUAI, 1996).

Nesses artigos, observa-se a possibilidade da *Dirección General de Migraciones* propor a execução de políticas relacionadas à retenção, ou repatriação, de seus nacionais. Mas, sem deixar claro que tipos de ações seriam e, se elas teriam o caráter de retenção forçada ou voluntária. Assim como, coloca a cargo da *Dirección General de Migraciones*, o auxílio aos cidadãos paraguaios que desejam deixar o país.

Os demais artigos (121 a 123) discutem aspectos como a criação de centros e associações de emigrantes paraguaios no exterior; a prestação de serviços culturais para a preservação da identidade nacional dos paraguaios emigrados, mas, sem afetar os processos de adaptação e integração na sociedade receptora; e a proibição do recrutamento de paraguaios, em território nacional, sem autorização prévia das autoridades competentes (PARAGUAI, 1996). Chama-se, ainda, atenção para o artigo 140 referente à proteção dos nacionais paraguaios residentes no exterior. Nesse artigo, é definido que

“Art. 140. - Cuando sea requerido por el Poder Ejecutivo la Dirección General de Migraciones propondrá la suscripción de acuerdos o convenios con los Estados donde residan migrantes paraguayos para asegurarles la igualdad de derechos individuales, laborales y de seguridad social con los nacionales del país receptor y la posibilidad de efectuar transferencias de fondos en favor de sus familiares residentes en el Paraguay” (PARAGUAI, 1996)

Para mais, fica nítido o interesse do Estado paraguaio nas remessas financeiras enviadas por esses indivíduos.

Outro aspecto político importante é a ausência do direito ao voto para os cidadãos paraguaios emigrados, o que representa um entrave para que esses indivíduos façam pressão para a inclusão da problemática da emigração na agenda governamental (LÓPEZ, 2009).

Para López (2009), há por parte do Estado paraguaio uma naturalização da emigração, de modo que ele não faz uso do seu poder para buscar controlar esse fenômeno demográfico. Ao contrário, observa-se uma omissão voluntária que busca favorecer setores dentro do próprio Estado – os quais o governam (LÓPEZ, 2009). Em consonância com essa

ideia, Halpern (2009) afirma que “*la ausencia de políticas inclusivas no hace más que presionar a la población a su emigración, lo que satisface un círculo vicioso al que se suman las remesas – como capital obtenido por el Paraguay – como válvula de salida permanente frente a sus cíclicas crisis*” (p.6). Ademais, para Halpern (2009), se havia alguma expectativa a respeito das transformações estatais e estruturais do país ao final do Governo Stroessner (1989), rapidamente percebeu-se que as mudanças haviam sido mínimas. Aliás, até o período mais recente pouca coisa mudou.

1.1.4. Movimentos emigratórios paraguaios: considerações sobre uma variável estrutural

Em síntese, a história emigratória paraguaia reflete a história de uma nação marcada por uma industrialização escassa, grandes latifúndios e concentração de terras, levando a expulsão da população camponesa. Somado a este contexto, as constantes lutas políticas que marcaram os últimos 150 anos e o cenário político, social e econômico instável, constituíram-se como os principais fatores de expulsão da população paraguaia (HALPERN, 2009).

Após a breve revisão da história emigratória paraguaia apresentada nos itens anteriores, percebe-se que a emigração se apresenta como uma constante estrutural que permeia a história nacional, pelo menos, desde meados do século XIX. Essa caracterização teve como inspiração a análise da situação da emigração estrutural portuguesa, proposta por autores como Godinho (1978), Leeds (1983) e Cepeda (1995). Ressalta-se que ter esses estudos como inspiração não representa que identificamos semelhanças entre os processos emigratórios paraguaios e portugueses, e muito menos que se objetiva comparar a realidade dos dois países. Pelo contrário, entende-se que esse fenômeno demográfico apresenta características distintas na história dessas duas nações. A apropriação desse conceito no presente estudo decorre exclusivamente de sua funcionalidade para pensar a emigração paraguaia enquanto uma variável estrutural que marca a história nacional desde meados do século XIX. Desse modo, acredita-se que outros estudos também podem se apropriar desse conceito, explorado pelos autores lusitanos, ao tratarem de processos emigratórios de longa data na história de uma determinada população.

De modo geral, Godinho (1978) aponta que a saída dos portugueses representou, ao longo da história, a crise estrutural portuguesa que desde o século XV, transformou o país, tornando-o em uma “*usina de fabricação de mão de obra para exportação*” (GODINHO,

1978). Para o autor, esses deslocamentos traduziam as dificuldades de iniciar um processo sustentado de industrialização e modernização econômica (GODINHO, 1978). Para Leeds (1983), durante a maior parte do século XX, face ao modelo econômico português, a emigração se apresentou como uma variável fundamental para a sobrevivência econômica de Portugal e, contribuiu para agravar mais sua rigidez estrutural.

De modo semelhante, no caso paraguaio, tratar da conjuntura econômica nacional, na longa duração, requer abordar as limitações estruturais de um modelo econômico com escassa geração de empregos, pequena absorção da força de trabalho paraguaia (ODDONE, 2011) e, por isso, também dependente da emigração, para aliviar a situação de desemprego latente (constante).

Afinal estima-se que, em 2009, mais da metade do volume de emigrantes (51,7%) era constituído de jovens em idade ativa, entre 20 a 29 anos. Se somar-se a esse grupo a população emigrante de 30 a 34 anos, essa proporção aumenta para 60,3% (DGEEC, 2010b *apud* ODDONE, 2011). Caso essas pessoas não tivessem optado por deixarem o país, ou tivessem retornado, muito provavelmente as estatísticas de desemprego (Gráfico 2) seriam maiores do que as verificadas.

Godinho (1978) apontava, para o caso português que, se naquele momento em que realizou seu estudo, os emigrados retornassem ao país, seria uma catástrofe. Isso por conta da diminuição ou cessação das remessas financeiras recebidas e, principalmente, porque os 800.000 a 1 milhão de portugueses residentes no exterior desorganizariam o mercado de trabalho português (GODINHO, 1978), já que em torno de 8,4% a 10,5% da população total do país, estimada em 9.558.250 habitantes, retornaria à terra natal (WORLD BANK, 2017)²¹.

Chama-se ainda atenção para a população rural que ao longo da história foi impelida a se deslocar em busca das condições necessárias para a sua reprodução, e que encontrou dificuldades de inserção laboral nos centros urbanos paraguaios devido ao baixo desenvolvimento industrial (HALPERN, 2009) e ao setor de serviços incapaz de absorver esses contingentes populacionais. Para muitos desses indivíduos, a ausência de expectativas e de possibilidades laborais nas cidades paraguaias, fez com que a emigração internacional se constituísse como a única alternativa (HALPERN, 2009).

Acerca da expulsão da população camponesa das áreas rurais, Paulo Singer já apontava que os fatores que provocam essas migrações podem ser divididos em *fatores de*

²¹ No caso paraguaio, Oddone (2011) estima que, em 2010, o volume de emigrantes internacionais representava em torno de 12% da população total do país, ou seja, um contingente de emigrados superior ao detectado por Godinho para o caso português.

mudança e fatores de estagnação (Singer, 1978). No caso paraguaio, observa-se a prevalência dos fatores de mudança para explicação desse êxodo rural histórico. A introdução das relações de produção capitalistas nas áreas rurais paraguaias, sobretudo nos anos de 1960 e 1970, levou a perdas de terras pelos camponeses. Visava-se o aumento da produtividade agrícola mediante a introdução de novas formas de produção, e, por conseguinte houve também a redução do nível de emprego no setor (SINGER, 1973).

Em estudo mais recente sobre o Paraguai, Palau (2011) argumenta que

“Un país de fronteras demográficas abiertas se lo llamó alguna vez. Muy abiertas diría yo. La razón es muy clara: el descompromiso y hasta la agresión de sus gobernantes contra su pueblo, la mediocridad y el fanatismo político, la hiperconcentración de recursos generadora de una pobreza ancestral de las mayorías, la ausencia casi completa de una racionalidad anclada en el bien común y dirigida a fuerza de represión y violencia hacia el bien propio o corporativo. Ahí están las raíces del éxodo paraguayo y de la entrega del mejor territorio y recursos de nuestra tierra a intereses que nada tienen que ver con la reivindicación de lo paraguayo”. (p.57).

Nestas condições, observou-se a manutenção dos fluxos emigratórios em níveis elevados ao longo dos períodos históricos analisados. Isto evidenciou que a estrutura social não reverteu essas perdas populacionais, e muito menos gerou as transformações necessárias para o início de um novo período na dinâmica migratória paraguaia (HALPERN, 2009). Para Halpern (2009), em nenhum momento da história paraguaia, a emigração foi considerada enquanto um problema que necessitava ser resolvido pelo Estado.

Ao contrário, verificou-se a associação do desenvolvimento nacional à política de colonização agrícola com o protagonismo dos imigrantes internacionais (SOUCHAUD, 2007). Paradoxalmente enquanto o Estado paraguaio estimulou a presença de imigrantes²² no país, de modo geral, os volumes de cidadãos que deixavam o Paraguai cresciam.

Entre 1881 – 1885, a população estrangeira residente no país era estimada em 885 pessoas. Com seu aumento, foram estimados, entre 1916 a 1920, 22.305 imigrantes residentes no Paraguai (UNITED NATIONS, 1974a). Em 1950, o censo demográfico paraguaio registrou 54.171 estrangeiros no país, com aumento desse volume para 82.590 imigrantes, em 1972, o que representava 3,5% da população total (UNITED NATIONS, 1974a). Essa proporção sofreu pequenas variações nos censos subsequentes. Em 1982, ela correspondia a 5,6% da população total paraguaia e, em 1992 e 2002, era de respectivamente 4,6% e 3,4% da população total (o

²² Principalmente no período posterior ao final da Guerra da Tríplice Aliança com a vinda de europeus, e nos anos de 1960 e 1970, sobretudo com a presença brasileira.

volume de imigrantes estimados pelos censos demográficos de 1982, 1992 e 2002 era de, respectivamente 168.104, 190.907 e 173.176 pessoas).

Em contrapartida, a população paraguaia residente na Argentina, principal país de destino dos paraguaios, era de 14.430 pessoas, entre 1895 – 1914. Com seu aumento no período subsequente, entre 1915 – 1947, totalizou-se 65.256 paraguaios residentes no país vizinho (UNITED NATIONS, 1974a). Em 1970, o volume de paraguaios residentes em outros países era em torno de 358.762 pessoas, aproximadamente 16% da população paraguaia (UNITED NATIONS, 1974a). Se comparado com o período mais recente, observa-se que essa proporção sofreu pequena variação. Oddone (2011) aponta, por meio de diversas fontes de dados, que a população paraguaia residente no exterior correspondia acerca de 12,2% da população total do país em 2010²³.

Segundo Halpern (2009), a emigração internacional paraguaia representa uma perda material e simbólica que nenhum Estado poderia observar passivamente. Além do mais, há que se considerar o que a omissão do Estado paraguaio representou diante do cenário nacional. López (2009) argumenta que a instabilidade econômica e política que marcou os últimos séculos da história paraguaia afetaram a capacidade de o Estado formular políticas e programas que abarquem a problemática da emigração internacional.

Além disso, Magdalena López aponta que a naturalização do fenômeno emigratório, fundamentada nos discursos sobre seus eventuais benefícios à economia e ao mercado laboral²⁴, poderia ainda explicar essa ausência de políticas públicas (López, 2009).

Para a autora,

“de esta manera, la población potencialmente migrante – por incorporar la imagen que el Gobierno proyecta – ve en la emigración una solución al desempleo y al restringido contexto económico, signado por la desigualdad social, mientras que el Estado, avalándose en las mismas interpretaciones que emite la sociedad, evita la elaboración de políticas públicas que contrarresten el proceso y, de esta manera, conserva el *status quo* económico” (LÓPEZ, 2009, p. 17).

²³ Chama-se atenção para a dificuldade de levantamento de estimativas do total de paraguaios residentes no exterior. Principalmente devido à ausência de dados censitários paraguaios, até 2012, que mensurassem essa variável demográfica. Esta discussão é apresentada no item 1.3.1.

²⁴ López (2009) demonstra que entre os argumentos otimistas sobre a emigração internacional, destaca-se a possibilidade de diminuir o desemprego na sociedade de origem dos migrantes e a perspectiva de enriquecimento desses países através das remessas enviadas pela população residente no exterior.

Ou seja, para o Estado paraguaio a emigração de seus nacionais representaria uma forma de aliviar tanto as estatísticas laborais, como a necessidade de introduzir transformações profundas no modelo de desenvolvimento vigente.

Por fim, o quadro 1 apresenta uma boa síntese das causas e dos países de destino dos processos emigratórios da população paraguaia. Ressalta-se ainda que conforme apontou Cepeda, há mais de duas décadas, a emigração internacional além de ser analisada segundo as causas de origem e os aspectos socioeconômicos que lhe são intrínsecos, pode ser vista pelas consequências na vida nacional do país de origem dos migrantes e de seus cidadãos (Cepeda, 1995)²⁵ – proposta do item 2.2 do presente estudo.

Quadro 1 – Migração internacional paraguaia, por países de destino, períodos e causas

Destino preferencial	Confederação Argentina	Mato Grosso, Corrientes	Argentina	Argentina e Uruguai	Argentina, Brasil e EUA	Argentina, EUA, Europa e Brasil
Anos	1811/1850	1870/1880	1900/1930	1947	1960/1970	1989/2009
Causas	Ditaduras	Carências extremas do pós-guerra	Econômicas e políticas	Guerra civil	Econômicas e ditadura	Recessão, desemprego e subemprego.

Fonte: PNAD. Ampliando horizontes: *Emigración internacional paraguaya* (2009, p.51). Tradução livre.

1.1.5. Os destinos dos emigrantes internacionais paraguaios

Conforme apresentado, observa-se que a maioria dos deslocamentos que constituem a história emigratória internacional paraguaia ocorreu em direção aos países vizinhos. Principalmente os fluxos se dirigiram à Argentina, cuja preferência pode ser explicada por fatores como o idioma e aspectos culturais em comum – facilitando assim as relações e a inserção dos migrantes –, a proximidade geográfica e as extensas fronteiras em comum. Esses últimos fatores se somam à facilidade de conexão dos migrantes com suas regiões de origem, tanto por via fluvial, como terrestre (PALAU, FISCHER e PEREZ, 1997). Ademais, a decisão de migrar para a Argentina representava para estes indivíduos uma forma de solução espontânea e atenuante dos problemas sociais e econômicos que permearam a história paraguaia. Refletia as expectativas e oportunidades de emprego, habitação e segurança social que os indivíduos encontravam neste outro país (BARRIOS, 1990).

²⁵ Cepeda (1995) apresenta essa ideia ao analisar os processos emigratórios que marcaram a história portuguesa. No entanto, acreditamos que ela se aplica aos estudos emigratórios de qualquer país.

No entanto, Palau (2011) chama atenção para o fato de que nem sempre estes indivíduos encontraram condições de vida digna, e que suas trajetórias migratórias foram marcadas pelo caráter subalterno de suas inserções laborais no mercado de trabalho argentino.

Em uma primeira etapa, estes fluxos migratórios se direcionaram para as regiões fronteiriças, principalmente para o cultivo de produtos tropicais no nordeste argentino, atividades que eram caracterizadas por uma demanda sazonal por mão-de-obra. Posteriormente, o deslocamento de muitos destes migrantes passou a se dar em direção as cidades mais importantes, constituindo-se assim numa tendência de concentração nos grandes centros urbanos (BARRIOS, 1990).

Dentre os grandes centros urbanos de destino dos migrantes paraguaios, houve o destaque para o município de Buenos Aires e sua região metropolitana. Para Palau, Fischer e Perez (1997), os processos de fixação de residência iniciados na década de 1960 podem estar diretamente relacionados com essas mudanças no destino dos fluxos emigratórios, uma vez que a distância entre a região de origem dos migrantes e o local de destino aumentou, dificultando assim as recorrentes idas e voltas. Ademais, Palau, Fischer e Perez (1997) apontam que, neste período, 23,7% dos paraguaios que residiam naquele país optaram pela nacionalidade argentina.

Verificou-se ainda uma concentração destes migrantes em setores econômicos específicos, no caso dos homens, grande parcela deles exercia atividades no setor de construção civil, principalmente devido ao recrutamento realizado pelos migrantes mais antigos e em posições hierárquicas superiores (BRUNO, 2010). Isso demonstra o papel exercido pelas redes migratórias na inserção laboral dos novos migrantes, e no suprimento da demanda por mão-de-obra deste setor. De outra parte, segundo Bruno (2010), não foi observada a formação de “guetos ocupacionais”, tendo em vista que os paraguaios representavam uma pequena parcela dos trabalhadores deste setor. Por exemplo, no censo demográfico argentino de 2001, eles eram apenas 7,4% do total de trabalhadores desse setor (BRUNO, 2010).

Em relação às mulheres, concentradas no setor de serviços domésticos (seis de cada dez migrantes paraguaias), elas representam 14,1% das trabalhadoras destas atividades, segundo dados do censo argentino de 2001 (BRUNO, 2010).

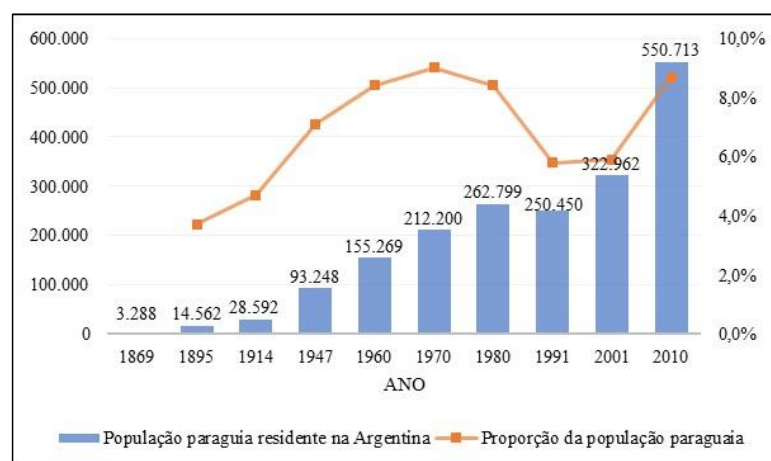
Ao analisarmos as estimativas do volume de migrantes paraguaios na Argentina ao longo da história (Gráfico 3), pode-se observar um comportamento geral de aumento do volume entre os censos demográficos²⁶, com exceção da queda entre 1980 e 1991, a qual eventualmente,

²⁶ Conforme será analisado no item 1.3 do presente capítulo, uma das grandes problemáticas de estudo dos processos emigratórios internacionais paraguaios reside no fato de que apenas no censo demográfico de 2012 deste

pode ser justificada pela crise econômica e o processo hiperinflacionário que marcou a economia argentina na década de 1980.

Desta forma, considerando a dimensão destes fluxos migratórios ao longo da história, e as particularidades brevemente expostas, observa-se uma concentração dos estudos nesta temática quando em comparação aos demais processos emigratórios paraguaios. Esses estudos estão focados principalmente na compreensão do deslocamento dos migrantes com destino aos grandes centros urbanos, como Buenos Aires, onde se evidencia os trabalhos precários e as especificidades de gênero na inserção laboral (PROFIT, 2014).

Gráfico 3 – População nascida no Paraguai e residente na Argentina, Censo demográfico argentino, 1869 a 2010²⁷



Fonte: INDEC. *Censo Nacional de Población* (apud PNUD, 2009, p.52).

INDEC (2010a). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. DGEEC (2014).

Dados coletados em 19 de jul. 2017.

Em relação à emigração para o Brasil, em menor quantidade se comparada com os fluxos em direção a Argentina, observa-se que ela também se intensificou no período imediato após a Guerra da Tríplice Aliança, destinando-se às zonas rurais do país, principalmente do Estado do Mato Grosso. Para Peraro (2000), esse deslocamento pode ter representado uma alternativa às consequências da guerra que dizimou o Paraguai. Já, a escolha desse novo território pode ser explicada pela proximidade geográfica e a existência de conterrâneos que

país foi incluída uma seção sobre a emigração internacional. Tornando-se assim ainda mais latente a necessidade de uso de variadas fontes, nacionais e de outro país.

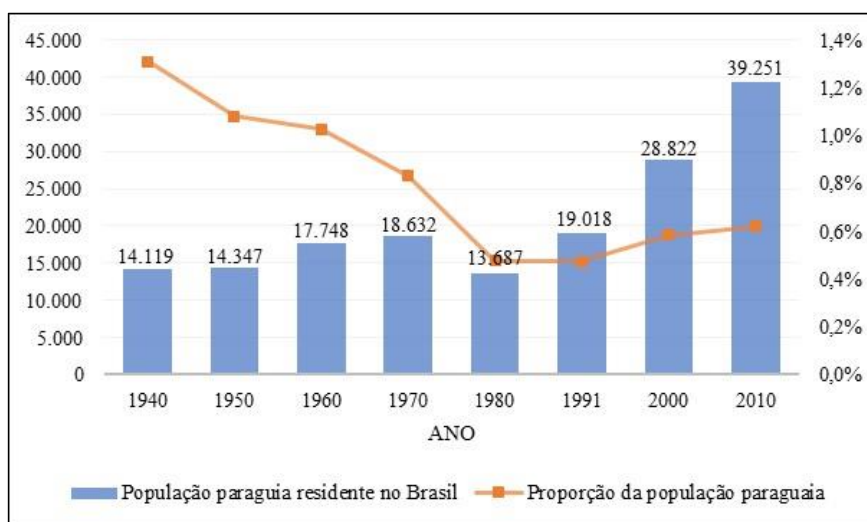
²⁷ No caso da proporção da população paraguaia que o volume de emigrantes representava em 2010, a estimativa populacional paraguaia em 2010 foi obtida pelo censo paraguaio de 2012 e a taxa geométrica de crescimento populacional do período 2002 – 2012.

residiam nessa região brasileira. Em seu estudo, a autora chama a atenção para a presença de paraguaios no acampamento militar de Várzea Grande, criado durante o conflito bélico, e também no município de Cuiabá. Ademais, Peraro (2000) destaca as dificuldades de enumerar esses volumes populacionais, sobretudo ao questionar se “*não seria possível que tais estrangeiros tivessem escapado da contabilização por falha dos recenseadores e/ou por atitude de sonegação de informação por parte dos próprios imigrantes*” (PERARO, 2000, p. 5).

Em 1920, ano para o qual tivemos acesso às estimativas, dos 17.329 paraguaios residentes no país, calculados pelo censo demográfico brasileiro, 13.000 residiam naquele estado (PNUD, 2009).

A partir de 1950, estes processos migratórios se diversificaram e passam a se dirigir até aos grandes centros urbanos, especialmente para o município de São Paulo (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997). Bruno (2010) afirma inclusive que a migração paraguaia até o Brasil volta a ter uma importância histórica, assim como no período precedente a Guerra da Tríplice Aliança. Esse movimento assumiu, assim, uma tendência crescente entre 1990 a 2010.

Gráfico 4 – População nascida no Paraguai e residente no Brasil, Censo demográfico brasileiro, 1940 a 2010²⁸



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, série nacional (1940, p.16; 1950, p. 14; 1960, p.14; 1970, p. 21; 1980, p. 52).

CELADE. *Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica* 1991, 2000, 2010.

DGEEC (2014). UNITED NATIONS (1974). Dados coletados em 18 de jul. de 2017.

²⁸ Ressalta-se que os volumes populacionais paraguaios para os anos do gráfico foram obtidos pelas: taxas de crescimento geométrico entre os períodos intercensitários; e as estimativas dos censos paraguaios de 1950, 1962, 1972, 1982, 1992, 2002 e 2012 e, a estimativa populacional de 1936 (DGEEC, 2014 e UNITED NATIONS, 1974a).

Estes movimentos mais recentes têm uma particularidade, vinculando-se, em grande medida, aos fluxos iniciais de brasileiros que se assentaram nas zonas fronteiriças paraguaias, expandindo as fronteiras agrícolas dos estados brasileiros (os chamados brasiguaios), e que passam a retornar ao Brasil acompanhados de seus descendentes nascidos no Paraguai. Estima-se que, em 2010, um terço da população paraguaia residente no Brasil fosse menor de 20 anos de idade (CELADE, 2010 *apud* BRUNO, 2010), o que poderia indicar que muitos desses indivíduos são filhos de brasileiros que migraram com os pais retornados.

Quanto aos processos migratórios de maior distância, observa-se na década de 1960 o aparecimento de novos fluxos que passaram a dirigir-se para os Estados Unidos, caracterizados pelo maior nível educacional, e compostos principalmente por profissionais qualificados e estudantes de pós-graduação que buscavam fugir da situação política paraguaia e da falta de oportunidades laborais (PNUD, 2009).

Há que se considerar ainda que, desde os anos finais da década de 1950, o país passou por uma crise do seu sistema universitário (PNUD, 2009). O agravamento da situação, em 1965, se deu com a reforma universitária promovida pelo governo de Alfredo Stroessner (1954 – 1989), que trazia novos obstáculos para o acesso ao ensino superior como, por exemplo, a redução do número de vagas ofertadas, ao invés de tratar dos problemas relacionados ao número de docentes e de infraestrutura disponíveis (PNUD, 2009). Isso estimulou a migração de muitos jovens estudantes, que se deslocaram em direção aos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai. Muitos deles não retornaram posteriormente ao país por motivos políticos, econômicos e laborais (PNUD, 2009).

De modo que, em 1970, foram estimados 1.792 paraguaios residentes nos Estados Unidos, volume que aumentou nas décadas subsequentes, totalizando 2.858 e 6.057 pessoas em 1980 e 1990 respectivamente (TRIGUEROS LAGARRETA, 2008 *apud* PNUD, 2009). Embora os números sejam muito inferiores aos paraguaios que emigraram para a Argentina ou para o Brasil, revela a escolha de um destino de emigração alternativo, pelo menos para aqueles com maior escolaridade e, provavelmente, com mais recursos.

Em relação aos deslocamentos mais recentes com destino a este país, Bruno (2010) chama atenção para o fato de que

“[...] sobre la corriente migratoria hacia Estados Unidos no existen mayores estudios; sin embargo, se han remarcado distintos factores que llevaron a un sostenido crecimiento del colectivo paraguayo en aquel país, cuya magnitud para el año 2000 era de 11.980 personas. Se menciona la constante ‘captación de talentos’ (denominador común de corrientes migratorias calificadas de la región) que desarrollan estudios universitarios en norteamérica [sic]; como también la formación

de una dinámica red migratoria con eje en el distrito de Caraguatay (Departamento de Cordillera)". (p. 22).

Apesar do pequeno número de estudos sobre esses processos migratórios, quando comparados com a quantidade de estudos sobre outros grupos de emigrantes paraguaios, os Estados Unidos aparecem como o quarto país de destino (DGEEC, 2010a), demonstrando assim sua importância na dinâmica migratória paraguaia.

Outro tipo de deslocamento de longa distância que ganha notoriedade, principalmente a partir dos anos 2000, é aquele em direção à Espanha, que passou a assumir a posição de segundo destino preferencial dos emigrantes paraguaios (PNUD, 2009). Este fenômeno se contrapõe à crise econômica argentina de 2001, e soma-se a um cenário mais geral que deu maior "envergadura" ao sistema migratório latino-americano, que passou a se deslocar em direção à Espanha (BRUNO, 2010). Observou-se neste período, portanto, uma reconfiguração dos fluxos migratórios paraguaios (PNUD, 2009).

Este fluxo de paraguaios em direção à Espanha é caracterizado como predominantemente jovem e feminino, com a maioria dos indivíduos em condição irregular no país até 2008, ou seja, sem cidadania espanhola ou permissão de residência no país (BRUNO, 2010).

No entanto, a eclosão da crise econômica de 2008, as restrições e os controles impostos aos migrantes parecem ter trazido um novo aspecto para esta dinâmica migratória, ao se evidenciar incipiente movimento de retorno. A crise afetou os trabalhadores migrantes por conta da falta de empregos, da queda do número de horas trabalhadas e da renda obtida (DUQUE e ROSSI, 2009).

No caso espanhol, o crescimento econômico dos doze anos anteriores à crise de 2008 se pautou principalmente no setor de construção civil, marcado pelo uso de mão de obra estrangeira (DUQUE e ROSSI, 2009). Se em 1995, esse setor representava 12,3% do PIB espanhol, com o aumento da sua participação, em 2006, o setor de construção civil passou a responder por 18,0% do PIB (PEREIRA e CINTRA, 2014). Em trabalho recente, Pereira e Cintra (2014) apontam que, através do crescimento econômico pautado em investimentos produtivos foi possível gerar empregos e, por conseguinte, corrigir os desequilíbrios da economia. Desse modo, a economia espanhola passou por um período de estabilidade econômica, o que possibilitou o cumprimento dos critérios para participação na União Econômica e Monetária da União Europeia (UEM), implantada em 1999 (PEREIRA e CINTRA, 2014). Segundo Pereira e Cintra (2014), com a participação na UEM esperava-se que

“o país teria daí em diante um maior equilíbrio entre as políticas monetárias e fiscais” (PEREIRA e CINTRA, 2014, p. 8).

No entanto, com a eclosão dos problemas das instituições financeiras estadunidenses em 2008 e, como a Espanha se apresentou sensível e interdependente a esse cenário, deflagrou-se uma crise financeira espanhola, a qual teve efeito na economia real (PEREIRA e CINTRA, 2014). Segundo Pereira e Cintra (2014), esses efeitos repercutiram nos canais de crédito, de patrimônio, de confiança e também fiscal.

Com a crise do setor de construção em 2008, os migrantes se depararam com uma contração na quantidade de oportunidades laborais (DUQUE e ROSSI, 2009). Porém, os efeitos foram propagados de maneira desigual entre os grupos de migrantes. Os mais afetados foram os trabalhadores que chegaram mais tarde ao país que, em sua maioria, estavam inseridos no mercado de trabalho com baixos níveis salariais e com contratos temporários (DUQUE e ROSSI, 2009). Ter chegado mais tardiamente na Espanha, configurou-se assim como uma vulnerabilidade no caso dos migrantes paraguaios, assim como entre os bolivianos, quando comparado com outras nacionalidades latino-americanas, a exemplo os colombianos, equatorianos e argentinos (CERRUTI e MAGUID, 2015).

Dentre os trabalhadores paraguaios, os homens foram mais afetados do que as mulheres, devido aos setores de atuação (CERRUTI e MAGUID, 2015). Enquanto muitos homens se concentravam nas atividades relacionadas a construção civil, setor fortemente afetado pela crise, as mulheres atuavam no setor de serviços domésticos e de cuidadoras, atividades que sofreram menores impactos da crise.

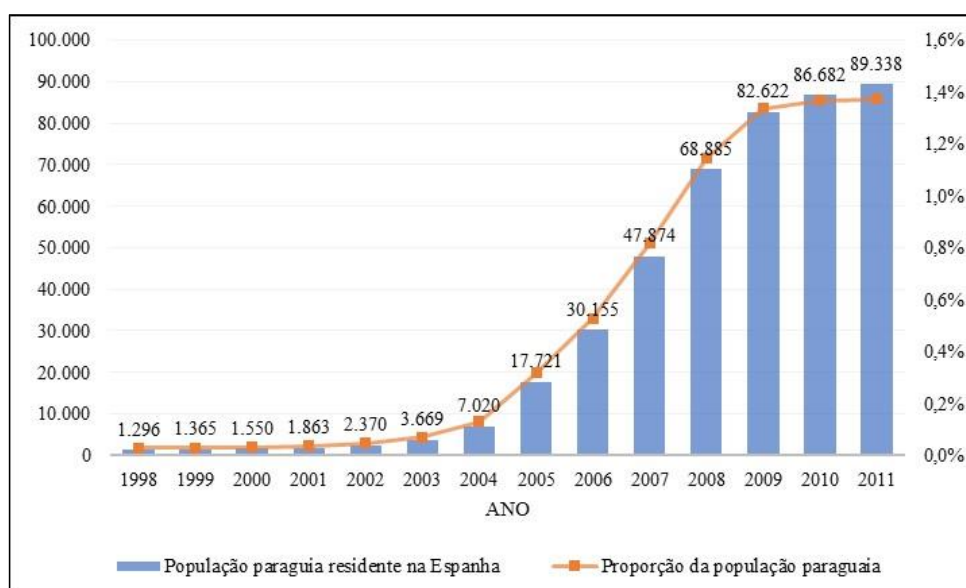
Os principais efeitos da crise nas atividades realizadas pelas migrantes paraguaias foram as variações da jornada de trabalho, no sentido de sua redução, bem como mudanças no sistema de pagamento, que passou a ser por hora trabalhada (DUQUE e ROSSI, 2009 e CERRUTI e MAGUID, 2015). Dessa forma, para as mulheres houve uma queda da renda do trabalho, mas não incidiu tanto no número de vagas de emprego, quando comparado ao caso dos homens (DUQUE e ROSSI, 2009).

Ademais, não ter a cidadania espanhola²⁹ foi um fator que causou aumento da probabilidade de retorno destes migrantes (CERRUTI e MAGUID, 2015).

²⁹ As autoras não deixam claro se neste caso a falta de cidadania espanhola representa que estes indivíduos estavam em situação irregular no país. Porém, como elas apontam que “*ante la pérdida de empleo y las escasas posibilidades de conseguir reinsertarse en el mercado laboral, muchos inmigrantes, particularmente aquellos en situación irregular decidieron retornar a sus países de origen*” (p. 44). Acredita-se que sim.

Porém, como dito anteriormente, estes movimentos de retorno se mostram como uma primeira reação diante da eclosão da crise, não anulando por si só a tendência de crescimento destes fluxos conforme se observa no Gráfico 5. Os dados revelados no gráfico reforçam a necessidade de uma análise mais detalhada para compreensão deste fenômeno demográfico. Eventualmente, a proporção de migrantes em condições regulares, que permaneceram e/ou chegaram ao país após a eclosão da crise econômica, pode ser maior quando comparado com o período anterior à crise de 2008. Afinal, Cerruti e Maguid (2015) apontam que foram, principalmente, os migrantes em condições irregulares que retornaram ao Paraguai.

Gráfico 5 – População nascida no Paraguai e residente na Espanha, 1998 a 2011³⁰



Fonte: INE (2017). *Estadística del Padrón continuo*. DGEEC (2014).

Dados coletados em 19 de jul. 2017.

Para além destes destinos, Halpern (2009) chama a atenção para as altas taxas de crescimento do número de paraguaios residentes em países como Chile e Bolívia, os quais, entre as décadas de 1990 e 2000, cresceram entre 100% e 200% respectivamente (HALPERN, 2009). Percebe-se assim, diversificação das correntes migratórias, a qual traz maior complexidade para um cenário migratório, geralmente reduzível a “destinos típicos” e “trajetórias típicas” (BRUNO, 2010).

³⁰ Considera-se aqui os indivíduos com e sem nacionalidade espanhola. Em comparação com a estimativa para 2011, apresentada no gráfico, o censo demográfico espanhol deste ano estimou 71.906 pessoas nascidas no Paraguai e residentes na Espanha (INE, 2011b). Ressalta-se ainda que os volumes populacionais paraguaios para os anos do gráfico foram obtidos pelas: taxas de crescimento geométrico entre os períodos intercensitários; e as estimativas dos censos paraguaios 1992, 2002 e 2012.

Em termos gerais, observa-se que desde o século XX a emigração paraguaia tem apresentado um crescimento sustentado (PROFIT, 2014). Estima-se que, em 1914, 14.600 paraguaios residiam na Argentina (UNITED NATIONS, 1974a). Em 1947, esse volume já alcançava 94.000 pessoas (UNITED NATIONS, 1974a) e, em 1970, passou para 212.200 (INDEC, *apud* PNUD, 2009). Esse volume de paraguaios residentes na Argentina, no início da década de 1970, representava em torno de 90% dos paraguaios residentes em outros países (UNITED NATIONS, 1974a). Em 2000, estima-se que mais de 350.00 paraguaios residiam no exterior, o que representava em torno de 7,0% da população paraguaia (ODDONE, 2011).

Nos anos iniciais do novo século, houve um fortalecimento dos fluxos migratórios de longa distância, transformando a dinâmica migratória internacional paraguaia. Isso implica em novos desafios para seu estudo e para sua compreensão, dentre eles a necessidade de compreender o perfil destes migrantes e os efeitos destes processos para a sociedade paraguaia – temas a serem tratados no segundo capítulo.

1.2. O papel do setor agroexportador nos processos emigratórios

A compreensão da história emigratória internacional do Paraguai e da configuração destes fluxos mais recentes, assim como o entendimento de toda a dinâmica migratória deste país (interna e internacional), requer a introdução da problemática do acesso à terra na sociedade paraguaia. Esta discussão pode evidenciar como entraves desse tipo, vivenciados por uma parcela da população foram responsáveis por fomentar o deslocamento dos indivíduos, tanto pela perda dos seus meios de subsistência, como pela relação com o processo de formação e consolidação do setor agroexportador paraguaio, que será analisado a seguir.

Tal discussão remete, novamente, ao final da Guerra da Tríplice Aliança e à formulação das leis de venda das terras públicas (aprovada em 1883). Para Morínigo (2005), isso se constitui na matriz histórica da problemática do acesso à terra, uma vez que estas medidas são as precursoras do problema do campesinato paraguaio. Foi também através delas que se passou a observar a presença de um novo tipo de produção agrícola, a agricultura

“*farmer*”³¹ (PALAU et al., 2007), que é característica marcante da colonização agrícola estrangeira, principalmente europeia e japonesa nas primeiras décadas do século XX³².

Para Souchaud (2007), esta abertura do país à imigração, nas décadas finais do século XIX, decorreu das dificuldades de ocupação e uso do território nacional. Segundo o autor, essas dificuldades deveram-se à falta de força laboral no pós-guerra e de inversões nacionais nas atividades agrícolas. Neste sentido, Eva Morales Raya aponta que o incentivo para a imigração europeia foi visto como a solução para superar a crise populacional e promover o crescimento econômico do país. Para a autora, o discurso vigente na época de que a mão de obra europeia apresentava maiores rendimentos, em comparação à nativa, favoreceu a chegada desses migrantes (MORALES RAYA 2012).

Porém, mesmo com os benefícios oferecidos para atrair migrantes, o país foi pouco atrativo, quando comparado com seus vizinhos, Brasil, Argentina e Uruguai – dos 18.606 migrantes que chegaram ao país entre 1900 e 1930, apenas 6.486 eram agricultores (SOUCHAUD, 2007).

A partir dos anos de 1960, observou-se o desmonte da agricultura “*farmer*”, que ocorreu com o ingresso de brasileiros no referido setor (1960 a 1970) e suas ações de tomada de posse de extensas porções de terras, com o intuito de utilizá-las para a agricultura extensiva de monocultivo de soja (PALAU et al., 2007). De modo que Morínigo (2005) refere-se a este processo como a “segunda re-latifundização”, identificando-a como responsável pelo desenvolvimento da economia agroexportadora paraguaia.

³¹Para compreensão deste modo de produção agrícola, Palau et al. (2007) a distingue da produção camponesa tradicional indicando que esta última difere da “*producción granjera o farmer que está principalmente basada en el cultivo de rubros de renta a gran escala [...] [e] consiste en una producción diversificada a pequeña escala orientada a abastecer las necesidades de consumo de la familia y el mercado local*” (p.27).

³² De acordo com Carranco (2006), a presença de imigrantes japoneses no Paraguai, fez parte de uma estratégia maior do governo do Japão que visava solucionar os problemas de desemprego e sociais que assolavam o país – estes últimos ligados ao grande crescimento de suas cidades. Além disso, o autor aponta que através da migração de seus nacionais, o governo japonês buscava expandir sua influência política e econômica em todo o mundo. Os primeiros movimentos migratórios são datados da terceira parte do século XIX, e se direcionavam ao Havaí, mas, rapidamente se estenderam aos EUA e Canadá (CARRANCO, 2006). Porém, com o estabelecimento de barreiras e limitações, por parte dos governos estadunidense e canadense, à entrada de japoneses, a América Latina passou a figurar como uma opção de destino para esses migrantes no início do século XX. Carranco (2006) chama ainda atenção para o prosseguimento dessas estratégias do governo japonês de promoção da emigração dos seus nacionais até a América Latina num período posterior a Segunda Guerra Mundial, o qual vai de 1945 a 1960. De modo que esses migrantes se direcionaram aos países de interesse econômico do Japão, dentre eles a Argentina, Bolívia, Equador, Brasil e o Paraguai. Ademais, com esses fenômenos migratórios, o governo japonês buscava solucionar os problemas do excedente populacional após o conflito bélico anteriormente mencionado (CARRANCO, 2006). Estima-se que de 1899 a 1979 o Paraguai recebeu 7.560 migrantes japoneses (CARRANCO, 2006). Segundo Souchaud (2007), em 1919 o Paraguai firmou um tratado comercial com o Japão, iniciando assim a imigração japonesa. Esses imigrantes, estimados em 622 pessoas em 1939, fundaram colônias, por exemplo, a de La Colmena, situada do Departamento de Paraguai, e que existiu até o período mais recente (SOUCHAUD, 2011).

Ressalta-se que esta migração de brasileiros foi incentivada pelo governo de Stroessner (1954 – 1989), e fazia parte da política de abertura do Paraguai, sob a justificativa da modernização e do desenvolvimento nacional (PERINETTI, 1999). Para este autor, essa flexibilidade coincidia com a estratégia geopolítica do governo brasileiro definida pelo General Golbery de Couto e Silva. No início da década de 1960, o governo paraguaio buscou transformar o setor agropecuário e foram implementadas políticas de modernização da região conhecida como fronteiras agrícolas. Do lado brasileiro, a busca pela expansão da presença brasileira em áreas que iam além do território nacional, fazia uso da tese de “fronteiras vivas”.

Ademais, esta ocupação das terras paraguaias pelos imigrantes brasileiros foi beneficiada pelo fato de que as regiões fronteiriças eram as melhores áreas para agricultura no país (PERINETTI, 1999). A ocupação desses territórios pode ser pensada em dois momentos:

“Una primera etapa, a principios de los 60 basada en la incentivación a empresas colonizadoras del Brasil, que ofrecían tierras en el Paraguay. La segunda etapa, en la década del 70, aportó el mayor número de inmigrantes, que provenían de los Estados del sur del Brasil, como Paraná, Rio Grande do Sul y Santa Catarina, de origen mayoritariamente europeo (alemán e italiano) quienes aportaron la tecnología de producción del hoy principal rubro de exportación del Paraguay: la soja” (PERINETTI, 1999, p.63)

Em contrapartida, diante deste contexto de importantes transformações nas áreas rurais, os camponeses paraguaios passaram a ocupar as terras de maneira precária e temporária. Esse caráter temporário do uso das terras se deu pelo fato de que eles eram expulsos dessas terras após terem sido efetuados os processos necessários para deixá-las prontas para o recebimento de atividades agrícolas mecanizadas (PALAU et al., 2007).

Este cenário pode ser observado através da aceleração do processo de urbanização a partir de 1970, passando de 37,0% da população residente em áreas urbanas para 55,3% em 2000 (WORLD BANK, 2017). Ainda entre 1970 a 2000, a produção de soja paraguaia passou por dois *booms*, o primeiro nos anos iniciais da década de 70, e o outro no início dos anos 2000, este último com o uso de sementes geneticamente modificadas introduzidas de modo ilegal na agricultura paraguaia, via contrabando do Brasil e da Argentina (PALAU et al., 2007).

O *boom* da produção de soja dos anos 70 ocorreu num cenário mais amplo de crescimento do setor agrícola paraguaio, em especial na porção oriental do país. Ele foi marcado pelo desmatamento de novas terras para os cultivos agrícolas, além de ter atraído milhares de imigrantes (MENEZES, 1987). Neste contexto, observou-se assim um forte crescimento

econômico³³, o qual foi estimulado pelo aumento da demanda internacional dos produtos agrícolas paraguaios e a atratividade dos seus preços (MENEZES, 1987).

De acordo com Menezes (1987), o desenvolvimento da agricultura, somado à construção de Itaipu gerou impactos significativos na renda da população paraguaia, a qual teve um crescimento médio de 5,2% ao ano entre 1972 a 1978. Além, de ter contribuído para a geração de novos empregos, levou à queda do volume dos processos emigratórios³⁴, chegando até a estimular o retorno de migrantes paraguaios ao país. Outro impacto observado foi o aumento da renda da população residente no campo, levando à diminuição dos processos migratórios urbano-rurais.

O grão de soja se constituiu como um dos principais produtos da pauta exportadora do país, como fica evidenciado na Tabela 1, perdendo apenas para a exportação de energia elétrica³⁵ nos anos de 2009 e 2010. Além disso, sua importância para a economia nacional é reforçada pelo fato de que o modelo de crescimento econômico paraguaio é pautado no setor primário (PNUD, 2009).

Tabela 1 – Principais produtos de exportação, Paraguai, 2004 a 2010

(Em milhares de US\$ correntes)

Anos	Fibras de algodão	Grãos de soja	Azeites Vegetais	Farinhas	Cereais	Carne	Madeira	Energia elétrica	Outros	Total
2004	110.080	578.705	132.280	180.090	74.492	161.706	74.856	s/d	314.376	1.626.585
2005	76.020	562.990	102.794	140.886	117.256	251.933	78.971	s/d	324.261	1.655.111
2006	40.839	420.408	110.901	138.399	207.194	416.252	95.386	s/d	413.864	1.843.243
2007	45.558	860.127	259.913	298.290	350.737	364.268	110.640	s/d	527.660	2.817.193
2008	25.427	1.485.311	586.866	545.829	372.990	622.242	119.954	s/d	704.689	4.463.308
2009	20.147	781.835	260.782	378.337	456.169	578.980	95.990	1.919.130	588.232	5.079.602
2010	24.411	1.590.596	275.418	349.034	547.871	919.411	101.573	1.985.671	722.572	6.516.557

Fonte: CIP. *Informe económico y de comercio exterior, Enero a Diciembre 2014/2015.*

Nota: “s/d” refere-se aos dados indisponíveis.

³³ Segundo Menezes (1987), “sem dúvida nenhuma, o setor agrícola foi a parte mais importante e básica da economia paraguaia. Este setor era responsável por mais de 34% do PNB e empregava mais de 50% da força nacional de trabalho. Além disso, 60% da indústria dedicava-se ao processamento de produtos agrícolas e 95% da exportação nacional é proveniente destes produtos agrícolas em vários estágios de processamento” (p. 13 e 14).

³⁴ Embora este dado seja confirmado no caso do volume de migrantes paraguaios residentes no Brasil, o qual passou de 18.632 em 1970 para 13.687 em 1980 (IBGE, 1970 e 1983), isso pode ser questionado ao analisarmos o volume de paraguaios residentes na Argentina. Segundo o censo demográfico argentino, em 1970 residiam 212.000 paraguaios no país, enquanto que em 1980 verificou-se um aumento desse contingente, o qual foi de 262.799 paraguaios (PNUD, 2009).

³⁵ As cifras de exportação de energia são referentes a produção de energia elétrica pelas usinas binacionais de Itaipu, construída em conjunto com o Brasil, e a de Yacyretá, construída em parceria com a Argentina – ambas localizadas na bacia do Rio Paraná.

No entanto, Palau et al. (2007) apontam que com esta evolução do cultivo da soja, marcada pelos referidos *booms*, e diante da indisponibilidade de terras públicas, houve uma expansão das fronteiras agrícolas em direção a terras camponesas, áreas de pastagem de gado, e outras restantes.

Com a acentuação do processo de urbanização, provocado pela perda de terras por parte da população rural, observou-se o aumento dos níveis de pobreza nas áreas urbanas paraguaias, passando de 24,0% da população urbana em 1995 para 36,0% em 2007. Em contraposição, houve uma queda mínima da pobreza nas áreas rurais, de 37,0% em 1995 para 35,0% em 2007. A partir de 2007, as áreas rurais paraguaias atingiram níveis de pobreza inferiores aos verificados nas áreas urbanas (BARRETO, 2009).

Neste sentido, Ramírez e González (2009), além de demonstrarem essa inversão dos níveis de pobreza entre as áreas rurais e urbanas, avaliam que a população pobre em 2007 era de 2,15 milhões de pessoas, das quais apenas 40% delas residiam nas áreas rurais do país. Para os autores ficava explícito o deslocamento da pobreza das áreas rurais para as urbanas. Mas, ressalta-se que isso não significou, necessariamente, uma melhoria nas condições de vida no campo. Ao contrário, a desigualdade da distribuição de renda, mensurada pelo Índice de Gini, era maior nas áreas rurais (0,55) em comparação às áreas urbanas paraguaias (0,50) (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009).

Além do mais, não só a expulsão massiva das famílias camponesas de suas terras, mas a sua concentração cada vez maior sob a propriedade de poucos agentes (PALAU et al., 2007) fomentou o deslocamento dessas populações. A falta de trabalho enfrentada levou, principalmente, a população mais jovem a migrar para as cidades, onde esse contingente, novamente, deparou-se com problemas de falta de oportunidades de trabalho³⁶ (MORÍNIGO, 2005), o que levou muitos a optar por se deslocar em direção a outros países. Outros grupos populacionais, dentre eles, os camponeses deslocados de suas terras, escolheram deixar diretamente o Paraguai, o que levou esses indivíduos a um forte endividamento, e representava assumir riscos ainda maiores, atrelados a este processo migratório (PALAU et al., 2007).

³⁶ Barreto (2009) chama a atenção para o fato de que as reformas fiscais realizadas pelo governo paraguaio em 2003, somadas ao auge do setor agropecuário exportador mostra sinais de reversão da situação econômica do país, sendo observado o início de um crescimento econômico sustentado, o qual foi superior ao crescimento populacional no período. Deste modo, observaram-se impactos na geração de empregos a partir de 2006. Segundo o autor, em 2008 foram gerados em torno de 65.000 vagas de emprego de regime de trabalho integral. No entanto, Barretos (2009) aponta que o país necessitava de uma velocidade de geração de empregos ainda maior para que pudessem ser observados impactos significativos nos níveis de pobreza. “*En sentido, debemos recordar que aproximadamente 80.000 personas ingresan al mercado laboral anualmente y que existen casi un millón de personas con problemas de empleo, resultado de las décadas perdidas*” (BARRETO, 2009, p. 9).

Para Palau et al. (2007), estes efeitos dos deslocamentos são variáveis em virtude da heterogeneidade da população deslocada.

Ainda, no debate sobre os efeitos deste modelo econômico, devem-se considerar outros aspectos que atingem as áreas rurais e, que vão além da análise dos processos de emigração. Entre eles se destacam a simplificação do sistema produtivo no longo prazo, tendo em vista a fragmentação familiar (muita das vezes permanecendo avós e netos), e os novos desafios de manutenção da produção com uma menor força de trabalho disponível no domicílio. Nesse contexto há a crescente dependência em relação aos recursos enviados pelos familiares emigrados (PALAU et al., 2007), configurando-se assim a importância da compreensão das remessas financeiras recebidas por estas populações.

Em concomitância a este cenário, em 2008 eclodiu a crise econômica mundial, cujos primeiros efeitos foram mais fortes sobre o setor de construção civil e na indústria manufatureira paraguaia, enquanto que, no setor agrícola observou-se uma queda do seu crescimento em 2008, atingindo 10,5% em contraposição aos 24,1% no ano de 2007 (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009). Outro efeito observado foi a redução de 10,0% a 15,0% no volume de remessas financeiras enviadas pelos migrantes paraguaios residentes no exterior (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009).

Segundo Barreto (2009), esta crise econômica teria impactos sobre a economia nacional por meio dos efeitos provocados nos preços internacionais dos produtos da pauta exportadora paraguaia, no acesso aos mercados internacionais e regionais, bem como pela contração do crédito, internacional e local. Além disso, o autor chama a atenção para a ocorrência de uma seca, no final de 2008 e início de 2009, que teve impacto nos rendimentos dos principais produtos agropecuários.

Tal cenário adverso para a economia paraguaia refletiu nos níveis de crescimento econômico, com a queda da taxa de crescimento do PIB, que passou de 6,4% em 2008 para -4,0% em 2009 (WORLD BANK, 2017). No entanto, ainda em 2010, observou-se a reversão dessa tendência de queda, atingindo patamar de 13,1%. Provavelmente em resposta ao plano estratégico promovido pelo governo paraguaio para enfrentar os impactos da crise econômica mundial, o qual buscava “*defender el empleo, proteger a los sectores más vulnerables y facilitar el crecimiento del sector productivo*” (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, p. 6, 2009). Para isso, esse plano congregava um conjunto de políticas econômicas de cunho monetário e financeiro, fiscal

e de câmbio³⁷, e de comércio exterior, mas que também incidiam em outras esferas como a das políticas laborais e sociais, com ampliação dos programas de transferências de recursos às famílias. Para o setor agrícola as políticas voltaram-se para a promoção de programas de compra de produtos nacionais por parte do Estado³⁸ (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009)³⁹.

Finalmente, quanto à atuação do Estado no que dizia respeito à degradação das condições de vida no campo, Palau et al. (2007) apontam que o Estado paraguaio não agiu diretamente contra os direitos dos seus cidadãos, mas, também não operou de modo a garanti-los. Pelo contrário, para os autores, o Estado chega a renunciar ao seu dever de proteger a população camponesa a favor do modelo agroexportador vigente e, justificado pelos efeitos de desse modelo nas variáveis macroeconômicas no curto prazo.

Para Sara Garay (2013), o governo paraguaio se demonstrou ágil na adoção de políticas do pacote neoliberal, presente nas mudanças do regime político e socioeconômico a partir dos anos 1990, mas, esteve ausente no fomento de políticas destinadas aos pequenos agricultores. Para a autora, essa ausência, notória, se constitui como um tipo de discriminação política e, demonstra ainda, uma lógica ambígua de promoção do desenvolvimento rural, pois, segundo Garay (2013), as políticas promovidas parecem ser aleatórias e desarticuladas.

Ao considerarem-se esses aspectos, pode-se qualificar o Estado paraguaio como um aparelho burocrático e ineficiente. Segundo Garay (2013), ele serve como um instrumento de discriminação, mesmo que concomitante às transformações no campo, devido a expansão do agronegócio e a concentração do uso e da propriedade da terra, tenham se proliferado os atores sociais que demandavam maiores apoio ao Estado paraguaio e/ou que denunciavam a dinâmica do setor agroexportador em crescimento (GARAY, 2013). Ainda de acordo com Garay (2013), as organizações e movimentos camponeses⁴⁰ sofreram uma constante negação da legitimidade dos esforços de representação e de formulação das demandas da população camponesa. Ainda na perspectiva da autora, deve somar-se a este cenário, a recorrente deslegitimação e repressão de suas manifestações.

Sobre a atuação do Estado paraguaio, Garay (2013) afirma também que ela apresenta um caráter ambíguo, o qual é caracterizado pela dificuldade de discernir se suas ações

³⁷ Com depreciação do câmbio em torno de 20,0%, visando acompanhar a baixa da moeda brasileira (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009).

³⁸ Como por exemplo, a postergação do debate sobre o aumento dos impostos sob o setor agroexportador (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009).

³⁹ Sobre as medidas realizadas pelo governo paraguaio, ver ainda CEPAL (2009).

⁴⁰ Termo utilizado pela autora.

de auxílio a população camponesa são restritas devido, à sua incapacidade técnica ou, se decorrem da falta de anseios políticos.

Em síntese à breve discussão apresentada, convém destacar o argumento de Palau (2011) de que

“La cuestión de la expulsión del campesino de su comunidad de origen y su posterior desplazamiento a las ciudades debe entenderse como la consecuencia extrema más visible del complejo proceso de degradación de condiciones de vida provocado por la expansión del modelo de monocultivos orientados a la exportación, fundamentalmente de soja, y el apoyo político que recibe de las autoridades de turno”. (p.56)⁴¹

1.3. Os desafios metodológicos dos estudos migratórios

No início do item 1.1 foi apresentada a ideia de que a definição das migrações, como uma componente demográfica passa por identificá-la também como um fenômeno capaz de modificar a população em seu tamanho e sua estrutura (CUNHA, 2011). Dessa forma, sua definição seria mais simples, em comparação, a concebê-la como um processo social, o qual apresenta diversas implicações para os indivíduos ou grupos sociais envolvidos (SALIM, 1992). No entanto, conforme aponta Bilborrow (2011), esta variável demográfica não apresenta um componente biológico, como no caso da fecundidade e da mortalidade, o que torna mais complexa a sua concepção. Para o autor, essa definição é marcada por muitas variações e inconsistências, as quais se apresentam como entraves para a comparação dos dados entre os países, ou mesmo dentro de um país ao longo do tempo.

De modo que, Cunha (2011) aponta que as diversas definições encontradas apresentam em geral um caráter mais normativo, justamente devido à necessidade de padronização ou de disponibilidade de dados.

Em consonância a este debate, Domenach e Picouet (1995) apontam que, diferentemente dos demais fenômenos demográficos (a fecundidade e a mortalidade), a migração se desenvolve no tempo e no espaço, podendo ser um evento renovável e, muitas das vezes, reversível. Além disso, pode ser de natureza subjetiva, uma vez que ela está atrelada a própria percepção do indivíduo sobre sua evolução no espaço (DOMENACH e PICOUET, 1995). Aspectos que trazem desafios para sua definição.

⁴¹O autor chama a atenção para o fato de que as ideias apresentadas neste fragmento em quase sua totalidade fazem parte do trabalho Palau et al. (2007).

Domenach (2011) afirma também que, embora, a mobilidade humana apresente uma tendência crescente, e esses movimentos estejam cada vez mais flexíveis, as estatísticas oficiais continuam a subestimar esses fenômenos ao fazerem uso de uma definição restritiva da migração, a qual se baseia unicamente no critério de mudança de residência. Para Domenach e Picouet (1995), essa concepção da migração é marcada por alguns problemas, entre eles, o da própria definição da residência. Neste sentido chama-se atenção para a ideia, apresentada por Almeida e Baeninger (2013), de que

“a própria definição de residência pode ser problematizada, dado que o lugar da residência de um indivíduo depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, e nem sempre o ‘seu’ lugar de residência coincide com o espaço geográfico no qual ele vive” (p.28)

Outro aspecto importante demonstrado por Domenach e Picouet (1995), é a dificuldade de distinção entre os movimentos que seriam temporários daqueles definitivos, tendo em vista a multiplicidade de trajetórias e de suas durações. Segundo os autores, esta dicotomia entre mobilidade temporária e mobilidade definitiva, ainda que cômoda para os censos demográficos é arbitrária, pois, ela classifica os indivíduos de acordo com a duração de sua ausência (ou intenção de ausência), ou de presença, caso ele seja enumerado no local de destino. Mas, não permite tirar conclusões se a mudança de residência apresenta caráter definitivo. Pelo contrário, a migração de retorno se constitui como um fenômeno que relativiza essa noção de mudança definitiva de residência (DOMENACH e PICOUE, 1995).

Apesar dos questionamentos apresentados acima,

“las normas estadísticas internacionales hayan fijado una definición simple de la migración – entendida como la transferencia de residencia de un individuo de un lugar a otro a través de una frontera administrativa predefinida y por un período durable” (DOMENACH, 2011).

No caso das migrações internacionais, esse movimento refere-se a passagem pelas fronteiras nacionais (ALMEIDA e BAENINGER, 2013).

De modo que, para Domenach (2011), as metodologias estatísticas evoluíram, mas, principalmente no que diz respeito ao melhoramento de técnicas já conhecidas. Não houve a superação dessas problemáticas conceituais.

Afora aos problemas de definição do fenômeno demográfico, os quais trazem reflexos no volume de migrantes enumerados em uma determinada população, convém ressaltar que os estudos migratórios estão sujeitos a outros problemas inerentes às fontes de dados, dentre

eles a má declaração e a sub ou sobre-enumeração. No caso dos processos migratórios internacionais, esses entraves são ainda mais latentes. Segundo Domenach (2011), nos países de destino, em geral o volume de migrantes internacionais é muitas vezes mal conhecido, principalmente no caso dos processos migratórios irregulares e da mobilidade transitória, enquanto que nos países de origem dos migrantes, essas estatísticas estão sujeitas a estimativas grosseiras⁴². Por conta disso, reforça-se a necessidade do uso de múltiplas fontes de dados, a fim de avaliar a qualidade das informações apresentadas para cada uma das fontes.

Por fim, ressalta-se que esta súpula de um debate metodológico tão vasto, representa um esforço para demonstrar que o presente estudo está sujeito a problemas que vão além daqueles relacionados à qualidade das fontes de dados utilizadas. Dentre esses outros problemas, chamou-se atenção para a própria definição da migração. Neste aspecto Bruno (2008a) afirma que a definição de migração utilizada pelos censos demográficos – uma das principais fontes de dados sobre os movimentos migratórios – pode em outros momentos históricos ter captado adequadamente os movimentos populacionais internacionais. No entanto, atualmente são nítidas as suas limitações, em captar e em retratar a diversidade desses processos migratórios. O autor chama atenção para os desafios impostos pela transformação da migração clássica a

“una situación dominada entre otros por: mayor frecuencia de traslados muchas veces no definitivos; menor selectividad socioeconómica en sectores socialmente rezagados y mayor representación de distintos estratos sociales; feminización creciente de los contingentes; diversidad en las motivaciones del desplazamiento; modalidades transnacionalizadas del empleo de fuerza de trabajo; fortalecimiento de redes de intercambio de información y bienes; y sistemas multiresidenciales” (BRUNO, 2008, p. 4).

No caso dos processos emigratórios paraguaios, se destaca o grande volume dos processos migratórios fronteiriços, os quais por serem marcados por idas e voltas, deixam ainda mais evidentes as limitações de definir como migrante apenas o indivíduo que mudou de residência. Dificilmente as estatísticas disponíveis retratarão a dinâmica emigratória paraguaia (ou outra qualquer) com a acurácia desejada.

⁴² De acordo com Domenach (2011), somente os volumes de refugiados está sujeito a um registro confiável. Ademais, ressalta-se que além das estatísticas referentes aos processos migratórios refletiram e serem reflexos: das possibilidades técnicas de coleta e disseminação da informação; do contexto social; e das tendências de mobilidade da população (RIGOTTI, 2011). Elas são permeadas por interesses políticos, uma vez que podem trazer à luz problemáticas antes desconhecidas ou ignoradas.

1.3.1. Fontes de dados e o período de estudo

A respeito dos processos emigratórios internacionais paraguaios verifica-se ainda outro problema metodológico, pois o censo demográfico desse país – uma das principais fontes de dados para os estudos migratórios – passou a abordar quesitos relativos a emigração apenas no recenseamento de 2012. A inserção desses quesitos no censo paraguaio seguiu a recomendação realizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), aos países da América Latina, tal como no caso do censo demográfico brasileiro de 2010. Para o ano de 2012, o censo paraguaio forneceu as seguintes informações sobre os paraguaios que deixaram o país nos últimos cinco anos (de 2007 a 2011): sexo; idade completa ao sair do país; e país de residência no exterior.

Os censos paraguaios anteriores, sob a responsabilidade da *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC), desde 1950, captavam apenas informações sobre os imigrantes internacionais (ODDONE, 2011). E, através da pergunta referente ao local de residência cinco anos antes da data de referência da pesquisa, era possível identificar os cidadãos paraguaios que residiriam no exterior e retornaram ao país (ODDONE, 2011).

Dessa forma, torna-se ainda mais evidente a necessidade do uso de fontes de dados alternativas e complementares, tanto nacionais quanto dos países de destino dos migrantes paraguaios, para um melhor apuramento dos dados. No caso das fontes de dados paraguaias, se destaca a *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)*, uma pesquisa amostral domiciliar com periodicidade anual, cujo objetivo principal fornecer indicadores relativos ao mercado de trabalho e renda. Além disso, capta outras informações sociais e econômicas da população paraguaia, que possibilitam conhecer a realidade socioeconômica e a evolução do bem-estar dessa população (DGEEC, 2010, 2015, e 2016).

Esta pesquisa domiciliar, aplicada pela primeira vez entre 1997 e 1998, passou por diversas transformações na cobertura do território nacional. A partir de 2015, o inquérito passou a incluir os departamentos de *Boquerón* e *Alto Paraguay*, contemplando assim todos os 17 departamentos do país⁴³. Chama-se a atenção para o baixo volume populacional residente nesses dois departamentos, a exemplo, em 2010 apenas 2% da população total paraguaia residia nessas regiões (DGEEC, 2010).

A respeito dos fenômenos emigratórios internacionais, a partir de 2006, a pesquisa passou a coletar informações sobre os paraguaios que deixaram o país nos cinco anos anteriores

⁴³ Verificar Mapa 1.

ao inquérito. Inicialmente, as informações coletadas sobre os emigrantes internacionais incluíram o sexo, o ano de saída do país, a idade e o novo país de residência dos migrantes paraguaios. Em 2007, esses quesitos passaram a compor uma seção exclusiva da pesquisa (a seção *Migración internacional*).

De modo que, conforme se pode observar no quadro 2, a partir de 2009, inquiriu-se sobre aspectos laborais relativos aos emigrantes maiores de 10 anos. Essas perguntas eram referentes tanto ao período prévio ao fenômeno migratório, quanto à situação laboral dos emigrantes no novo país de residência. Além disso, indagou-se sobre os migrantes terem deixado ou não filhos no momento de saída do país – no caso dos migrantes com 15 anos ou mais.

No entanto, ainda em 2011, observou-se a retirada dos seguintes quesitos referentes à migração: a situação laboral dos emigrantes paraguaios no local de destino, a frequência de comunicação nos últimos 12 meses e sobre o fato de ter ou não filhos vivos no momento de saída do país. Por outro lado, infelizmente, na aplicação da pesquisa em 2015 foi retirada toda a seção referente a emigração internacional, e por isso, não foi possível captar informações sobre este aspecto da dinâmica demográfica paraguaia. Ademais, não houve o retorno de nenhuma desses quesitos para os anos de 2016 e 2017.

Quadro 2 – Evolução dos quesitos migratórios, Encuesta Permanente de Hogares, Paraguai, 2006 a 2014⁴⁴

Migração internacional (últimos 5 anos)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Relação de parentesco com o(a) chefe(a) de domicílio		x	x	x	x	x	x	x	x
Sexo	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ano de saída do país	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Idade completa ao sair do país	x	x	x	x	x	x	x	x	x
País em que reside atualmente	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Nível de instrução ao sair do país		x	x	x	x	x	x	x	x
Razão da saída do país		x	x	x	x	x	x	x	x
Estado civil ao sair do país				x	x	x	x	x	x
<i>Pessoas de 10 anos ou mais</i>									
Situação laboral antes de sair do país				x	x	x	x	x	x
Ocupação principal, profissão ou ofício antes de residir no estrangeiro				x	x	x	x	x	x
Categoria ou posição da ocupação, profissão ou ofício que realizava				x	x	x	x	x	x
Situação laboral no país em que reside				x	x				
Ocupação principal, profissão ou ofício no país em que reside				x	x				
Categoria ou posição da ocupação, profissão ou ofício que realiza no país que reside				x	x				
Frequência de comunicação nos últimos 12 meses				x	x				
<i>Pessoas de 15 anos ou mais</i>									
Quando saiu para o estrangeiro, tinha filhos vivos (sim ou não)				x	x				

Fonte: DGEEC (2006 a 2014).

⁴⁴ Em 2006, o quesito idade do migrante não faz referência ao momento de saída do país.

Outro aspecto presente na *Encuesta*, desde sua primeira aplicação, são os quesitos referentes ao recebimento de remessas financeiras de familiares residentes no exterior – os quais são aplicados às pessoas com 10 anos ou mais. Observou-se também sua evolução ao longo dos anos, de tal modo que, assim como no caso dos quesitos referente a emigração internacional, os anos de 2009 e 2010 foram aqueles com maior número de perguntas sobre esses recursos financeiros (quadro 2). Convém ressaltar que para ambos os anos (2009 e 2010), a pesquisa faz menção à relação entre quem enviou os recursos do exterior e quem recebeu, o que não necessariamente indica a relação de quem envia com o (a) chefe do domicílio⁴⁵. Para os anos de 2012 a 2016, é possível ainda saber a relação entre a pessoa que recebeu as remessas financeiras e o (a) chefe do domicílio. Mas, da mesma forma, essa informação não permite fazer nenhuma inferência sobre a relação entre a pessoa que enviou o dinheiro e o (a) chefe do domicílio.

Destaca-se ainda que presença desses quesitos desde a primeira aplicação da pesquisa e, sua permanência nos inquéritos de 2016 e 2017, enquanto a seção referente a emigração internacional foi completamente removida, trazem um primeiro indicativo da importância desses recursos na sociedade paraguaia.

Quadro 3 – Evolução dos quesitos sobre as remessas financeiras, Encuesta Permanente de Hogares, Paraguai, 1997/1998 a 2016

Emprego e ingresso laboral (mensal)	1997/98	1999 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Montante mensal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
País de origem		x	x	x	x	x	x	x	x	x
Meio de recebimento do dinheiro			x	x	x	x	x	x	x	x
Frequência de recebimento nos últimos 12 meses			x	x						
Forma de gasto do dinheiro recebido (registro por ordem de importância)			x	x						
Relação entre quem enviou e quem recebeu o dinheiro			x	x						

Fonte: DGEEC (1997/1998 a 2016).

Em termos gerais, a presença de quesitos sobre os processos emigratórios internacionais e as remessas financeiras recebidas do exterior, somada às informações socioeconômicas dos domicílios de origem dos migrantes e ou receptores de remessas, faz da *Encuesta* uma fonte de dados importante para o estudo da emigração internacional paraguaia. O uso das informações permite analisar questões como o perfil dos emigrantes antes e após os deslocamentos realizados, as características dos domicílios com ou sem emigrantes, bem como

⁴⁵ Ressalta-se que o uso de tal termo é decorrente da apropriação metodológica da pesquisa amostral em estudo.

as tendências recentes desse fenômeno demográfico (ODDONE, 2011). Aspectos que, segundo Oddone (2010), os censos demográficos de outros países não contemplam.

Ademais, a periodicidade anual da pesquisa constitui-se como mais uma potencialidade da fonte, principalmente quando comparada com os censos demográficos – realizados geralmente a cada dez anos. Dessa forma, considerando que a *EPH* é uma alternativa para compreensão da dinâmica migratória nos períodos intercensitários e, sua riqueza de informações fornecidas e possibilidade de análises, pode-se afirmar, com plena convicção, que a retirada da seção sobre emigração internacional representa um retrocesso para a compreensão desses processos.

Quanto às limitações da *Encuesta*, ela está sujeita a problemas de declaração como qualquer outra de fonte de dados constituída por inquéritos a população. Essas fontes são dependentes da memória dos seus respondentes, bem como dos seus interesses em declarar ou não determinada informação. Sobre este último aspecto, chama-se atenção para os receios dos respondentes em declarar informações referentes aos emigrantes que estejam em condições irregulares no seu país de destino, mesmo que essas respostas sejam sigilosas e não gerem implicações para esses indivíduos migrantes.

No caso da *EPH*, salienta-se ainda que, como ela coleta informações referentes aos migrantes que deixaram o país nos últimos cinco anos, é possível que os indivíduos que migraram há mais tempo (dentro do período de enumeração de cinco anos) não sejam declarados por problemas de memória da pessoa informante. Ademais, caso todos os integrantes do domicílio tenham migrado, isso acarretaria o desaparecimento do mesmo e, conseqüentemente, esses migrantes não são captados.

Ressalta-se assim, a importância do uso de outras fontes de dados, pois, quando confrontadas com as informações coletadas pela *EPH*, pode-se avaliar a qualidade das estatísticas, e, por conseguinte, ter uma compreensão mais aguçada do fenômeno em análise. No caso dos processos emigratórios internacionais paraguaios, considerando a riqueza de informações da *EPH*, vislumbram-se os censos demográficos dos países de destino como boas fontes de dados para efetuar a contraposição de informações. Afinal, conforme afirma Bruno (2008a),

“los censos constituyen una fuente invaluable para el conocimiento de la migración por cuanto dan cuenta del volumen y características de los migrantes en todo el territorio nacional y permiten estimar saldos migratorios imprescindibles para efectuar las estimaciones y proyecciones de población” (BRUNO, 2008a, p. 4)

Porém, essas comparações devem ser efetuadas com a ressalva de que esses inquéritos (os censos e a *Encuesta*) correspondam a um mesmo período.

No caso de nosso estudo, para alcançar os objetivos de compreender o perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes paraguaios e de avaliar as características dos domicílios receptores dessas remessas financeiras e, o destino dado a estes recursos, cremos que o ano de 2010 seja o período de análise mais adequado. Afinal é nesse ano em que a *Encuesta Permanente de Hogares (EPH)* apresentou mais quesitos sobre os emigrantes paraguaios (assim como sobre as remessas financeiras recebidas) e a maioria dos censos demográficos, dos países de destino, foram realizados.

Sobre o país de destino dos emigrantes paraguaios, a *EPH* possibilita distinguir apenas os paraguaios residentes na Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos – países com os maiores volumes de emigrantes. Os emigrantes residentes em outros países têm como resposta a categoria “Outros”. Por isso, as análises dos resultados dos censos demográficos se restringirão apenas esses países.

Em relação ao censo demográfico argentino, aplicado por meio de dois questionários (o básico e o ampliado), os seguintes quesitos foram captados pelo questionário ampliado e permitem comparação com as informações reportadas pela *EPH*: sexo; idade; período de chegada do migrante (antes de 1991, entre 1991 e 2001, e entre 2002 e 2010); nível educacional em curso, ou que cursou⁴⁶; estado civil; situação laboral na semana anterior ao recenseamento⁴⁷ (congregando mais de um quesito da pesquisa); atividade laboral realizada; o nome dessa ocupação; a categoria dessa ocupação; além do setor de atuação (público nacional, provincial, ou municipal, ou ainda o setor privado). Ademais, acredita-se que o município e ou província de residência seja uma informação relevante a ser analisada (INDEC, 2010b).

Quanto ao censo demográfico brasileiro, também aplicado por meio de dois questionários (o básico e o amostral), as seguintes informações foram coletadas pelo questionário amostral e podem ser comparadas com os dados disponibilizados pela *EPH*: sexo; idade; ano que fixou residência no país; para as pessoas que frequentava a escola na data de referência⁴⁸ do censo, há o curso frequentado, e para aqueles que não frequentavam mas já

⁴⁶ Tem-se ainda a informação se o nível educacional cursado foi concluído ou não.

⁴⁷ Na Argentina, “*El Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010 fue un censo de hecho; esto significa que fueron censadas las personas que se encontraron presentes en la vivienda censada a la hora cero del 27 de octubre, fueran residentes habituales o no. Este criterio es el que se aplica tradicionalmente en la República Argentina*” (INDEC, 2010c, p. 2).

⁴⁸ Para o censo brasileiro de 2010, a data de referência foi a noite do dia 31 de julho para 01 de agosto de 2010 (IBGE, 2017a).

cursou, há o nível mais elevado frequentado, e se concluiu este curso; situação laboral na semana de referência⁴⁹; ocupação exercida no trabalho; e a categoria (empregado com carteira de trabalho assinada, conta própria, dentre outras) (IBGE, 2010a).

Além disso, para a descrição e análise do perfil socioeconômico dos migrantes paraguaios residentes no Brasil, se procederá na análise das seguintes informações: a nacionalidade, neste caso, pode-se observar se estes migrantes se naturalizaram brasileiros⁵⁰; o número de trabalhos que tinham na data de referência da pesquisa; e a quantidade de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal. Ressalta-se que a maioria desses quesitos não foram inqueridos nos censos demográficos dos outros países de destino dos migrantes paraguaios (IBGE, 2010a).

Em relação a Espanha, segundo país de destino dos migrantes paraguaios em 2010 (EPH, 2010a), seu último censo demográfico ocorreu em 2011. Dessa forma, deve-se ter a ciência de que esses dados não são completamente comparáveis com as informações da EPH de 2010. Conforme aponta Hugo Oddone, *“una diferencia de uno o dos años pude solapar el efecto que determinadas coyunturas económicas o políticas en el país de origen o en los de destino podría tener sobre inmigración paraguaya o sobre la emigración de retorno”* (ODONNE, 2011: 16).

O censo demográfico espanhol trouxe as seguintes informações que podem ser comparadas com os dados obtidos pela EPH: idade; sexo; ano de chegada ao país; estado civil; se frequenta algum centro escolar ou maior nível escolar completado; situação laboral na semana anterior ao censo⁵¹; ocupação laboral; atividade econômica da empresa ou local onde trabalha; e a categoria profissional (ou situação profissional, conforme nomenclatura desse censo) (INE, 2011a).

Infelizmente, no caso do censo dos Estados Unidos, devido às dificuldades de acesso aos dados, essa fonte não será utilizada no estudo⁵². De todo modo, reforça-se que houve mudanças importantes na realização do seu último censo. Enquanto nos inquéritos anteriores, a pesquisa era composta por dois questionários, em 2010 o censo foi composto por um único questionário com dez questões (três referentes ao domicílio e sete relacionadas às pessoas

⁴⁹ Neste caso, do dia 25 a 31 de julho de 2010.

⁵⁰ Assim como no censo espanhol.

⁵¹ Sua data de referência foi 1 de novembro de 2011 (INE, 2010b).

⁵² Conforme explicaremos no segundo capítulo, essa falta de acesso aos dados censitários, somada às limitações da *Encuesta*, inviabilizou que fizemos a análise do perfil dos emigrantes que têm como destino os Estados Unidos.

residentes). Sobre os migrantes paraguaios residentes no país, têm-se apenas informações sobre o sexo e a idade para caracterizar o perfil desses indivíduos⁵³ (U.S. CENSUS BUREAU, 2010).

Ademais, há outros três aspectos importantes que devem ser ressaltados. O primeiro deles é que as variáveis idade, estado civil e nível educacional, captadas pela *EPH*, se referem ao momento de saída do Paraguai, enquanto que nos censos demográficos essas informações são em relação à data de referência da pesquisa, fica inviabilizada a associação direta entre as informações da *EPH* e a disponível nos censos. Essa comparação de informações permite apenas avaliar diferenças entre o perfil médio dos migrantes reportados pelas distintas pesquisas.

O segundo aspecto é que alguns quesitos, como por exemplo, o nível educacional e a categoria laboral, têm respostas categóricas que variam entre as fontes analisadas. Deste modo, as comparações devem ser feitas com atenção para essas especificidades.

Por fim, deve-se enfatizar que o uso dos censos demográficos para comparação com os resultados apresentados pela *EPH*, não significativa que eles estejam isentos de problemas de declaração e enumeração. Pelo contrário, o uso se dá pelo fato de que na América Latina, os recenseamentos populacionais ainda são as principais fontes de dados para os estudos migratórios (ODDONE, 2011).

⁵³ Em 1 de abril de 2010, data de referência da pesquisa.

2. Do fenômeno emigratório aos seus efeitos na sociedade paraguaia

Após termos analisado as causas estruturais que, ao longo da história, fomentaram os deslocamentos de volumes crescentes de paraguaios, e, com isso, ter obtido uma melhor compreensão dos movimentos mais recentes, podemos partir para análise dos efeitos desencadeados por esse fenômeno nas últimas décadas. Essa discussão será realizada em dois momentos. Primeiramente, neste capítulo apresentaremos o perfil dos emigrantes paraguaios (subitem 2.1) e, em seguida, analisaremos o que essas perdas populacionais representam para o mercado laboral do país (subitem 2.2). Posteriormente, no terceiro capítulo, discutiremos a importância das remessas financeiras enviadas por esses migrantes.

Neste segundo capítulo, o foco de nossa preocupação neste momento é compreender o perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes paraguaios e avaliar a importância da emigração internacional para o mercado laboral desse país. Para contemplar esses objetivos, exploraremos os dados estatísticos da *Encuesta Permanente de Hogares* de 2010 – cujas potencialidades, limitações e escolha temporal já foram apontadas –, confrontados com as informações dos censos demográficos dos principais países de destino e daquelas disponibilizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no que tange a dinâmica demográfica e o mercado laboral do Paraguai.

Ao primeiro olhar, tem-se a impressão que trataremos de aspectos diversos da emigração em um único capítulo, no entanto, tal escolha estrutural se justifica, pois, entendemos que só é possível ter uma boa compreensão do que essas perdas populacionais representam para o mercado laboral, se tivermos claro o perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que deixam o país.

2.1. O perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes paraguaios

A análise do perfil demográfico e socioeconômico dos emigrantes de um país é de grande importância quando busca-se analisar os efeitos desse fenômeno demográfico para a sociedade de origem, afinal, é a partir dela que se pode ter um melhor entendimento dos reflexos da saída desses indivíduos na estrutura social e econômica. No entanto, nem sempre isso é uma

tarefa fácil uma vez que, em muitos casos, os estudiosos da área se deparam com limitações tais como a disponibilidade de dados e/ou a qualidade dos mesmos.

No caso paraguaio, Oddone (2010) demonstra que se, por um lado, a emigração se apresentou como uma tradição histórica e com volume ponderável, em contrapartida, as estatísticas nacionais referentes a saída desses indivíduos se mostraram incapazes de retratar de modo fidedigno esses processos, tornando-se necessário recorrer àquelas disponibilizadas pelos países de destino (ODDONE, 2010). A exemplo, chama-se atenção para a discrepância do volume total de emigrantes arrolados pela *Encuesta Permanente de Hogares* em relação àquele captado pelos censos demográficos das nações de destino. Enquanto essa primeira fonte de dados estimou que, nos cinco anos anteriores à pesquisa de 2010 – ou seja entre 2005 a 2009 – 175.731 pessoas deixaram o Paraguai (DGEEC, 2010a), Oddone (2011) em um esforço de contabilizar os resultados dos censos dos principais países de destino, demonstra que, em 2010, em torno de 777.901 paraguaios residiam em outros países (próximo de 12,2% da população total paraguaia), estimativa muito diferente do montante inventariado na *Encuesta*.

Dessa forma, com a finalidade de contemplar o objetivo desta seção, que é o de compreender o perfil demográfico e socioeconômico desse grupo de migrantes, a presente análise recorrerá ao uso dos microdados da *Encuesta Permanente Hogares* (EPH) de 2010 e dos censos demográficos da Argentina, do Brasil e da Espanha, conforme justificado no primeiro capítulo. Espera-se assim que o uso dessas várias fontes de dados permita que essa análise seja a mais aguçada possível, isso porque, a confrontação das informações das diferentes fontes deve possibilitar a avaliação da qualidade de suas estatísticas. Mas, faz-se a ressalva de que, conforme abordado no capítulo 1, alguns quesitos da *Encuesta* fazem referência ao perfil do migrante no momento de saída do Paraguai, enquanto que os censos demográficos tratam dessas informações na data de referência da pesquisa, logo, essa comparação permite somente avaliar diferenças entre o perfil médio caracterizado nas distintas pesquisas.

Esta caracterização do perfil dos migrantes será realizada segundo a variável sexo, pois, busca-se evidenciar eventuais especificidades de gênero. De outra parte, os resultados serão apresentados em dois grandes grupos de análise relativos: 1) aos processos migratórios fronteiriços, neste caso tratando dos migrantes que deixaram o Paraguai em direção aos países vizinhos Argentina e Brasil (subitem 2.1.1); 2) aos processos de longa distância (Espanha).

Esta escolha metodológica se justifica, pois, conforme aponta Gómez (2014),

“Si bien estos macro sistemas migratorios Sur-Norte y Sur-Sur están profundamente entrelazados, presentan especificidades: menor distancia física y cultural de los desplazamientos, a menudo la ausencia de barreras lingüísticas y, como consecuencia

de esto, el costo comparativamente menor de las migraciones entre países del sur, incide en que las poblaciones involucradas tengan dinámicas de autoselección diferentes en relación a los desplazamientos hacia el norte global. Además, la dinámica migratoria cambia, cuando los cruces de frontera presentan pocas dificultades, porque esto incide en que sean más frecuentes los retornos y la incorporación de nuevos migrantes” (GÓMEZ, 2014, p. 105).

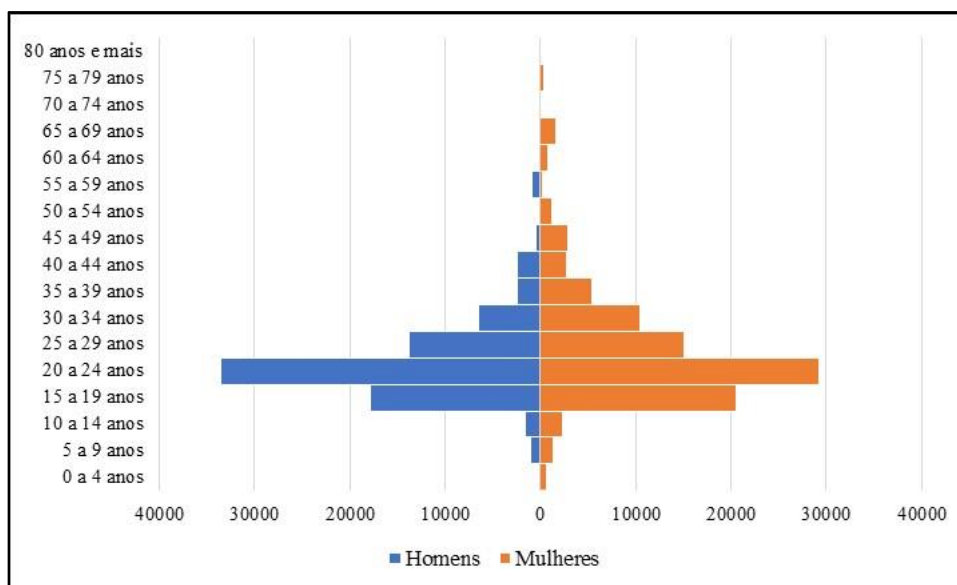
Logo, entende-se que esses processos apresentam semelhanças que possibilitam associá-los em dois macros sistemas, o que não representa ignorar suas especificidades.

Deve-se ressaltar que não será analisado o perfil dos migrantes residentes nos Estados Unidos, isso porque, conforme mencionado no capítulo anterior, nos deparamos com dificuldades de acesso aos dados censitários desse outro país, e, por outro lado, a *Encuesta* enumerou apenas três casos de migrantes (em torno de 0,5% de toda a amostra), inviabilizando assim fazermos generalizações sobre todo um grupo populacional. De todo modo, salienta-se a importância de estudos que avancem nessa temática pouco explorada, afinal, o censo demográfico estadunidense estimou que, em 2010, 20.023 pessoas tinham origens paraguaias (U.S. CENSUS BUREAU, 2011).

Antes de adentrarmos na caracterização desses grupos de migrantes, verifica-se a necessidade de apresentar alguns apontamentos sobre o perfil geral desses indivíduos antes de saírem do país e, com isso qualificar essas perdas populacionais sofridas pelo Paraguai. Primeiramente, chama-se atenção para o fato de que a emigração paraguaia se caracteriza como um processo majoritariamente feminino e proveniente das áreas rurais do país (PROFIT, 2014). Estima-se que, em 2010, 54,4% desse volume populacional era composto por mulheres, e 55,2% dele oriundo de áreas rurais (DGEEC, 2010a). Outra forma de avaliar a proporção de homens e mulheres no volume de migrantes é através da razão de sexo, neste caso, ao analisar-se a razão total, estimada em 85,2, demonstra-se também a maior participação feminina (DGEEC, 2010a).

Quanto a estrutura etária (Gráfico 6), observou-se uma maior concentração dos migrantes nas idades mais jovens, as estimativas de 2010 apontam que 83,7% desses indivíduos tinham entre 15 a 34 anos de idade, com uma significativa diferença entre homens e mulheres: para os homens essa proporção foi de 88,8% enquanto que para as mulheres igual a 79,3% (DGEEC, 2010a). No caso feminino, observou-se ainda um volume importante entre 35 a 54 anos (13,0% do total de migrantes), quando comparado ao dos homens (6,6%) (DGEEC, 2010a).

Gráfico 6 – Estrutura etária da população emigrante, Paraguai, 2010



Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Além disso, observou-se que apenas 4,0% dos migrantes eram crianças⁵⁴, o que acreditamos ser um forte indicativo de que esses processos não tem um caráter familiar⁵⁵ (DGEEC, 2010a). Essa afirmação pode ser reforçada pela análise do estado civil dos emigrantes ao deixaram o país (Tabela 2), neste caso, observou-se que 70,7% dos paraguaios e paraguaias que emigraram estavam solteiros no momento da partida (DGEEC, 2010a). Para os homens, essa proporção de solteiros foi ainda maior, totalizando 76,4% contra os 65,9% observados para as mulheres (DGEE, 2010a).

Tabela 2 – Estados civil da população emigrante, Paraguai, 2010

Idade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Solteiro (a)	61.771	76,4%	62.495	65,9%	124.266	70,7%
Casado (a)	12.769	15,8%	15.156	16,0%	27.925	15,9%
Unido (a)	5.213	6,4%	10.298	10,9%	15.511	8,8%
Separado (a)	515	0,6%	4.598	4,8%	5.113	2,9%
Divorciado (a)	584	0,7%	735	0,8%	1.319	0,8%
Viúvo (a)	0	0,0%	1.597	1,7%	1.597	0,9%
Total	80.852	100,0%	94.879	100,0%	175.731	100,0%

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

⁵⁴ Entre 0 a 14 anos.

Outro aspecto que chama atenção é que, em 2010, 52,8% desses indivíduos tinham acima de 9 anos de estudo, sem ter sido observado diferenças importantes entre homens e mulheres (respectivamente 53,7% e 52,0%) (DGEEC, 2010a). Para Oddone (2010), se, por um lado, essa característica dos migrantes não representa uma garantia de melhores condições laborais nas sociedades de destino, para a sociedade paraguaia, a maior escolaridade desses indivíduos representa uma redução do nível de qualificação do capital humano do país.

Em contrapartida, ao analisar-se a situação laboral desses indivíduos no período anterior à saída do país (Tabela 3), observa-se que, em 2010, a grande maioria dos migrantes estava empregada (62,8%) (DGEEC, 2010a). Essa proporção foi ainda mais alta para os homens, em torno de 73,5%, quando em comparação com as mulheres (62,8%) (DGEEC, 2010a). As pessoas que buscavam emprego, seja um novo trabalho ou sua primeira atividade laboral, totalizaram 13,3% desses indivíduos (DGEEC, 2010a). Essas estatísticas chamam atenção, pois, elas trazem um cenário diferente daquele esperado, imaginava-se que os índices de desemprego entre os migrantes fossem mais altos. Afinal, no primeiro capítulo, vimos que os movimentos migratórios mais recentes foram motivados sobretudo por razões econômicas, que se ligam a aspectos como as dificuldades de inserção laboral, os índices de desocupação e de subemprego e, a grande taxa de informalidade foram importantes na decisão de deixar o país. Logo, para compreensão mais abrangente desses resultados é necessário analisar as razões de saída.

Tabela 3 – Situação laboral antes de sair do país, Paraguai, 2010⁵⁶

Situação laboral	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Tinha trabalho	58.588	73,5%	49.757	53,5%	108.347	62,8%
Buscava novo trabalho	8.310	10,4%	5.620	6,0%	13.931	8,1%
Buscava trabalho pela primeira vez	2.639	3,3%	6.324	6,8%	8.963	5,2%
Apenas estudava	8.753	11,0%	11.747	12,6%	20.499	11,9%
Era aposentado ou rentista	91	0,1%	0	0,0%	91	0,1%
Fazia apenas tarefas domiciliares	1.282	1,6%	19.478	21,0%	20.758	12,0%
Total	79.663	100,0%	92.927	100,0%	172.590	100,0%

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Segundo as estimativas de 2010 (Tabela 4), parte majoritária dos paraguaios que deixaram o país (87,2%) tomou essa decisão por razões laborais (DGEEC, 2010a). Assim, entende-se que embora muitos deles estivessem empregados antes da saída do país, o processo

⁵⁶ Quesito respondido apenas para os migrantes com 10 anos ou mais no momento de saída do país.

migratório significou a oportunidade de encontrar postos de trabalho mais condizentes com suas expectativas e/ou que apresentassem melhores condições laborais, ou de remuneração, dentre outros aspectos. Ressalta-se ainda que o fato de que muitos tinham emprego no Paraguai pode ser um indicativo de seletividade migratória, isso porque esses indivíduos teriam melhores condições para financiar os custos atrelados a esse processo, e, por consequência, eles estiverem entre os principais grupos de migrantes.

Tabela 4 – Razões de saída do país, Paraguai, 2010

Razão	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Trabalho	73.566	91,0%	79.680	84,0%	153.246	87,2%
Estudos	1.689	2,1%	1.182	1,2%	2.871	1,6%
Motivos familiares	5.597	6,9%	10.191	10,7%	15.788	9,0%
Por enfermidade	0	0,0%	1.441	1,5%	1.441	0,8%
Outra razão	0	0,0%	2.385	2,5%	2.385	1,4%
Total	80.852	100,0%	94.879	100,0%	175.731	100,0%

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Diante da breve caracterização do perfil desses emigrantes no momento de saída do país, vale sublinhar alguns dos efeitos provocados por essas perdas populacionais. Primeiramente, conforme já foi mencionado, o alto nível de escolaridade desses indivíduos (9 anos ou mais de estudo) representa uma importante redução do capital humano desse país (ODDONE, 2010). Isso fica ainda mais evidente se contrapormos essas perdas com os gastos já efetuados na formação profissional dessas pessoas.

Para além dos efeitos econômicos provocados por esse fenômeno demográfico, Dobrée (2009) chama a atenção para os reflexos que eles têm sobre o comportamento reprodutivo e na composição familiar da população. Para isso, o autor centra sua reflexão no fato de que parte importante desse volume de emigrantes era composto por mulheres em idades mais jovens. Segundo o autor, para essas mulheres, a migração pode ter sido propícia para que muitas delas tivessem mais autonomia e oportunidades para decidir sobre a maternidade, principalmente ao levarmos em conta suas inserções em sociedades com aspectos diferentes em termos do comportamento reprodutivo (DOBRÉE, 2009).

Por outro lado, Dobrée (2009) assinala que, ao considerar-se que as mulheres paraguaias entre 25 a 29 anos em geral já tinham em média dois filhos, estimativa que pode ser ainda maior no caso daquelas mais pobres e menos escolarizadas, então pode-se dizer que provavelmente muitas delas já tivessem filhos no momento da emigração (DOBRÉE, 2009).

Logo, para esse autor, o deslocamento em direção a outros países implicou, para esse grupo populacional, novos arranjos familiares, os quais vão desde deixar os filhos com o pai ou outros familiares, até levá-los juntos ao país de destino e, neste caso, passando por todas as dificuldades e riscos atrelados a essa decisão migratória (DOBRÉE, 2009).

Essas afirmações são ilustradas ao analisar-se as estimativas da EPH de 2010. Isso porque verificou-se que 49,5% das mulheres migrantes tinham filhos no momento de saída do país (contra 27,3% dos homens). Ademais, conforme mencionado anteriormente, a proporção de crianças migrantes foi muita pequena, sobretudo quando comparamos com a participação das mulheres em idade reprodutiva. Por conseguinte, entende-se que houve uma preferência por deixar a prole na terra natal.

Deve-se ressaltar que não temos o intuito de exaurir esse debate, pelo contrário, entendemos que tamanha é a importância dessas discussões, que se fazem necessárias análises específicas sobre esta temática. Buscamos aqui, somente colocar em evidência um dos muitos efeitos provocados pela emigração na dinâmica familiar e domiciliar. Ademais, com isso, pode-se entender a afirmação feita no primeiro capítulo, de que a emigração de pessoas que residiam em áreas rurais tinha como algumas de suas implicações a simplificação do sistema produtivo no longo prazo devido a fragmentação familiar (em muitos casos permaneceram apenas avós e netos) e os novos desafios de manutenção da produção com uma menor força de trabalho (PALAU et al., 2007).

Nesse cenário observou-se a crescente dependência em relação aos recursos enviados pelos familiares emigrados (PALAU et al., 2007), o que nos ajuda compreender o fato de que a grande maioria das pessoas que receberam remessas do exterior eram filhos (as) desses migrantes – questão que aprofundaremos no capítulo três.

2.1.1. O perfil dos migrantes transfronteiriços

Conforme referimos, a Argentina e o Brasil se constituem como destinos tradicionais dos emigrantes paraguaios. Afinal, como vimos através das estimativas dos censos demográficos desses países, esses volumes populacionais apresentaram, em geral, um crescimento sustentado, com exceção de curtos períodos de queda (Gráficos 3 e 4).

Em 2010, período que nos interessa analisar, o volume de paraguaios residentes no território argentino foi estimado em 550.713 pessoas pelo censo demográfico daquele país, ao passo em que, a *Encuesta de Permanente Hogares* (EPH) registrou que 116.239 cidadãos

deixaram o país, entre 2005 a 2009, para viver nesse território vizinho (INDEC, 2010a e DGEEC, 2010a). Em relação ao Brasil, o censo demográfico arrolou cerca de 39.251 paraguaios residentes em terras brasileiras (CELADE, 2010). Já, ao analisar-se o volume de pessoas que chegaram nos cinco anos anteriores (entre 2005 a 2009), para assim poder comparar com as estimativas disponibilizadas pela a EPH⁵⁷, verifica-se que o censo brasileiro computou 11.374 pessoas dessa nacionalidade (IBGE, 2010b). Para a *Encuesta*, essa estimativa foi de 4.764 indivíduos, o que representa uma subenumeração dessa última fonte de dados de 58,1% em comparação com o censo do Brasil.

Para além dos problemas de enumeração desse volume de migrantes por conta das especificidades e limitações das diferentes fontes de dados, chama-se a atenção para outros desafios de captura estatística desses processos. Segundo Palau (1995), entre esses países existem importantes fluxos migratórios transfronteiriços que são de curta duração e distância e, por isso, fogem à possibilidade de cômputo nos censos demográficos. Um exemplo dessa situação é o conhecido fluxo entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai).

Por outro lado, Souchaud (2009) assinala que

“al lado de este flujo [o de paraguaio que se deslocaram em direção ao Brasil] hay otro flujo de emigración a Brasil que debemos considerar. Son los retornados de Paraguay. Ellos no parecen como inmigrantes paraguayos en Brasil, porque generalmente se considera el migrante internacional en función del nacimiento en el exterior. Sin embargo ellos han residido en el exterior antes de ser censados en Brasil”.

Para se ter uma noção da dimensão desse grupo populacional, Souchaud (2009) demonstra que, em 2000, foram enumeradas 29.900 pessoas nascidas no Brasil e que declaram ter residido no Paraguai dez anos antes à data de referência do censo brasileiro (SOUCHAUD, 2009).

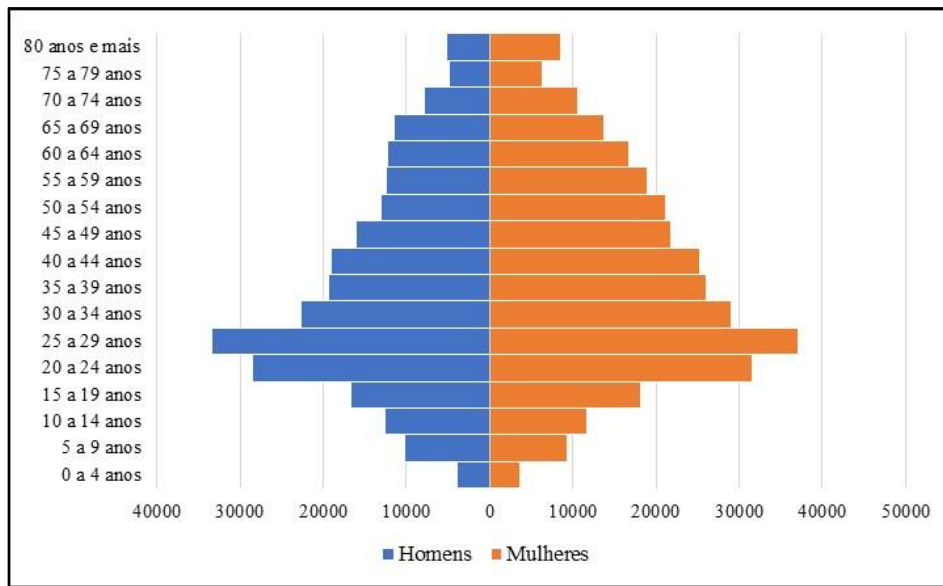
Com essas observações, destacam-se quanto são desafiadoras as dificuldades de retratar esse fenômeno demográfico com a maior acurácia possível. Ao falarmos dos processos migratórios em direção à Argentina e ao Brasil, devemos manter sempre em mente que esses volumes certamente são maiores do daqueles observados nas estatísticas oficiais.

⁵⁷ Ressalta-se que não é possível fazer esse comparativo no caso dos emigrantes residentes na Argentina, pois, o censo demográfico desse país captura a data de chegada através de intervalos de tempo maiores do que aquele da EPH, são eles: antes de 1991; entre 1991 a 2001; e entre 2002 e 2010. Para efeito de curiosidade, em 2010, o censo argentino capturou que dos paraguaios residentes no país, 41,5% chegaram antes de 1991, enquanto aqueles que chegaram entre 1991 a 2001 e entre 2002 a 2010 representaram respectivamente 20,3% e 38,2% desse volume populacional (INDEC, 2010a).

Quanto ao perfil desses migrantes, observa-se que, em ambos os destinos migratórios, houve uma maior participação das mulheres na composição desse volume populacional, o que vai de encontro com o perfil médio da emigração paraguaia apresentado anteriormente. Porém, ressalta-se que existem diferenças importantes entre as estimativas apresentadas pelos censos desses países de destino com aquelas disponibilizadas pela EPH, sendo essas discrepâncias mais gritantes ao tratar do caso brasileiro. Isso porque, o censo brasileiro contabilizou que, em 2010, 53,9% dos migrantes paraguaios eram mulheres e 46,1% homens; por outro lado, para a EPH, a porcentagem de homens residentes no território vizinho foi menor, em torno de 16,6% (IBGE, 2010b e DGEEC, 2010a). Por sua vez, no caso argentino, ainda que a discrepância entre as estimativas da *Encuesta* e do censo tenham sido menores, essa primeira fonte captou um comportamento diferente ao estimar que 51,5% desses indivíduos eram homens, o que indica um menor volume de mulheres (48,5%) (DGEEC, 2010a). Já, para o censo, havia uma prevalência de mulheres na composição desse grupo populacional (55,4%) (INDEC, 2010a).

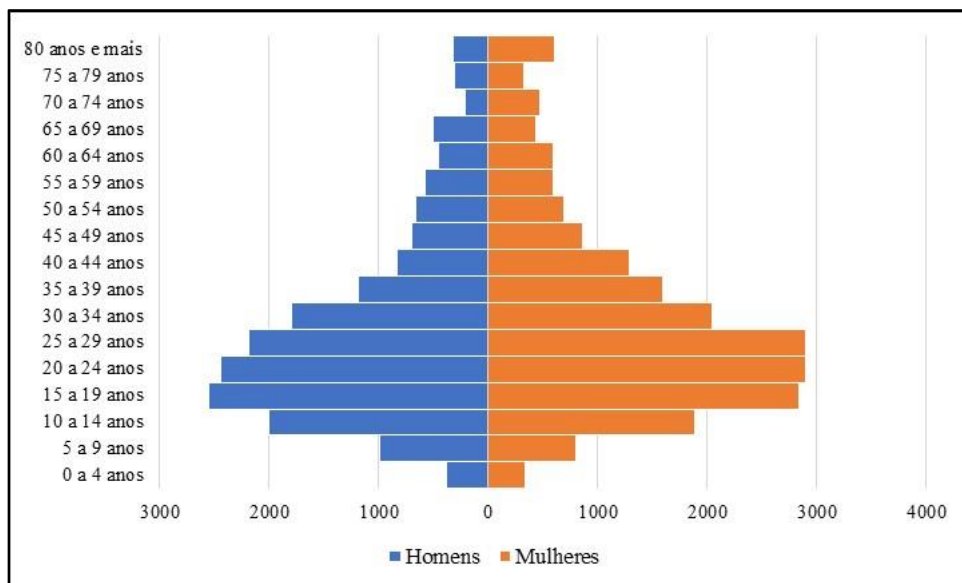
Ao analisar-se a estrutura etária desses grupos de emigrantes por meios das estimativas dos censos demográficos argentino e brasileiro, observam-se algumas discrepâncias em relação aos perfis identificados nas estatísticas da EPH. Isso porque, ainda que os dados censitários de 2010 retratem uma importante participação dos grupos etários mais jovens (Gráficos 7 e 8), elas se mostraram inferiores àquelas assinaladas pela pesquisa paraguaia. Segundo o censo da Argentina, 38,9% dos paraguaios residentes nesse país tinham entre 15 a 34 anos, ao passo em que a EPH estimou essa proporção em 87,4% (INDEC, 2010a e DGEEC, 2010a). Já, no caso brasileiro, a estimativa censitária apontou um perfil mais jovem, e o grupo etário de 15 a 34 anos respondeu por 50,1% dessa população. Para a EPH, essa proporção foi de 59,9% (IBGE, 2010B e DGEEC, 2010a). Acreditamos que as discrepâncias de resultados, sobretudo no caso argentino, devem-se ao fato de que a *Encuesta Permanente de Hogares* captou a idade no momento de saída do país, e somente para aqueles que deixaram o Paraguai entre 2005 e 2009, ou seja, pessoas que fizeram o deslocamento mais recentemente, e muito provavelmente são mais jovens. Por outro lado, os censos enumeraram todos os indivíduos migrantes, captando assim aqueles que mudaram a mais tempo e, por conseguinte, mais velhos.

Gráfico 7 – Estrutura etária da população paraguaia residente na Argentina, 2010



Fonte: INDEC (2010a). Dados coletados em 23 de set. 2017.

Gráfico 8 – Estrutura etária da população paraguaia residente no Brasil, 2010



Fonte: IBGE (2010). Dados coletados em 29 de ago. 2017.

Por outro lado, deve-se chamar a atenção para o peso das crianças nesses grupos populacionais. No caso brasileiro, o seu censo demográfico indicou que, em 2010, 16,3% dos migrantes paraguaios tinham entre 0 a 14 anos, contra os 10,5% estimados pela *Encuesta* (IBGE, 2010B e DGEEC, 2010a).

Em contraposição, na Argentina, observou-se menor participação desses grupos de idade. Segundo o censo do país, o volume de crianças respondeu por 9,2% da população de

migrantes, já a EPH arrolou 4,0% (INDEC, 2010a e DGEEC, 2010a). Como as estimativas dos censos foram maiores, essas diferenças devem ser decorrentes de problemas de não declaração naquela fonte. Salienta-se ainda que a maior presença de crianças migrantes entre os grupos de paraguaios residentes no Brasil pode ser explicada pelo fato de que muitas delas eram filhas de brasileiros que migraram com os pais retornados, conforme referimos no primeiro capítulo.

Em relação ao estado civil, observaram-se em ambas populações de migrantes (residentes na Argentina e no Brasil), maior porcentagem de solteiros. Segundo o censo argentino, 59,4% dos paraguaios residentes no país estavam solteiros na data de referência da pesquisa e 30,8% deles casados (INDEC, 2010a). Para os homens essas proporções apresentaram uma pequena diferença, elas foram de respectivamente 63,5% e 30,6%, já no caso das mulheres, o número de solteiras foi menor, 56,3%. Porém, não se verificou mudanças importantes na proporção de casadas (30,9%), isso porque, observou-se um peso importante daquelas viúvas (8,3%), principalmente se comparado com o volume de homens nesse estado civil (2,9%) (INDEC, 2010a).

No caso dos paraguaios residentes no Brasil, verificou-se, em 2010, um maior peso das pessoas que estavam solteiras (65,4%), contrapondo-se assim a um menor volume daquelas casadas (27,1%). Ademais, bem como no caso da Argentina, a porcentagem de homens solteiros foi maior (69,4%) do que a de mulheres nesse estado civil (62,0%), e, novamente isso pode ser justificado pelo maior número de mulheres viúvas (7,4%) em relação aos homens (1,1%). Quanto a composição da população solteira, não se observou diferenças importantes segundo a variável sexo – 26,7% dos homens e 27,4% das mulheres (IBGE, 2010b).

Sobre o nível de escolaridade, chama-se atenção para a menor escolaridade dos paraguaios residentes no Brasil e na Argentina quando em comparação com o perfil médio apresentado no item anterior. Estima-se que, em 2010, dos migrantes residentes em território brasileiro, 56,6% deles não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto (até 9 anos de estudo) (IBGE, 2010b). Aqueles com fundamental completo ou ensino médio incompleto (entre 9 a 12 anos de estudo) eram 20,3%, já as pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto (mais de 12 anos de estudo) responderam por 17,1% dessa população e os com superior completo foram estimados em 5,7% (IBGE, 2010B).

No caso argentino, o censo registrou que 57,0% desse grupo de migrantes tinha cursado ou cursava até o sexto ano de estudo, aqueles que estudaram ou estavam entre o sétimo e o nono ano de estudo totalizaram 32,7% (INDEC, 2010a). Ressalta-se que essas diferenças com relação ao perfil médio caracterizado pelas estimativas da *Encuesta* devem ser decorrentes

das diferenças no período de enumeração das distintas pesquisas⁵⁸, afinal, com o aumento do nível de escolaridade da população paraguaia⁵⁹, os migrantes que deixaram o país mais recentemente, e são foco de enumeração da EPH, devem ter saído com maior escolaridade.

Outra informação interessante a ser avaliada é a nacionalidade desses indivíduos. Mas, neste caso esta análise pode ser feita somente para os migrantes residentes no Brasil uma vez que o censo argentino não coletou esse dado. Segundo estimativas censitárias, em 2010, 46,3% dos paraguaios residentes no país eram naturalizados brasileiros (IBGE, 2010B). Essa informação pode nos trazer *insights* relevantes sobre as estratégias adotadas por esses indivíduos. Isso porque, o acesso a cidadania brasileira pode trazer vantagens importantes para essas pessoas, pois, além dos direitos que ela traz consigo, ela pode facilitar suas inserções laborais. Ademais, entendemos que a naturalização esteja diretamente associada a fixação de residência no país, afinal, imaginamos que quanto mais tempo o migrante passar no país, maior deve ser a probabilidade de que ele se naturalize. Para efeito comparativo, e porque não elucidativo, chama-se atenção para o fato de que 42,8% dessa população chegou ao país antes dos anos 2000, proporção que é próxima da porcentagem de paraguaios naturalizados (IBGE, 2010b). Mas, faz-se a ressalva de que a hipótese aqui levantada carece maiores estudos⁶⁰.

Já, sobre a distribuição espacial desses fluxos migratórios, observou-se que, em ambos os destinos, havia uma concentração desses migrantes, sendo ela mais latente no caso argentino. Para esse país, verificou-se que, dos paraguaios recenseados, 75,4% residiam na região da Grande Buenos Aires (INDEC, 2010a). Para Rita e Lucietto (2017), esse destino figura como o predileto desses indivíduos desde os anos de 1950, e pode ser explicado pelas redes migratórias já consolidadas, afinal, elas promovem a assistência necessária para acolhimento dos migrantes, ao fornecer alojamento, e se estendendo ao apoio econômico e orientações para a obtenção de trabalho remunerado.

Por outro lado, no caso brasileiro, o censo demográfico estimou que 40,5% desses migrantes residiam no Paraná, seguido dos Estados do Mato Grosso do Sul com 23,1% e de São Paulo com 15,4% (IBGE, 2010B). Com isso, constata-se uma maior presença desses indivíduos nas áreas de fronteira entre os dois países, principalmente na divisa com o Estado

⁵⁸ Recorda-se que os censos dos países de destino captaram todos os migrantes paraguaios residentes que ali residiam, ao passo em que a EPH enumerou apenas aqueles que deixaram o Paraguai entre 2005 e 2009.

⁵⁹ Para ilustrar essa afirmação, destaca-se que, entre 1998 e 2010, períodos para os quais temos essas informações disponíveis, o tempo médio de estudo da PEA (com 15 anos ou mais de idade) passou de 7,2 anos para 8,7 anos (CEPAL, 2016).

⁶⁰ Ainda neste aspecto, não podemos esquecer dos filhos de brasileiros retornados do Paraguai, esses indivíduos nasceram nesse país vizinho, mas, podem ter se naturalizados brasileiros.

do Paraná. Essa última se resulta de uma integração territorial complexa desses espaços fronteiriços e, foi em grande parte consequência do movimento de colonização de departamentos da porção leste do Paraguai por parte de imigrantes brasileiros (SOUCHAUD, 2009). Já, a presença dos paraguaios no Mato Grosso do Sul foi incentivada pelas fronteiras agrícolas (SOUCHAUD, 2009). Chama-se ainda a atenção para o crescimento do volume de paraguaios residentes em áreas metropolitanas, com destaque para o município de São Paulo. Estima-se que, em 2010, 3.170 paraguaios residiam na capital paulista, o que representava 2,8% dessa população (IBGE, 2010B). Como vimos no primeiro capítulo, isso se deve a um comportamento de diversificação desses processos migratórios, que teve início a partir da década de 1950 (PALAU, FISCHER e PEREZ 1997).

A respeito da situação laboral desses migrantes, chama-se a atenção primeiro para aqueles residentes na Argentina. O censo demográfico desse país estimou que, em 2010, 80,5% dos homens (com 14 anos ou mais de idade) estavam ocupados na data de referência da pesquisa, dos demais, 2,6% estavam desocupados e 16,9% inativos (INDEC, 2010a).

Esses resultados foram diferentes daqueles encontrados pela EPH, pois segundo essa fonte de dados, 97,2% dos homens paraguaios trabalhava em território argentino (DGEEC, 2010). Para entendermos essas estatísticas, devemos lembrar que parte majoritária desses migrantes se deslocou por questões laborais, logo não é de se espantar o alto nível de atividade desses indivíduos, afinal eles buscavam, nesse novo país, oportunidades de trabalho e, aparentemente as conquistaram. Ademais, devemos recordar que, o censo enumerou os migrantes que chegaram há mais tempo na Argentina, logo, imagina-se que tenha captado, por exemplo, maior porcentagem de aposentados em comparação com a EPH.

No caso das mulheres, a EPH estimou que 75,2% delas tinham emprego no país vizinho, outros 14,4% realizavam atividades domiciliares (DGEEC, 2010a). Já, o censo argentino auferiu que, em 2010, 54,1% das paraguaias residentes no país estavam ocupadas, 4,1% desocupadas e 41,8% inativas (INDEC, 2010a). Novamente, essas diferenças de resultados podem decorrer dos diferentes intervalos temporais de enumeração.

Ressalta-se ainda que, parte majoritária dos migrantes que exerciam alguma atividade remunerada em território argentino era contratada ou composta por obreiros (78,3%), seguido dos trabalhadores por conta própria (15,3%) (INDEC, 2010a). Neste aspecto, não se observou diferenças importantes entre homens e mulheres⁶¹, com exceção para no caso da

⁶¹ 79,3% dos homens eram trabalhadores contratados ou obreiros e 15,4% trabalhadores por conta própria, já para as mulheres essas porcentagens foram de respectivamente 77,0% e 15,1% (INDEC, 2010a).

categoria “trabalhador familiar”, na qual a porcentagem foi de 1,6% dos homens contra os 3,9% verificados para as mulheres (INDEC, 2010a). Já as estimativas da EPH demonstram que 91,0% dos homens eram trabalhadores contratados ou obreiros do setor privado, e 69,7% das mulheres empregadas domésticas. Essas informações nos trazem dois aspectos importantes: primeiramente, percebe-se que os migrantes que chegaram ao país mais recentemente apresentaram uma preferência por atividades não autônomas⁶²; a outra questão é que já conhecemos o setor de atuação das mulheres, parte majoritária delas atuava no setor de atividades domésticas.

Essa última afirmação é comprovada ao analisarem-se as estimativas do censo argentino, essa pesquisa mostrou que 48,0% das trabalhadoras paraguaias atuavam no setor de limpezas (do tipo doméstica e não doméstica) (INDEC, 2010a). Para os homens, observou-se o maior peso do setor de construção e infraestrutura, 44,7% desses migrantes trabalham nessa área (INDEC, 2010a). Chama-se atenção, portanto, para as diferenças de gênero observado e, de acordo com Maguid e Bruno (2010), essas diferenças ficam claras ao considerar a complexidade das ocupações exercidas por homens e mulheres. Enquanto os homens exerciam, em sua maioria, atividades de qualificação operária, as mulheres estavam majoritariamente em ocupações não qualificadas.

Quanto a situação laboral dos migrantes paraguaios residentes no Brasil, o censo estimou que, em 2010, 68,2% dos homens (com 10 anos ou mais) exerciam algum tipo de atividade remunerada na data de referência da pesquisa, no caso das mulheres essa porcentagem foi menor, em torno de 44,9% (IBGE, 2010B). Por outro lado, as estimativas da EPH foram mais altas assim como no caso argentino, para os homens essa porcentagem foi de 90,5% e para as mulheres de 82,1%. Já, em relação à categoria ocupacional desses trabalhadores, verificou-se que 34,6% dos homens paraguaios eram empregados com carteira de trabalho assinada, 32,6% sem carteira assinada e outros 27,7% trabalhadores por conta própria. No caso das mulheres, convém sublinhar a maior porcentagem de trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada, 38,2%, ao passo em que aquelas com carteira assinada correspondiam a 35,0% e as trabalhadoras por conta própria 21,9% (IBGE, 2010B). Já, de acordo com as estimativas da EPH, dos homens paraguaios, que migraram entre 2005 e 2009, 71,4% eram contratados ou obreiros do setor privado (DGEEC, 2010a). De outra parte, chama muito atenção as estimativas para as mulheres. De acordo com a *Encuesta*, 57,0% dessas migrantes trabalhavam como

⁶² Segundo as estimativas da *Encuesta* 5,7% dos homens eram trabalhadores por conta própria, já para as mulheres essa proporção foi um pouco menor, 4,0% (DGEEC, 2010a).

contratadas ou obreiras, ao passo que o restante, mais exatamente 43,0%, era empregada doméstica, o que nos ajudar a compreender a maior porcentagem de mulheres sem carteira assinada (DGEEC, 2010a).

Por fim, quanto ao setor de atuação desses trabalhadores, não foram observadas concentrações setoriais tão marcantes como aquelas verificadas para os paraguaios residentes na Argentina. No caso dos homens, o que nos chama a atenção é que 14,5% dos trabalhadores realizavam atividades relacionadas à agricultura e a pecuária, e outros 8,1% estavam no setor construção civil, atuando como pedreiro (IBGE, 2010). Já, para as mulheres, observou-se que, em 2010, 23,8% trabalhavam como domésticas e/ou na limpeza de interiores de edifícios e 10,5% como operadoras de máquinas de costuras.

2.1.2. O perfil dos migrantes de longa distância: o caso espanhol

Se, um por um lado a Argentina e o Brasil figuram como destinos tradicionais dos emigrantes paraguaios, mais recentemente, um novo fluxo migratório ganhou notoriedade, direcionado à Espanha. A partir da década 2000⁶³, observou-se o crescimento sustentado do número de migrantes que se direcionaram a esse país europeu (verificar Gráfico 5), ao ponto em que ele assumiu a segunda posição no *ranking* de principais destinos. Para entendermos esse fato devemos analisar o contexto espanhol, a fim de verificar os fatores de estímulo para o despontamento do fluxo para aquele destino. Neste aspecto, chama-se atenção para análise feita por Buján e Pérez (2005) ao tratarem da presença de latino-americanos no território espanhol. De acordo com esses autores, o aumento dessas nacionalidades foi decorrente da maior demanda por mãos de obra originárias desses países, a qual não só mudou significativamente a composição da população imigrante da Espanha, como também determinou a política migratória nesse período (BUJÁN e PÉREZ, 2005).

Esse novo fluxo migratório se soma àquele direcionado aos Estados Unidos e, em conjunto, respondem por boa parte dos movimentos de longa distância efetuados pelos migrantes paraguaios. Ao analisarmos esses processos, nos deparamos com dificuldades que vão além das limitações das fontes de dados disponíveis, pois verificamos que há pouca produção científica que trate da presença paraguaia naquelas sociedades de destino, e, na maioria dos casos, esses indivíduos são tratados dentro da rubrica agregada de “latino-

⁶³ Estima-se que 96,5% dos migrantes paraguaios tenham chegado ao país a partir dos anos 2000 (INE, 2011b).

americano”. Isso pode ser explicado pelo pequeno peso dessa comunidade quando em comparação com as outras nacionalidades. Estima-se que, em 2010, da população latino-americana residente na Espanha, 4,8% eram paraguaios⁶⁴, as nacionalidades que mais contribuíram nessa composição populacional foram os equatorianos (22,3%), os colombianos (16,4%) e os bolivianos (11,9%) (GIL-AFONSO, BAYONA-i-CARRASCO, VONO DE VILHENA, 2012).

Para além desses entraves, recordamos ao leitor que como o censo espanhol foi aplicado em 2011, os comparativos com os resultados da *Encuesta* de 2010 devem ser feitos com cuidado para não encobrir eventos que possam ter trazidos mudanças importantes no fenômeno demográfico sob análise.

Realizadas essas breves considerações, partimos para a caracterização do perfil desses migrantes. De acordo com o censo espanhol, em 2011, 71.906 pessoas nascidas no Paraguai residiam no país, dentre as quais 25.850 eram homens (35,9%) e 46.056 mulheres (64,1%) (INE, 2011b). Já, ao analisar-se esse volume populacional segundo o ano de chegada, percebe-se que os ingressantes do período 2005 - 2009 totalizaram 46.247 pessoas (INE, 2011b). Comparando esse volume populacional com as estimativas auferidas pela EPH, verifica-se forte convergência dos dados, isso porque, observou-se subenumeração de apenas 0,6% no censo espanhol – a *Encuesta* enumerou 46.525 migrantes, dentre eles 34,6% eram homens e 65,4 % mulheres (INE, 2011b e DGEEC, 2010a). –

Além de esse volume populacional ser composto em sua maioria por mulheres, coincidindo assim com o perfil da emigração paraguaia, percebe-se também neste contexto, o maior peso da população jovem (Gráfico 9). No caso das mulheres, o censo espanhol estimou que 56,8% delas tinham entre 15 a 34 anos, ao passo que se considerarmos os grupos etários compreendidos entre as idades de 35 a 49 anos, essa porcentagem aumenta para 82,4%, o que nos mostra que parte majoritária dessas migrantes estava nas idades do período reprodutivo (INE, 2011b). Para os homens esse cenário não foi muito diferente, as estimativas apontam que 52,5% deles eram jovens (15 a 34 anos), já, ao considerar aqueles entre 35 a 49 anos, a porcentagem aumenta para 80,6% (INE, 2011b). Quanto à participação das crianças (0 a 14 anos) nessa composição populacional, verificou-se que os resultados não foram tão destoantes

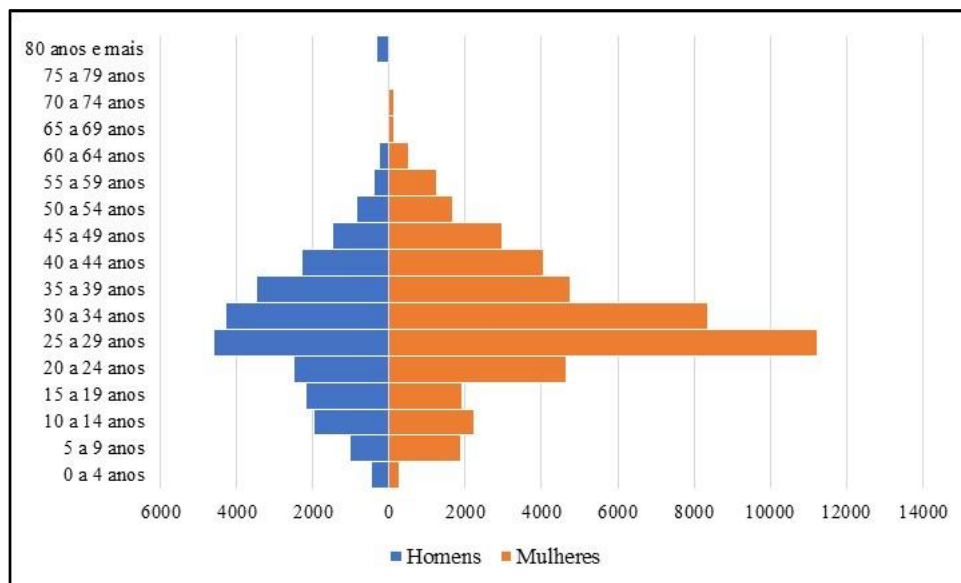
⁶⁴ A população paraguaia apareceu na oitava colocação das principais nacionalidades (GIL-AFONSO, BAYONA-i-CARRASCO, VONO DE VILHENA, 2012).

daqueles encontrados no caso dos migrantes residentes no Brasil e na Argentina⁶⁵, estima-se que, em 2011, elas representavam 10,9% da população paraguaia residente em território espanhol (INE, 2011b).

Em contrapartida, as estimativas da EPH retrataram um perfil ainda mais jovem, isso porque, segundo essa pesquisa, 82,0% dos homens tinham entre 15 a 34 anos, e entre as mulheres essa porcentagem foi de 72,9% (DGEEC, 2010a). Essas diferenças devem ser decorrentes do fato de que a *Encuesta* considerou apenas os migrantes que se deslocaram entre 2005 e 2009, e a idade computada se referia ao momento de saída do país.

De todo modo, é nítido o perfil jovem da comunidade paraguaia presente na Espanha. De acordo Ballesteros, Basco e González (2009) essa característica fica mais acentuada quando comparada com as demais nacionalidades latino-americanas e, para ilustrar esse fato, no ano de 2007, o Paraguai era o país com a maior porcentagem de migrantes em idade laboral.

Gráfico 9 – Estrutura etária da população paraguaia residente na Espanha, 2011



Fonte: INE (2011b). Dados coletados em 24 de ago. 2017.

Quanto ao estado civil desses indivíduos, observou-se, por meio das estimativas censitárias, que parte majoritária desses migrantes estava solteira (63,0%). Ao analisar essas estatísticas por sexo, percebe-se uma maior porcentagem de homens solteiros (66,5%) quando

⁶⁵ Recordar-se que o censo brasileiro auferiu que, em 2010, 16,3% dos migrantes paraguaios tinham entre 0 a 14 anos. Já, no caso da Argentina, seu censo estimou que as crianças responderam por 9,2% dessa população (IBGE, 2010B e INDEC, 2010a).

em comparação com as mulheres (61,0%), isso pode ser explicado pelo maior número de mulheres separadas ou divorciadas (7,8% contra 4,0% dos homens), afinal não se verificou diferenças significativas na proporção de homens e mulheres casadas (respectivamente 28,1% e 29,4%) (INE, 2011b).

Já, em relação ao nível de escolaridade, o censo espanhol estimou que, em 2011, 17,3% desses migrantes tinham mais de cinco de estudos, mas não haviam completado a educação secundária obrigatória (10 anos de estudos), aqueles que tinham esse diploma escolar responderam por 29,0% (10 anos de estudos completos) e, 34,2% dos inqueridos tinham 12 anos de estudo completos (INE, 2011b). Esses resultados apontam que esses migrantes tinham um nível de escolaridade maior do que aquele observado para o perfil da emigração paraguaia⁶⁶. Por outro lado, ao serem comparados com aqueles observados para a Argentina e o Brasil, indicam que, de fato, os migrantes de tempos mais recentes têm um maior nível de escolaridade.

Assim, como no caso brasileiro, o censo demográfico espanhol inquiriu sobre a nacionalidade de seus respondentes, e, neste caso, estimou-se que, em 2011, 3,0% desses migrantes tinham nacionalidade espanhola (INE, 2011b). Isso demonstra que foram poucos aqueles que tiveram acesso a essa nacionalidade por descendência. Afinal, acreditamos que desse volume populacional, poucas pessoas devem ter passado pelo processo de naturalização, isso porque esse fluxo migratório é mais recente e, como havíamos dito, entende-se que a probabilidade de naturalização deve aumentar quanto maior seja o tempo de residência. Essa hipótese pode ser ressaltada ao compararmos a porcentagem de paraguaios naturalizados brasileiros (46,3%) – um fluxo migratório mais antigo – com a porcentagem de paraguaios com nacionalidade espanhola. Ademais, para além do tempo de residência, não podemos esquecer que cada país apresenta sua própria legislação para o processo de naturalização e, provavelmente, no caso desse país europeu as leis impostas devem ser mais restritivas quando comparadas com aquelas vigentes em país latino-americanos, como o Brasil e a Argentina, sobretudo porque a Espanha está sujeita a seguir determinadas normativas colocadas pela União Europeia.

Quanto a espacialização desse fluxo migratório, as estimativas do censo demográfico espanhol apontam para uma maior concentração desses migrantes nas províncias de Madri (25,6%), Barcelona (18,4%) e Málaga (13,7%), o que demonstra a preferência desses indivíduos por se instalarem em áreas metropolitanas (INE, 2011b). Todavia, quando

⁶⁶ Recordar-se que segundo estimativas da EPH de 2010, 52,8% desses migrantes tinham mais de 9 anos de estudo (DGEEC, 2010a).

comparamos esses resultados com aqueles obtidos para os migrantes residentes na Argentina e no Brasil, observa-se uma maior dispersão geográfica dos paraguaios residentes no território europeu. Uma hipótese que pode explicar esse comportamento pode estar ligada ao fato desse fluxo ser mais recente, se comparado aos outros dois, e por isso, suas redes migratórias estariam menos consolidadas do que aquelas que envolviam os países vizinhos ao Paraguai.

Acerca da inserção laboral desses migrantes, as estimativas espanholas apontam que, em 2011, 48,5% dos homens maiores de 16 anos estavam ocupados ou temporariamente ausentes do trabalho, aqueles que estavam desempregados, mas que já tiveram algum emprego responderam por 28,2%, ao passo em que 6,4% desses indivíduos buscam sua primeira oportunidade de trabalho (INE, 2011b). Chama-se ainda a atenção para a proporção de homens em “outra situação laboral” (não definida pelo censo), 13,4% (INE, 2011b). Já, no caso das mulheres, a porcentagem de pessoas (com 16 anos ou mais) empregadas ou afastadas temporariamente foi maior, 61,5%; as que estavam desempregadas, mas já tinham trabalhado compôs 14,7% desse grupo populacional (INE, 2011b). E, em relação ao volume de mulheres que procuravam seu primeiro emprego ou estavam em “outra situação laboral”, não observamos diferenças importantes quando comparado com os resultados relativos aos homens: para elas, essas proporções foram estimadas em 6,1% e 13,9% (INE, 2011b).

Ressalta-se que a maior porcentagem de mulheres empregadas pode ser explicada pelo fato de que, conforme vimos no capítulo anterior, os homens sofreram mais os efeitos da crise econômica de 2008. Isso porque um dos setores mais impactados foi o de construção civil, atividade que concentrava boa parte desses indivíduos (CERRUTI e MAGUID, 2015).

Em contrapartida, aos compararmos esses resultados com aqueles disponibilizados pela EPH, verificam-se discrepâncias importantes no caso das estimativas masculinas, para essa outra fonte de dados, 80,9% desses indivíduos estavam empregados nesse novo país (DGEEC, 2010a). Ao passo em que para as mulheres essa proporção não foi tão diferente daquela observada no censo espanhol, ficando em torno de 65,7% (DGEEC, 2010a).

Poderíamos afirmar que essas discrepâncias encontradas para os homens são decorrentes do universo de enumeração de cada fonte, como já mencionamos diversas vezes, a EPH enumerou apenas os migrantes que deixaram o Paraguai entre 2005 e 2009, enquanto que o censo espanhol considerou toda essa nacionalidade. Porém, conforme vimos ainda no capítulo anterior, Duque e Rossi (2009) afirmam que os trabalhadores mais afetados pela crise foram aqueles que chegaram mais tarde ao país, isso porque em sua maioria estavam inseridos no mercado de trabalho com baixos níveis salariais e com contratos temporários. Logo, esperava-se, na realidade, que a EPH, por captar esses migrantes mais recentes, estimaria uma maior

porcentagem de paraguaios desempregados, o que não ocorreu. Com isso, constata-se a necessidade de análises que avaliem essas especificidades da inserção laboral dessa população.

Ainda sobre a inserção laboral desses migrantes, estimou-se que, em 2011, parte majoritária era composta por trabalhadores contratados permanentemente e aqueles contratados em caráter temporário (93,0%) (INE, 2011b). Além disso, não observamos diferenças importantes nos resultados relativos a homens e a mulheres. No caso dos homens, os trabalhadores contratados permanentemente responderam por 42,5% dessa população, ao passo em que a proporção de trabalhadores contratados de forma de temporária e daqueles que trabalhavam por conta própria foram de respectivamente 48,2% e 3,9% (INE, 2011b). Já, para as mulheres, essas estatísticas censitárias apontam que 46,6% eram trabalhadoras contratadas permanentemente, 48,2% contratadas em regime temporário e 3,9% trabalhadoras por conta própria (INE, 2011b).

Por outro lado, as estimativas da EPH demonstram que 75,7% dos homens eram trabalhadores contratados ou obreiros do setor privado e que entre as mulheres, 45,6% eram empregadas domésticas e 22,3% contratadas ou obreiras do setor privado, o que nos traz uma prévia do setor de atuação das paraguaias residentes em território espanhol (DGEEC, 2010a).

Neste aspecto, o censo demográfico da Espanha contabilizou que, em 2011, 43,9% das mulheres atuavam como empregadas domésticas, 12,6% como cuidadoras de outras pessoas e 6,1% com outras atividades de limpeza (INE, 2011b). Já, para os homens, observou-se uma maior diversificação das atividades realizadas, aquelas com maior concentração de trabalhadores paraguaios foram as relacionadas ao setor de construção civil (33,8%). Eventualmente, essa maior diversificação das atividades realizadas pelos homens pode ter sido em resposta a crise do setor de construção civil em 2008, algo que carece novas análises.

Em termos gerais, ao analisarmos o perfil dos emigrantes paraguaios segundo os seus países de destino (Argentina, Brasil ou Espanha), percebe-se que não existem características que destoem de forma importante daquele observado para a emigração paraguaia como um todo. Dessa forma, ao pensarmos sobre os movimentos paraguaios em direção a esses países devemos ter em mente características como: a predominância feminina; as origens rurais desses indivíduos; a maior presença de jovens; o nível de escolaridade crescente; e as motivações laborais como fomentadoras das decisões de deixar o Paraguai.

Por outro lado, para a sociedade paraguaia, um dos principais reflexos da saída desses indivíduos é verificado no mercado laboral nacional, o que nos levar a analisar, no item seguinte, as conjunturas nas quais essas decisões migratórias são tomadas e o que elas representam para essa esfera da vida social.

2.2. “Parte do bônus demográfico está lá fora”⁶⁷

Conforme apresentando no capítulo 1, os processos emigratórios paraguaios mais recentes foram motivados sobretudo por razões econômicas. Nesse contexto destacou-se que as dificuldades de inserção laboral, os altos índices de desocupação e de subemprego, e a grande informalidade de uma parcela importante da força de trabalho paraguaia foram aspectos importantes para a decisão tomada por muitos indivíduos de deixarem o país. Logo, entende-se que para a compreensão dos efeitos de fenômeno demográfico na sociedade paraguaia, faz-se necessário debater sob quais conjunturas do mercado laboral ocorreram esses processos emigratórios e o que eles representam para esse mercado de trabalho (subitem 2.2.3).

Afinal, este estudo argumenta que o modelo de desenvolvimento econômico paraguaio, pautado no setor agroexportador, ao ter se mostrado incapaz de absorver uma quantidade importante da força de trabalho nacional, apresentou uma importante dependência para com a emigração internacional. Isso porque esse fenômeno demográfico se apresenta como uma forma de aliviar as estatísticas laborais paraguaias, e assim, dirimir as pressões sociais. Do contrário, eventualmente, transformações importantes teriam sido promovidas nesse modelo econômico, visando a atender às demandas populacionais.

Para contemplar essa discussão, é necessário realizar uma discussão prévia acerca da dinâmica demográfica paraguaia, a fim de compreender as variações na oferta de mão de obra naquela sociedade e os novos desafios colocados ao mercado laboral em face ao crescimento sustentado da população adulta, esse último uma característica do bônus demográfico pelo qual passa o país (subitem 2.2.2). Ressalta-se ainda que a fim de tornar esse debate mais sucinto, a análise se concentrará na discussão da transição demográfica paraguaia e do bônus demográfico (subitem 2.2.2).

Por fim, para facilitar a compreensão do leitor mais distante do debate demográfico, o primeiro subitem desta seção (subitem 2.2.1) trará uma breve explicação dos conceitos de transição demográfica e de bônus demográfico, além de uma explanação das especificidades desse fenômeno no contexto da América Latina. Ressalta-se que essa discussão se dará, sobretudo, com base no trabalho clássico de Neide Patarra, publicado em 1973. Já naquela

⁶⁷ Ressalta-se que o título desse item foi inspirado nas observações efetuadas pelo Prof. Dr. Hugo Oddone, durante a Qualificação desta dissertação, sobre o fato de que parcela importante do bônus demográfico paraguaio se encontra fora do país, e ela se constitui dos indivíduos que deixaram o Paraguai devido às dificuldades enfrentadas no mercado laboral, conforme discutido no capítulo 1, tema que será retomado no presente item.

época a autora apresentou uma visão crítica acerca da transição demográfica, com contribuições ao debate que se mostram pertinentes até os dias de hoje.

2.2.1. Transição demográfica e bônus demográfico: que conceitos são esses?

O conceito de transição demográfica foi concebido para descrever os processos de transição dos níveis de mortalidade e fecundidade pelo quais passaram, sobretudo, países do continente europeu e os Estados Unidos. Nesses países, sob o contexto da Revolução Industrial, verificou-se uma queda dos níveis de mortalidade, principalmente devido aos avanços científicos e tecnológicos, à modernização, e às mudanças na produção alimentícia, que foram frutos dos processos globais de industrialização e urbanização (COALE, 1986 e PATARRA, 1973). Com o progressivo aumento da expectativa de vida, enquanto que os níveis de fecundidade permaneceram, por um período, altos e sem controle, observou-se nessas sociedades um crescimento populacional sem precedentes. Posteriormente, a queda das taxas de fecundidade, ocorridas primeiramente na França e nos Estados Unidos, e depois nos demais países industrializados, levou à redução das taxas de crescimento populacional (PATARRA, 1973).

Dessa forma, esse conceito, cujos principais precursores foram os estudos realizados por Thompson e Notestein⁶⁸, pode ser compreendido como a mudança de equilíbrio entre altas taxas de mortalidade e fecundidade (moderadamente altas), para outro equilíbrio, no qual as taxas se apresentam mais baixas, surgindo assim uma uniformidade nas taxas de crescimento das populações que passaram por esses processos (COALE, 1986). Para Neide Patarra, através das análises das tendências observadas, pode-se estabelecer que as populações que passam por essa transição tendem a atravessar três etapas demográficas: 1) crescimento potencial alto, marcada pelo pouco controle das taxas de mortalidade e natalidade, neste cenário a taxa de natalidade é alta e o incremento populacional varia de acordo com a mortalidade; 2) crescimento de transição, quando se observa os indícios da possibilidade de controle da natalidade, mas, como a queda da taxa de mortalidade é mais rápida, promove-se um

⁶⁸ De acordo com Patarra (1973), “*la teoría de la transición demográfica fue presentada por primera vez por Thompson en 1929 (Thompson, 1929). Varios años después, Notestein inicia la publicación de una serie de artículos sobre este tema, sin tener parecer conocimiento de la formulación inicial de Thompson (NOTESTEIN, 1945, 1948, 1950, 1953). Aproximadamente en la misma época, Thompson retoma su análisis, esta vez con mayor cantidad de datos y detalles (Thompson, 1948)*” (PATARRA, 1973, p. 87).

crescimento natural ascendente; 3) declínio incipiente, na qual com a rápida queda das taxas de natalidade, mesmo que as taxas de mortalidade sejam mais baixas, observa-se uma redução da taxa de crescimento natural, levando à uma população estável ou em declínio (PATARRA, 1973)⁶⁹.

Todavia, a transição demográfica ao buscar explicar as mudanças nas taxas de mortalidade e fecundidade, sobretudo, identificando as inter-relações entre essas mudanças nas estatísticas vitais com as transformações socioeconômicas, traz consigo limitações e problemas importantes (ZENTENO, 2004). Dentre eles chama-se a atenção para a definição dos marcos de início e de fim da transição, a velocidade desse processo, a interação entre os fatores demográficos e a uniformidade dessa transição no interior dos países (ZENTENO, 2004).

Diante dessas problemáticas, chega-se a questionar a validade da transição demográfica enquanto um elemento explicativo da dinâmica populacional dos países em desenvolvimento. Afinal, como essa teoria foi pensada para explicar as transformações nas populações pioneiras nos processos de industrialização, é natural indagar-se se a transição demográfica seria uma teoria populacional que se pode generalizar para todos os países que passam pelo processo de desenvolvimento urbano-industrial (PATARRA, 1973). Neste sentido, Patarra (1973) acredita que não existe um consenso dos especialistas sobre esse debate, muito menos, há na literatura demográfica uma sistematização explícita da transição demográfica enquanto uma teoria populacional.

Um dos elementos centrais que colocam em discussão a validade da transição demográfica enquanto teoria é o fato de que no contexto dos países subdesenvolvidos a dinâmica demográfica evolui de forma distinta (PATARRA, 1973). Se, no caso dos países desenvolvidos, essas mudanças nas taxas de mortalidade e de fecundidade ocorreram em resposta ao processo de desenvolvimento, por outro lado, nos países subdesenvolvidos, há uma inversão desse processo, no sentido em que as taxas demográficas devem mudar a fim de tornar possível o desenvolvimento econômico desses países (PATARRA, 1973).

Por esse motivo, Patarra (1973) acredita que, a teoria da transição demográfica, em sua formulação original, se apresenta tanto como uma síntese histórica, como um guia de políticas públicas acerca do controle de natalidade. Isso porque, a autora demonstra que a presença de recomendações do controle de natalidade nos países subdesenvolvidos como uma forma de alcançar o desenvolvimento socioeconômico, limita a teoria a ser uma síntese histórica

⁶⁹ Chama-se atenção para o fato de que Patarra (1973) apresenta essas etapas em ordem inversa, pois, a autora tem como referencial as populações que já estão em um momento mais avançado da transição demográfica. Neste estudo optou-se por reportar essas etapas de acordo com a ordem de ocorrência.

da experiência vivenciada pelos países europeus e as colônias inglesas, a qual busca-se impor a esses outros países (PATARRA, 1973).

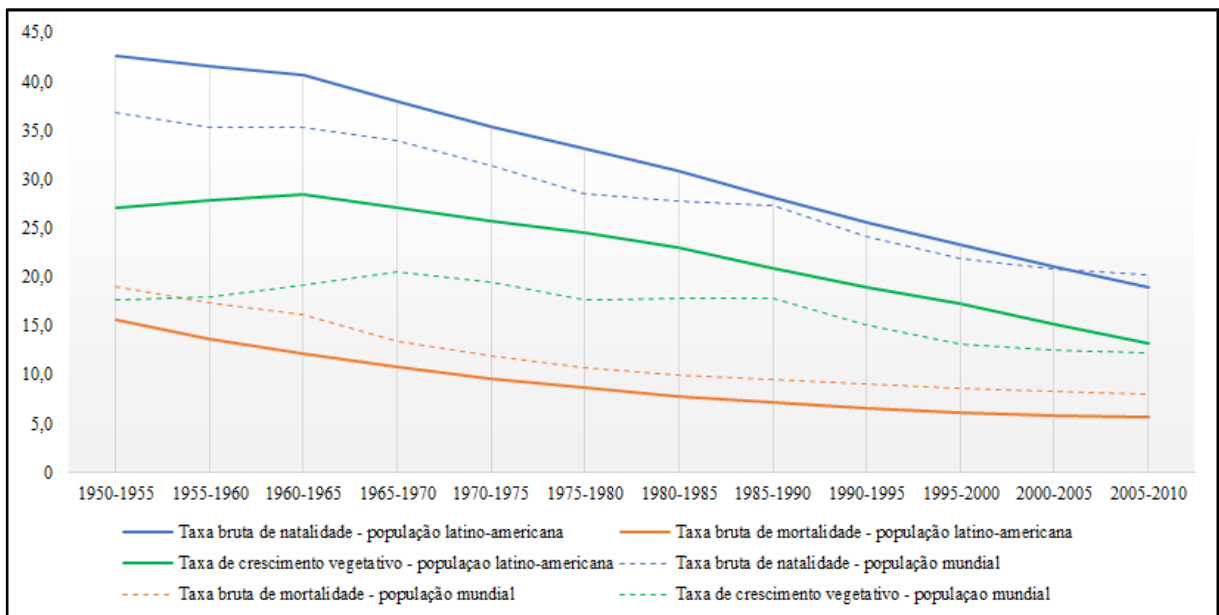
Dessa forma, segundo Neide Patarra, para que se possa utilizar esse modelo teórico de modo frutífero, é necessário não considerar que a dinâmica demográfica dos países do “terceiro mundo” seja uma repetição da história demográfica vivenciada pelos países desenvolvidos a dois, três séculos atrás (PATARRA, 1973).

Mais recentemente, analisando o caso da América Latina, Zenteno (2004) chama atenção para a necessidade de ter em mente que o desenvolvimento dessa região ocorreu de modo dependente e com uma história particular, sobretudo, devido ao passado colonial desses países. Em termos populacionais, até meados do século XX, observou-se nessas sociedades a persistência dos interesses que remetem aos seus períodos coloniais, dentre os quais se destaca a manutenção dos altos níveis de natalidade – entre 45 a 50 nascimentos a cada mil habitantes – uma vez que naquele período histórico (o colonial) buscava-se estimular o crescimento populacional. Esses altos níveis de natalidade foram sustentados devido a fatores como “*la inducción al matrimonio muy temprano, con orientación primordial hacia la reproducción y el mantenimiento de la población en sus localidades de origen*” (ZENTENO, 2004, p. 240).

Sob este cenário, observou-se uma queda importante da mortalidade (Gráfico 10), sobretudo nas primeiras idades (Gráfico 11). Esse declínio da taxa de mortalidade somado ao fato de que a natalidade se manteve no mesmo nível (Gráfico 10) explica o crescimento populacional elevado verificado entre os anos de 1960 e 1970 (ZENTENO, 2004) – principalmente na primeira metade da década de 1960 (Gráfico 10). A taxa de crescimento da população latino-americana superou aquelas observadas nos países pioneiros da transição demográfica, assim como a verificada para a população mundial (Gráfico 10). Somente, a partir de meados dos anos de 1960, quando as taxas de natalidade dessa população começaram a cair (Gráfico 10) é que se observou uma desaceleração no crescimento populacional (Gráfico 10).

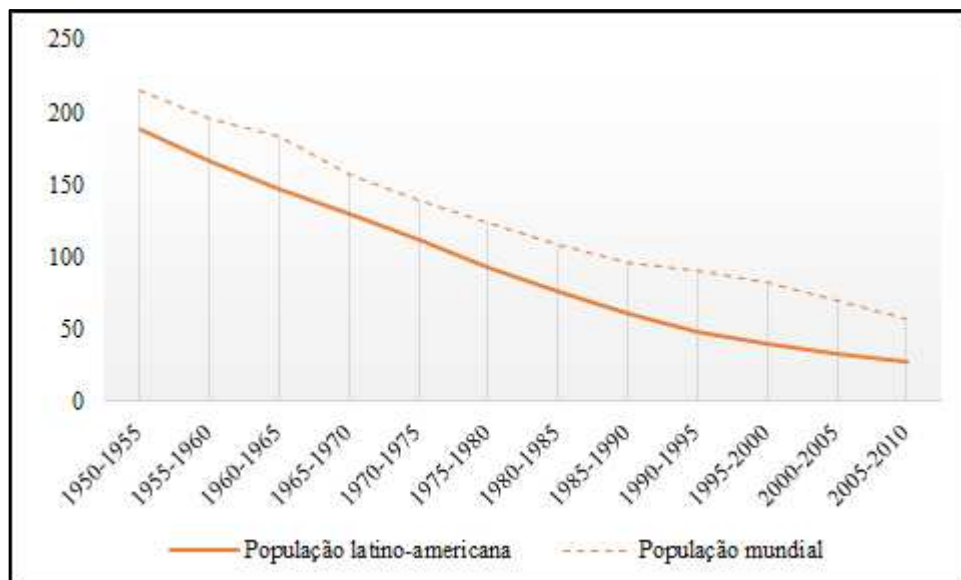
Com isso, percebe-se que o processo de transição das taxas de fecundidade e mortalidade da população latino-americana apresentou diferenças substantivas (ZENTENO, 2004). Sobre isso, Zenteno (2004) chama a atenção para “*los niveles más elevados de la fecundidad previos a la transición, patrones de nupcialidad precoces y sostenidos secularmente, y el empleo de anticonceptivos modernos en AL con intensidad a partir de 1960, en íntima relación con condiciones de vida muy desiguales*” (ZENTENO, 2004, p. 241). Para esse autor, tais aspectos implicaram nas diferenças verificadas no processo de transição demográfica latino-americano.

Gráfico 10 – Estatísticas vitais (por 1.000 habitantes), população latino-americana e população mundial, 1950 a 2010



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*. Dados coletados em 31 de set. 2017.

Gráfico 11 – Mortalidade menores de 5 anos de idade (por 1.000 habitantes), população latino-americana e população mundial, 1950 a 2010



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*. Dados coletados em 31 de set. 2017.

O rápido declínio das taxas de fecundidade nas populações latino-americanas, quando em comparação com as experiências vivenciadas pelos países pioneiros na transição

demográfica, colocou o comportamento dessa variável numa posição de destaque no debate da transição demográfica da América Latina (PATARRA e OLIVEIRA, 1988). No entanto, essa agenda de debates foi mais ampla do que a simples discussão do comportamento da fecundidade, contemplando, por exemplo, os processos de reprodução social, e apresentando-se, assim, como uma reflexão crítica acerca da teoria da transição demográfica (PATARRA e OLIVEIRA, 1988).

Ainda no que diz respeito ao processo de transição demográfica das populações latino-americanas, deve-se ressaltar que o fato de ser um processo mais rápido do que aquele verificado nos países pioneiros, não significa que houve homogeneidade na temporalidade do processo entre os diversos países latino-americanos. Pelo contrário, conforme demonstra Zenteno (2004) países como a Argentina, Chile e Uruguai se apresentam em um estágio mais avançado da transição, enquanto que, no outro extremo, com uma transição demográfica incipiente, estão países como a Bolívia e o Haiti.

Dentre as consequências da transição demográfica, observam-se mudanças na estrutura etária da população. Neste caso, ao reduzir o peso das crianças (0 a 14 anos de idade) e aumentar, em um primeiro momento o peso dos adultos (15 a 64 anos de idade), e o peso dos idosos (65 anos ou mais) na população (ALVES, 2004). Com isso, a transição demográfica tem um primeiro efeito de redução da razão de dependência econômica, afinal há a queda da razão de dependência de jovens⁷⁰, compensando a elevação da razão de dependência de idosos (ALVES, 2004).

A menor “carga” da razão de dependência tem efeitos macroeconômicos importantes. Pois, ela possibilita, segundo Alves (2004), “*maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico*” (ALVES, 2004, p.3).

Este intervalo entre o início da queda da razão de dependência total até o começo do seu aumento – provocado pelo crescimento da razão de dependência econômica de idosos, o qual supera a queda da razão de dependência relativa à população jovem – é uma das características do processo denominado como “bônus demográfico”, ou ainda “janela de oportunidades”. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), esse conceito demográfico pode ser entendido como

“o potencial de crescimento econômico que pode resultar de mudanças na estrutura etária da população, principalmente quando a proporção da população em idade ativa,

⁷⁰ Definida como a razão entre a população de crianças e a população adulta.

15 a 64 anos, é maior do que a parcela da população fora da idade ativa” (Bloom et al., 2014 *apud* UNFPA, 2014, p.14).

Para o aproveitamento dessa oportunidade de crescimento econômico, sobretudo em vista de alcançar maiores níveis de desenvolvimento, são necessárias políticas governamentais que aproveitem o grande potencial econômico do maior volume populacional de jovens que entram no mercado de trabalho, seja de investimento em educação e capacitação profissional, seja de estímulo à geração de novos postos de trabalho (UNFPA, 2014). Além disso, políticas destinadas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde e de ajustes da previdência social são necessárias para que essas populações estejam preparadas para lidar com os desafios ligados ao envelhecimento populacional.

Do contrário, como muitas vezes tem sido comentado neste debate sobre o bônus demográfico e seu aproveitamento, haveria um envelhecimento populacional sem que antes se tenha alcançado o enriquecimento, ou, em outros termos, sem que tenha sido promovido o desenvolvimento socioeconômico.

A partir desta introdução de dois conceitos demográficos importantes (o de transição demográfica e o de bônus demográfico) para o prosseguimento da discussão da dinâmica demográfica paraguaia e o mercado de trabalho, parte-se para a análise desses aspectos no contexto da população paraguaia, caso que nos interessa.

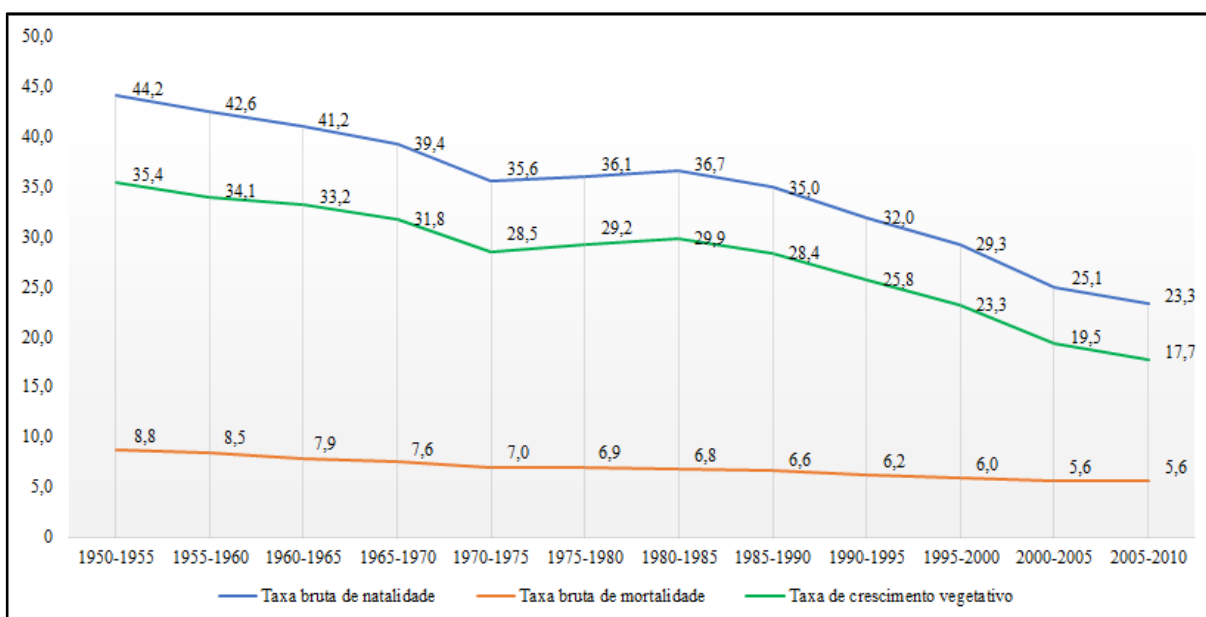
2.2.2. O caso paraguaio

No caso paraguaio, ainda nos anos de 1950, período a partir do qual estão disponíveis as estatísticas vitais, já se observava um comportamento de queda tanto da taxa bruta de mortalidade (TBM), quanto da taxa de bruta de natalidade (TBN) (Gráfico 12). Além disso, chama-se atenção para o fato de que, entre 1950 e 1975, ambas as taxas sofreram uma mesma porcentagem de redução, de 20,0% (UNITED NATIONS, 2017a). Por outro lado, nos cinco quinquênios seguintes (entre 1975 – 1980 a 1995 – 2000), embora essas taxas tenham tido um comportamento semelhante, a magnitude do seu declínio foi diferente. Enquanto a taxa de natalidade reduziu em 20,0%, no caso da mortalidade essa redução foi de apenas 10,0% (UNITED NATIONS, 2017a).

Segundo Carrón (2001), essa menor redução da taxa de mortalidade pode ser explicada pelo fato de que seu declínio mais drástico ocorreu entre 1900 e 1950. A manutenção da taxa de natalidade a um nível alto propiciou, na sociedade paraguaia, altas taxas de

crescimento populacional, as quais oscilavam ao redor de 3,0% ao ano (CARRÓN, 2001). É a partir da mudança na taxa de natalidade, associada à baixa mortalidade, que se iniciaram as primeiras mudanças perceptíveis na dinâmica demográfica paraguaia. Dentre essas transformações, destaca-se o lento, porém, contínuo processo de envelhecimento populacional (ODDONE, 2005).

Gráfico 12 – Estatísticas vitais (por 1.000 habitantes), população paraguaia, 1950 a 2010



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*.

Dados coletados em 01 de out. 2017.

Conforme pode-se verificar a partir do Gráfico 13, a taxa de crescimento populacional paraguaia sofreu oscilações importantes, sobretudo se comparado com a taxa referente à população latino-americana. Se, até 1965, a taxa de crescimento da população paraguaia se apresentou inferior ao valor apurado para a Americana Latina (Gráfico 13), a partir desse ano houve sua inflexão. Evidenciando-se assim que, em comparação ao conjunto das populações latino-americanas, o processo de transição demográfica paraguaia se iniciou mais tardiamente e/ou se apresentou mais lento.

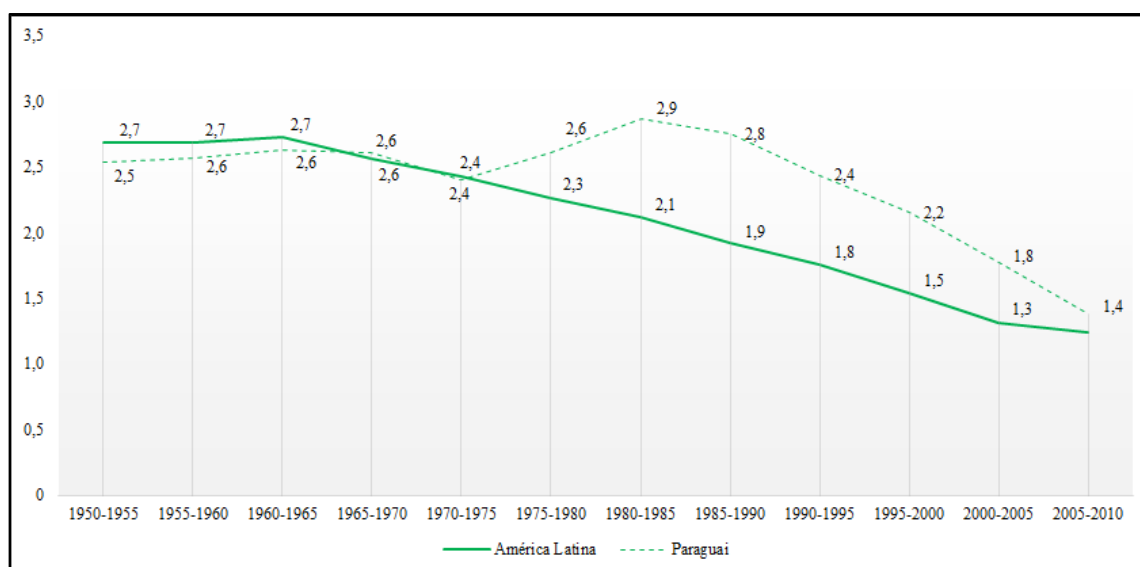
Sobre esse aspecto autores como Bedoya (2016), Barrios (2003) e Espíndola (1994) apontam que o Paraguai se situa em uma etapa moderada⁷¹ da transição demográfica. O país foi

⁷¹ Espíndola afirma que nesta etapa “debido a que la fecundidad de estos países se mantiene alta, y se observan descensos moderados de la mortalidad, se produce una alta tasa de crecimiento medio anual de la población próxima al 3 por ciento, que en algunos países es incluso superior” (ESPÍNDOLA, 1994, p. 53).

um dos últimos países latino-americanos a iniciar esse processo de transição (BARRIOS, 2003), porém, o ritmo no qual ele transcorre é elevado (BEDOYA, 2016). Ademais, dentre os países que estão nessa etapa da transição⁷², o Paraguai seria um caso à parte, pois o país não se encontra na região centro-americana, como no caso dos outros países, assim como ele apresentou uma mortalidade relativamente mais baixa em comparação aos demais países que compõem esse grupo (ESPÍNDOLA, 1994).

Ainda sobre as oscilações verificadas na taxa de crescimento populacional paraguaia (Gráfico 13), chama-se atenção para o aumento da taxa estimada para os períodos entre 1975 – 1980 e 1980 – 1985, a qual passou de 2,4% (entre 1970 – 1975) para 2,6% e 2,8% respectivamente, contrapondo-se assim à queda verificada para 1970 – 1975. Eventualmente, esse aumento na taxa de crescimento pode ser explicado pelo volume de mulheres, pertencentes às coortes nascidas antes do declínio da fecundidade, que chegaram nas idades do período reprodutivo (15 a 49 anos), elevando assim momentaneamente a taxa de natalidade. Quanto ao papel da migração na determinação desse crescimento populacional, verifica-se que ela atuou de modo contrário, ou seja, ela contribuiu para diminuir o tamanho da população. Isso é evidenciado ao analisar a taxa de migração de 1950 a 2010 (Gráfico 14), como essa taxa foi negativa, conclui-se que o volume de pessoas que deixaram o país superou aquele de imigrantes.

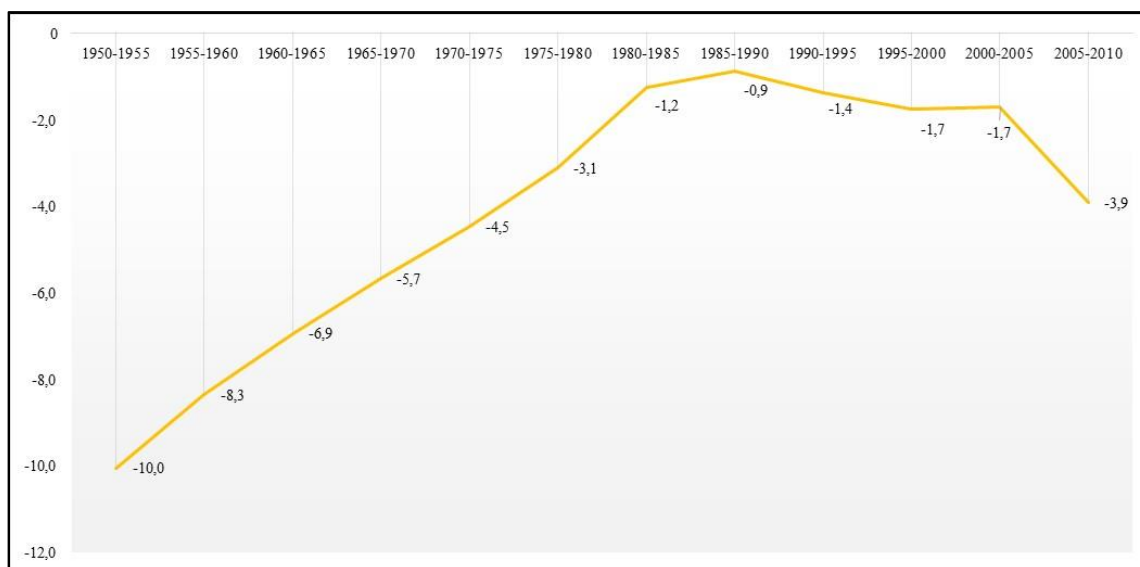
Gráfico 13 – Taxa de crescimento populacional (por 1.000 habitantes), América Latina e Paraguai, 1950 a 2010



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*. Dados coletados em 01 de out. 2017.

⁷² Esses países são: El Salvador; Guatemala; Honduras; Nicarágua; e o Paraguai (ESPÍNDOLA, 1994).

Gráfico 14 – Taxa de migração (por 1.000 habitantes), Paraguai, 1950 a 2010



Fonte: CEPAL. *Base de datos de población. Revisión 2016*. Dados coletados em 12 de jan. 2018.

Neste sentido, Espínola (1994) apontou que a persistência do crescimento populacional em um nível relativamente alto, a despeito do declínio da fecundidade, seria justificada pelo potencial de crescimento que apresentam as estruturas populacionais jovens. No caso paraguaio

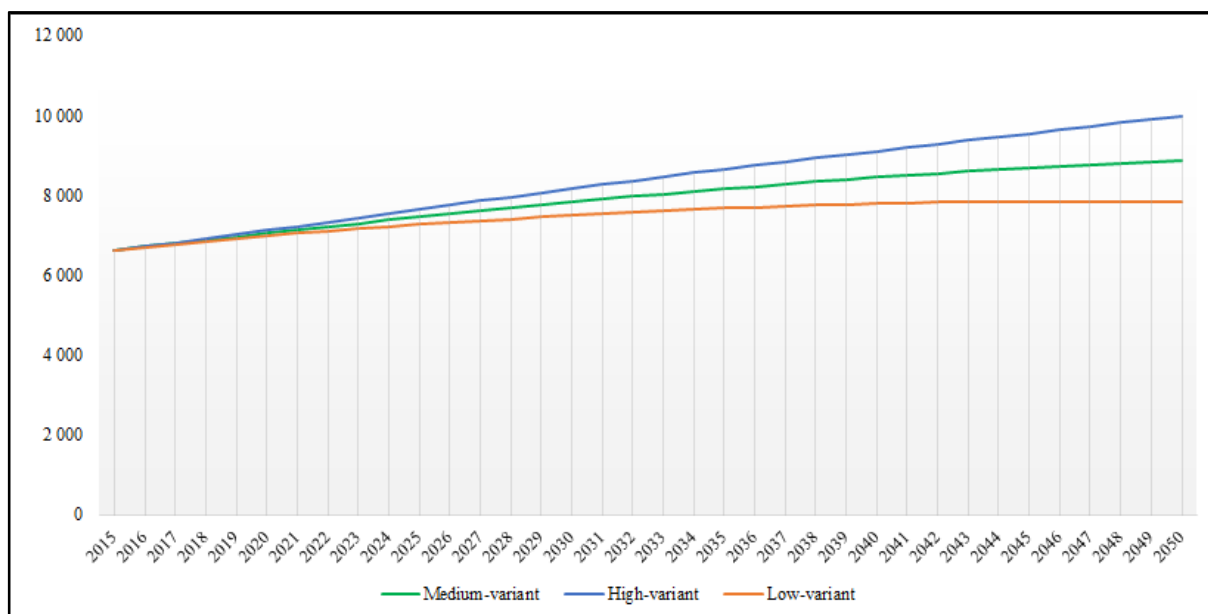
“si bien las proyecciones de población anticipan un continuado descenso de la tasa de crecimiento demográfico, la alta fecundidad de los decenios pasados seguirá actuando por inercia para producir un incremento sostenido de habitantes, hasta llegar a superar los 10 millones en 2050” (ODDONE, 2005, p. 23).

Essa projeção populacional indicada por Oddone (2005) equivale aos resultados apresentados pelo *World Population Prospects: The 2017 Revision*, para no caso de uma grande variação da fecundidade (curva *high-variant* do Gráfico 15). Nos demais cenários de projeção populacional, *low-variant* e *medium-variant*⁷³, a população paraguaia também apresenta um crescimento populacional positivo, entre 2015 a 2050, porém eles são menores, passando de 6.639.000 de habitantes para respectivamente 7.856.000 e 8.897.000 de pessoas⁷⁴. No entanto, é importante lembrar da inerente incerteza das projeções populacionais, uma vez que elas estão sujeitas a suposições plausíveis sobre o comportamento futuro das variáveis demográficas (a fecundidade, a mortalidade e a migração) (UNITED NATIONS, 2017b).

⁷³ Estas curvas se referem, respectivamente, a baixa e média variação no comportamento da fecundidade.

⁷⁴ Deve-se esclarecer que o uso de 2015 (e não 2010) se dá pelo fato de que essa projeção populacional parte das estatísticas vitais verificadas para esse ano.

Gráfico 15 – Cenários de projeção populacional (por 1.000 habitantes), Paraguai, 2015 a 2050



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*. Dados coletados em 01 de out. 2017.

De todo modo, observa-se, nestes três cenários de projeção populacional, o aumento da taxa de crescimento do grupo etário maiores de 65 anos, em contraposição à queda da taxa de crescimento da população total (BEDOYA, 2016). Estima-se que, no cenário de *medium-variant*⁷⁵, a taxa de crescimento populacional anual paraguaia, entre 2015 e 2030, seja de 1,7%, enquanto que a taxa de crescimento anual do grupo etário de 65 anos de idade ou mais deverá ser de em torno de 5,4%. Já para o período de 2030 a 2050, espera-se novamente a queda da taxa de crescimento da população total paraguaia, passando para 1,3% ao ano, enquanto que a taxa de crescimento do grupo etário acima de 65 anos deverá permanecer próximo dos 5,4% ao ano (UNITED NATIONS, 2017a).

Essas mudanças nas taxas de crescimento populacional evidenciam as transformações na estrutura etária da população paraguaia. Com o processo de transição demográfica, observa-se o gradativo aumento dos pesos dos grupos populacionais em idade de

⁷⁵ Neste estudo, optou-se pelo uso do cenário de projeção populacional *medium-variant*, pois sua projeção da taxa de fecundidade total (TFT), para o período entre 2020 - 2025, coincide com a projeção apresentada pela *Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos* (DGEEC, 2015) para 2024 (TFT de 2,32) (DGEEC, 2015). Porém, esses estudos apresentam projeções diferentes do total da população paraguaia em 2025, enquanto o *World World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition* (UNITED NATIONS, 2017a) estima em 7.473.000 pessoas essa população, a DGEEC (2015) apresenta que a população paraguaia deverá ser de 7.758.263. Por fim, ressalta-se que o uso das projeções realizadas pela UNITED NATIONS (2017a) decorre do fato de que elas apresentam estimativas para além do ano de 2025, enquanto que a DGEEC (2015) apresenta projeções da dinâmica demográfica paraguaia somente até 2025.

adulta (de 15 a 64 anos) e idosos (com 65 anos ou mais). Em 1950, 50,1% da população paraguaia tinha entre 15 a 64 anos de idade e 2,9% apresentava 65 anos ou mais. Com o aumento dessas proporções, a porcentagem de adultos, em 1975, foi para 52,2% e a de idosos estimada em 3,6%. Já em 2010, o volume de adultos correspondia a 61,9% da população total paraguaia, ao passo que os idosos respondiam por cerca de 4,8% dessa população (UNITED NATIONS, 2017a).

Sob o cenário de projeção populacional de *medium-variant*, estima-se que, em 2030, 65,5% da população paraguaia terá entre 15 a 64 anos de idade e 8,6% estará no grupo etário de 65 anos ou mais. Para 2050, essa projeção não aponta grandes mudanças na porcentagem de adultos, que corresponderá a 66,6%, quando em comparação com a variação da proporção de idosos, a qual espera-se que aumentará para 12,9% da população total paraguaia (UNITED NATIONS, 2017a).

Pode-se assim afirmar que, embora a população paraguaia seja em sua maioria composta por jovens, o país passa por um processo acelerado de envelhecimento populacional. A transição demográfica moderada ocorre num ritmo elevado, sobretudo ao considerar as transformações na porcentagem de idosos na população total paraguaia (BEDOYA, 2016). Para as próximas décadas, a tendência é que esse processo se acentue ainda mais. Neste sentido Bedoya (2016) acredita que a longo prazo o país alcançará o nível mais avançado da transição demográfica, e com isso o envelhecimento populacional se apresentará como um problema de primeira ordem. Especialmente ao se considerar os desafios que esse processo populacional representa para os sistemas de saúde e de previdência social, assim como para o mercado de trabalho nacional, o qual deverá se preparar para reter essa força de trabalho mais envelhecida.

Para tanto, Bedoya (2016) crê que o país dispõe de um certo tempo para impulsar o crescimento sustentado, o qual deverá ser apoiado em um desenvolvimento tecnológico consistente, de modo que

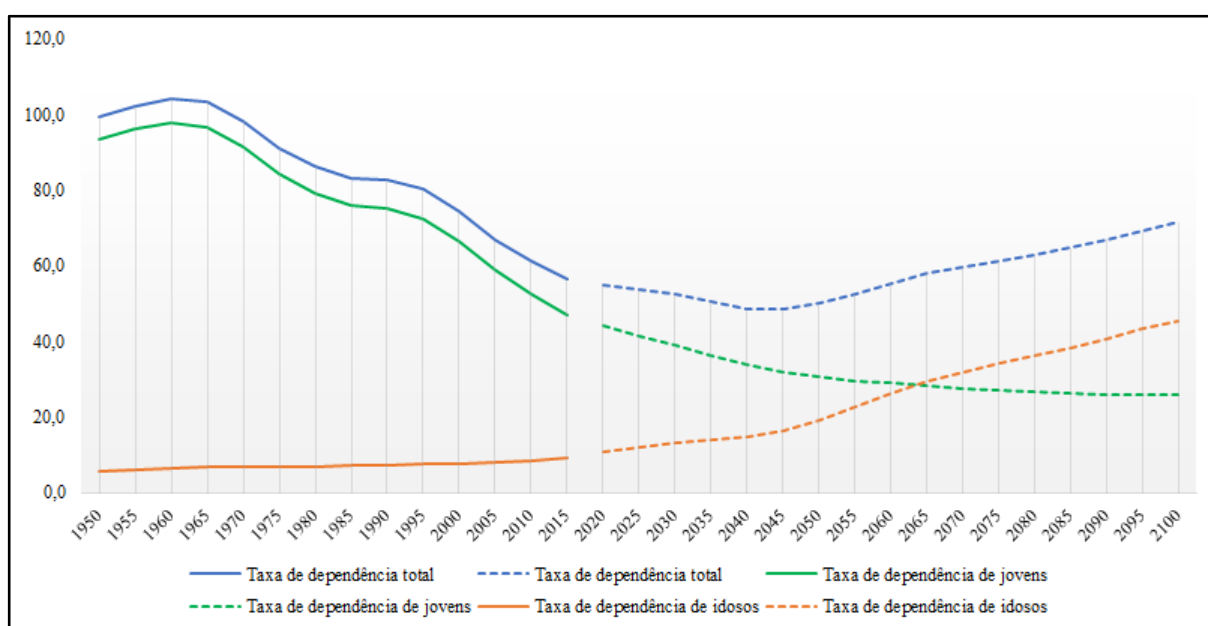
“permita afrontar mejor dicha situación (futura), aprovechando la ventaja de que la innovación tecnológica aplica a la actividad económica no plantea conflictos de consideración entre objetivos a corto y a largo plazo” (BEDOYA, 2016, p. 68).

Afinal, para esse autor o desenvolvimento tecnológico deverá garantir a transformação produtiva que leve à uma economia mais inclusiva socialmente. Espera-se com isso, poder prolongar a vida laboral para além dos 65 anos de idade (BEDOYA, 2016). Ademais, para a promoção desse crescimento econômico sustentado, o Paraguai deverá

aproveitar o potencial econômico apresentado pelo crescimento da população em idade adulta (BARRIOS 2003).

Esta expansão da força de trabalho paraguaia caracteriza o bônus demográfico pelo qual passa o país, e sua duração pode ser avaliada por meio do comportamento da razão de dependência econômica total, e sua decomposição em razão de dependência de jovens (0 a 14 anos) e de idosos (65 anos ou mais). No caso do Paraguai, conforme pode-se observar no Gráfico 16, a razão de dependência econômica total começa a cair, sobretudo, a partir de 1965, quando ela foi estimada em 103,7. Para esse ano a razão de dependência de jovens, em queda, foi de 96,8 enquanto que aquele referente à população idosa ficou em torno de 6,8. No entanto, chama-se atenção para o fato de que essa última razão já apresentava um comportamento de aumento, sem oscilações, desde de 1955, quando foi estimada em 6,1 (UNITED NATIONS, 2017a).

Gráfico 16 – Razão de dependência econômica, Paraguai, 1950 a 2100



Fonte: UNITED NATIONS. *World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition*.

Dados coletados em 01 de out. 2017.

Em relação ao comportamento futuro desses indicadores demográficos, projeta-se (no cenário de *medium-variant*) que a razão de dependência total paraguaia continuará a cair até 2045, para esse ano, admite-se que ela será de 48,6. Já, a partir do ano de 2050, essa razão deverá ter seu comportamento de queda revertido devido ao fato de que o declínio da razão de dependência econômica de jovens (projetada em 30,7 em 2050) não será mais capaz de

compensar a elevação da razão de dependência de idosos (projetada em 19,4 para esse mesmo ano). Em função das tendências de queda da razão de jovens e de aumento daquele referente à população idosa, estima-se que, em 2065, a razão de dependência de idosos (projetada em 29,8) superará a razão dependência econômica calculada para a população jovem (projeta-se que ela será de 28,5) (UNITED NATIONS, 2017a).

No entanto, chama-se atenção o fato de que, no período contemplado por essa projeção populacional (de 2020 a 2100), mesmo com o aumento da razão de dependência econômica total, a partir de 2050, esse indicador demográfico não deverá superar os níveis estimados para antes de 2000 (nesse ano a razão de dependência total foi estimada em 74,4)⁷⁶ (UNITED NATIONS, 2017a).

Em linhas gerais, esse bônus demográfico pelo qual passa o Paraguai representa um caráter ambíguo. Para Oddone (1998), por um lado, ele *“puede tener la fuerza de un derrame interno de energías positivas, creadoras y productivas en la economía”* (ODDONE, 1998, p. 37), de modo que o país possa se preparar para enfrentar os desafios colocados pelo envelhecimento populacional. Em contrapartida, conforme será apresentado no subitem seguinte (2.2.3), essa mudança na magnitude do crescimento da força de trabalho se constitui como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo país, uma vez que requer aumentar a capacidade de criação de novos empregos e de remuneração adequada dos trabalhadores, o que não se verificou nas últimas décadas da história paraguaia conforme será explorado a seguir (BARRIOS, 2003).

2.2.3. Mercado de trabalho paraguaio: um cenário propício para emigrar

Conforme visto no item precedente (2.2.2), o Paraguai passa pelo processo de transição demográfica e um dos seus principais efeitos é o aumento do peso dos grupos populacionais em idade adulta, e, por conseguinte, da sua População em Idade Ativa (PIA). Esse crescimento da PIA representa um adicional de força de trabalho à disposição da economia paraguaia, podendo assim se constituir como uma força propulsora para o crescimento da produção de bens e serviços, e, por conseguinte, levar à promoção do desenvolvimento

⁷⁶ Deve-se ter a ressalva de que, conforme mencionado anteriormente, as projeções de populações estão sujeitas a suposições plausíveis sobre o comportamento futuro das variáveis demográficas. Dessa forma, as estimativas futuras apresentadas podem não se concretizar no caso de comportamentos diferentes da fecundidade, da mortalidade e da migração.

econômico do país (ODDONE, 1998). Todavia, deve-se ter em mente que esse bônus pode provocar uma importante tensão sobre a dinâmica econômica paraguaia ao incrementar a demanda econômica e social por oportunidades laborais, bens e serviços (ODDONE, 1998).

Para Barrios (2003), essas mudanças no crescimento da força de trabalho se apresentam como um dos principais desafios enfrentados pelo Paraguai mais recentemente, uma vez que, sob este cenário requer-se maior capacidade nacional de criar empregos e remunerações adequadas, contrapondo-se assim ao contexto de persistência de altos níveis de subemprego e de desemprego, bem como de significativa participação da População Economicamente Ativa (PEA) no setor informal – este último caracterizado pelos baixos níveis salariais.

Neste aspecto, no primeiro capítulo chamou-se a atenção para o papel do mercado de trabalho como estímulo aos processos emigratórios, afinal vimos que grande parte das decisões de emigrar foram motivadas pelas dificuldades de inserção laboral, enfrentadas por determinados grupos populacionais. Por isso, entende-se que para compreender os efeitos desse fenômeno demográfico na sociedade paraguaia é necessário analisar os reflexos dos processos migratórios sobre o mercado de trabalho desse país. Essa análise deve buscar entender a importância da emigração para o alívio das estatísticas laborais paraguayas. Assim como trazer perspectivas futuras acerca desses movimentos populacionais caso não sejam efetuadas transformações importantes no modelo de desenvolvimento paraguaio.

Em 1950, a PEA paraguaia correspondia acerca de 32,8% da população total do país (essa última estimada em 1.328.452 habitantes), e observou-se uma ínfima variação dessa proporção nas duas décadas seguintes. Os censos demográficos de 1962 e 1972 aferiram que a População Economicamente Ativa paraguaia correspondia a respectivamente 32,2% e 31,9%, da população total – ver Tabela 5. Quanto a sua taxa de crescimento, ela se apresentou inferior à taxa de crescimento da população total paraguaia (Tabela 5). Entre 1950 – 1962, estima-se que a população paraguaia cresceu a uma taxa de 2,7% ao ano, enquanto que a taxa de crescimento da PEA foi de 2,5% ao ano (DGEEC, 1952, 1962, 1972, 1982, 1992, e 2002 *apud* BARRIOS, 2003). No período intercensitário seguinte, entre 1962 – 1972, a diferença entre essas duas taxas sofreu uma queda mínima de 0,1 ponto percentual devido ao declínio da taxa de crescimento da população total DGEEC, 1952, 1962, 1972, 1982, 1992, e 2002 *apud* BARRIOS, 2003).

Essas estatísticas (Tabela 5) ilustram o rápido crescimento demográfico das décadas de 1950 e 1960, o qual ocorreu sob um cenário em que grande parcela da população vivia com base na economia de subsistência (CARRÓN, 2001). Deste modo, para Carrón (2001), esse

contexto produziu um excesso de oferta de mão de obra em relação à criação de novas oportunidades de trabalho. Gerou-se um excedente de força de trabalho que deveria emigrar (CARRÓN, 2001), seja para outras regiões paraguaias, neste caso com destaque para os fluxos migratórios direcionados aos principais centros urbanos, como também para outros países. Estima-se que, apenas entre 1960 e 1970, 56.931 paraguaios deixaram o país para viver no território vizinho, a Argentina (INDEC *apud* PNUD, 2009).

A partir dos anos de 1970, esse cenário foi agravado pela elevação da taxa de crescimento da PEA paraguaia, a qual superou aquela verificada para a população total. Estima-se que, entre 1972 – 1982, a taxa de crescimento da PEA tenha sido de 3,3% ao ano, enquanto que a população total paraguaia cresceu a 2,5% ao ano (DGEEC, 1952, 1962, 1972, 1982, 1992, e 2002 *apud* BARRIOS, 2003). Vale ressaltar ainda o fato de que esse comportamento foi verificado em períodos intercensitários sucessivos, com exceção do período entre 1982 – 1992. Nesse último intervalo a taxa de crescimento da população paraguaia superou em 0,2 pontos percentuais a taxa verificada para a PEA (conforme Tabela 5). Como já mencionado, isso ocorreu provavelmente devido ao volume relativamente grande de mulheres que chegaram à idade de período reprodutivo.

Tabela 5 – Evolução da população paraguaia, 1950 a 2002

	1950	1962	1972	1982	1992	2002
População total	1.328.452	1.819.103	2.357.955	3.029.830	4.152.588	5.163.198
Taxa de crescimento da população		2,7%	2,6%	2,5%	3,2%	2,2%
População economicamente ativa (PEA)	436.626	586.415	752.456	1.039.258	1.390.580	1.964.160
Taxa de crescimento da PEA		2,5%	2,5%	3,3%	3,0%	3,5%

Fonte: DGEEC, 1952, 1962, 1972, 1982, 1992, e 2002 *apud* BARRIOS, 2003.

Se, por um lado, o crescimento da PEA exerceu pressão ainda mais forte sobre o mercado de trabalho do país, em contrapartida, Carrón (2001) aponta que o modelo econômico paraguaio, pautado no setor agroexportador, foi gradualmente esgotado e se mostrou menos eficaz do que a economia de subsistência para manter a força de trabalho. Para esse autor, *“la fuerza de trabajo paraguaya está condenada a altos niveles de desocupación o a la emigración, cada vez más difícil, hacia el exterior”* (CARRÓN, 2001, p.83).

Assim, Carrón (2001) acreditava que uma rápida redução da taxa de crescimento da população ajudaria a enfrentar a situação laboral paraguaia, assim como as medidas de reestruturação e a reativação da economia. Porém, conforme veremos neste item, por meio de projeções populacionais de crescimento da PEA, a redução do crescimento dos grupos populacionais em idade de trabalhar não é uma realidade para as próximas décadas, o que indica

a necessidade de políticas de reestruturação econômica que lidem com os desafios impostos ao mercado laboral paraguaio.

Quanto ao mercado de trabalho, observou-se nas últimas décadas a ocorrência de dois processos simultâneos: 1) Crescimento da participação feminina; 2) Urbanização da população ativa (ASTA, 2003). A respeito da participação feminina no mercado laboral paraguaio, verificou-se que, entre 1972 e 2002, a participação das mulheres aumentou em 42,3%, passando assim de 31,2% em 1972, para 44,4% em 2002 (BARRIOS, 2003). Contudo, elas ainda têm uma participação menor no mercado de trabalho em relação aos homens, ficando também muito abaixo do seu potencial demográfico (ASTA, 2003). Assim, estima-se que, em 2007, a taxa de atividade⁷⁷ masculina era de 73,9% enquanto que para as mulheres esta taxa foi apurada em apenas 48,0% (DGEEC, 2007).

De acordo com Barrios (2003), a incorporação feminina na atividade econômica decorre da situação de crise pela qual atravessou o país⁷⁸, e ela

“está influenciada, en buena medida, por la disminución de los ingresos familiares y el incremento de la pobreza en los sectores más carenciados, inmersos en actividades mal remuneradas y propias del mercado informal; la creciente urbanización de la mano de obra de baja calificación y el aumento, en magnitud absoluta, de la población activa, cuyo ritmo de crecimiento experimente una tendencia ascendente” (BARRIOS, 2003, p. 73 e 74).

Dessa forma, ao considerar-se a tendência de aumento da população em idade de trabalhar, prevê-se que a taxa de atividade feminina deverá continuar crescendo, o que representa novos desafios para incorporação dessas mulheres ao mercado laboral.

Já ao analisarmos a taxa de ocupação⁷⁹ paraguaia, de 1997/8 a 2010, verifica-se (Gráfico 17) que ela apresentou uma média de 93,6% para o período, com o menor valor verificado para o ano de 2002, quando foi estimada em 89,3%, e o maior valor observado, no período 1997/8, quando foi apurada em 94,6% (DGEEC, 2007). Em valores absolutos, em 1997/8, o volume de ocupados era de 2.002.266 pessoas, e em 2002, esse grupo populacional foi estimado em 2.773.574 pessoas (DGEEC, 2017).

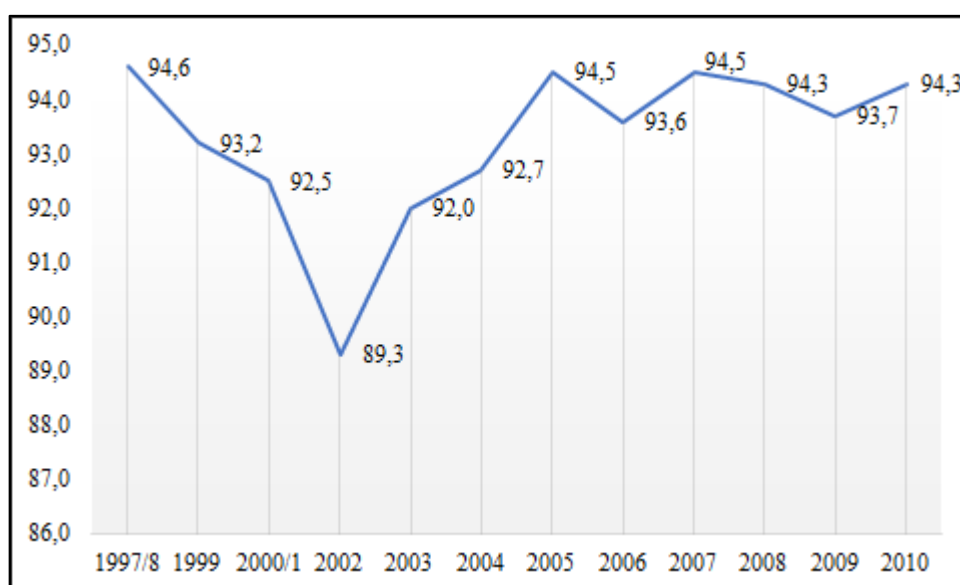
⁷⁷ Define-se como o quociente entre a população economicamente ativa (PEA) e a população com 10 anos ou mais (DGEEC, 2007).

⁷⁸ Vale destacar que esse processo teve continuidade com o início da recuperação econômica, a partir de 2003 (Gráfico 1). Estimativas mais recentes apontam que, em 2014, a taxa de participação econômica feminina era de 49,6% (DGEEC, 2024).

⁷⁹ Esta taxa é definida como o quociente entre a população ocupada (ocupação plena ou subocupada) e a PEA (DGEEC, 2007).

Em uma primeira análise, essa baixa variação da taxa de ocupação, com retomada do seu crescimento após 2002, pode dar a impressão de melhora da situação do mercado de trabalho paraguaio. No entanto, é importante observar que ela não traz indicações acerca das condições de trabalho e de remuneração, sobretudo, por conta do já mencionado processo de urbanização da população ativa. Neste aspecto, Carrón (2001) defende que *“la fuerza de trabajo emigra desde el campo hacia las ciudades sin encontrar trabajo cierto y bien remunerado”* (CARRÓN, 2001, p. 83).

Gráfico 17 – Taxa de ocupação, Paraguai, 1997/8 a 2010



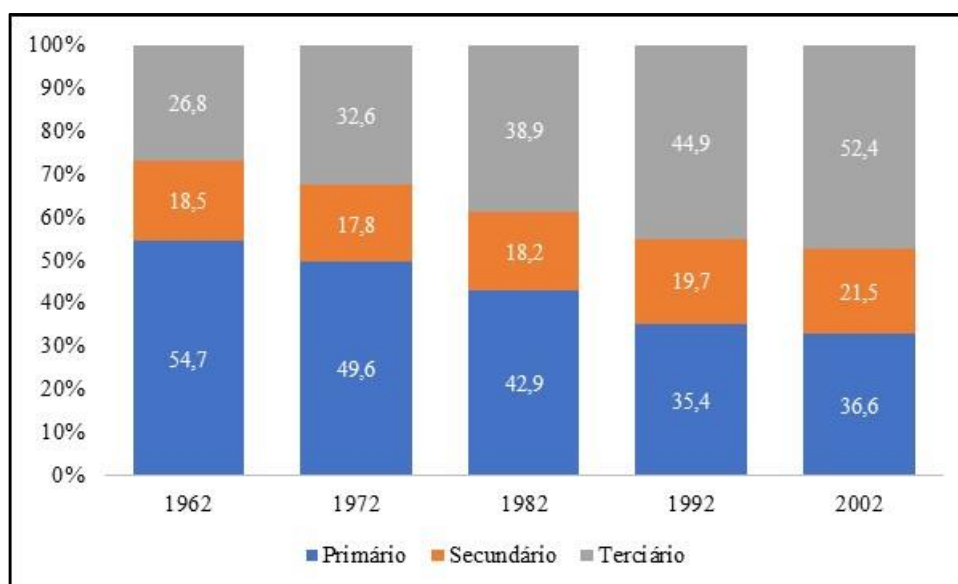
Fonte: DGEEC (2017).

Sob esse cenário de urbanização da população ativa, observou-se a concentração da geração de empregos no setor terciário da economia paraguaia (Gráfico 18), enquanto que, o setor primário passou por um processo de contração e o setor secundário se manteve estagnado. Se 1962, o setor agropecuário e florestal paraguaio (setor primário) absorveu mais da metade da PEA desse país (54,7%), e os setores secundário e terciário responderam por respectivamente 18,5% e 26,8% da PEA, em 1972, já se observava a queda da capacidade de geração de empregos do setor primário (ODDONE, 1998). Para esse ano (1972), o setor primário foi responsável por absorver 49,6% da PEA paraguaia, ao passo que os setores secundário e terciário empregaram respectivamente 17,8% e 32,6% dessa PEA (ODDONE, 1998).

Nas décadas seguintes, esse comportamento de queda da capacidade do setor primário em absorver a PEA paraguaia foi acelerado (Gráfico 18). Observou-se que, em 1992, apenas 35,9% da População Economicamente Ativa (PEA) foi absorvida pelo setor primário

(ODDONE, 1998). Por outro lado, o setor terciário respondeu por uma parcela ainda maior dessa população, mais exatamente por 44,9% da PEA paraguaia, e o setor secundário sofreu pouca variação em relação aos resultados observados nos censos demográficos anteriores, respondendo por 19,7% da PEA (ODDONE, 1992). Esse cenário explicita que, no modelo de desenvolvimento paraguaio, buscou-se privilegiar o crescimento do setor de serviços, em especial as atividades como o comércio, as atividades bancárias e financeiras e, o setor de baixa produtividade, ao passo que não se verificou o desenvolvimento do setor industrial (ODDONE, 1998).

Gráfico 18 – Composição da PEA por setor econômico, Paraguai, 1962 a 2002



Fonte: ODDONE (1998). DGEEC (2004).

Em 2002, mais da metade da PEA paraguaia estava empregada no setor terciário do país (52,4%), já os setores primário e secundário foram responsáveis por absorver respectivamente 36,6% e 21,5% da População Economicamente Ativa (Gráfico 18) (DGEEC, 2004). Para Oddone (2005), a falta do desenvolvimento de um setor industrial dinâmico e capaz de atrair inversões, conforme fica evidenciado pela pequena variação da sua participação na PEA paraguaia entre 1962 e 2002 (de 18,5% para 21,5%), explica a dificuldade da economia paraguaia em gerar empregos produtivos.

Em um cenário marcado pela concentração da força de trabalho paraguaia no setor terciário e pela baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho, observou-se a proliferação dos servidores públicos e de trabalhadores informais (ODDONE, 2005). Estima-se que, em 2003, 8,5% da PEA ocupada era composta por funcionários públicos e 51,6% dessa

PEA correspondia aos trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares não remunerados (CELADE, 2016). Já, em 2010, essas proporções foram de respectivamente 8,8% e 43,2%. A queda da porcentagem de trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares não remunerados pode ser explicada, em grande medida, pelo aumento da participação dos trabalhadores do setor privado, que passou de 35,6% em 2003, para 42,7% em 2010, demonstrando assim, recuperação da capacidade de empregar desse setor (CELADE, 2016). Porém, ainda que tenha sido observada uma melhora, verifica-se que a participação dos trabalhadores informais continuou alta⁸⁰.

Neste sentido, Barrios (2003) defendia que a situação laboral na sociedade paraguaia tinha mais do que um caráter conjuntural, ela se caracteriza como um problema estrutural. Além do alto nível de informalidade, e, por conseguinte, baixos níveis de renda, o autor já destacava a problemática do desemprego e subemprego da força de trabalho paraguaia (BARRIOS, 2003).

Primeiramente, em relação ao nível de desemprego paraguaio, observa-se que no período mais recente, entre 1997/8 e 2010, para nenhum dos anos do período de análise a taxa de desemprego aberto total⁸¹ assumiu valores inferiores a 5,0% (Gráfico 19), ainda que eles tenham sofrido oscilações importantes. Chama a atenção para a significativa diferença entre a taxa referente à população residente nas áreas urbanas paraguayas e aquela relativa à população rural, com especial destaque para o ano de 2002, quando a taxa de desemprego aberto da população urbana era mais do que o dobro da observada para a força de trabalho residente no campo, alcançando, respectivamente 14,6% e 5,7% (Gráfico 19). Para 2010, período de análise do estudo, a taxa referente à população urbana também se mostrou superior àquela da população rural, porém, a diferença entre essas duas taxas sofreu uma queda importante, passando para 2,8 pontos percentuais (Gráfico 19).

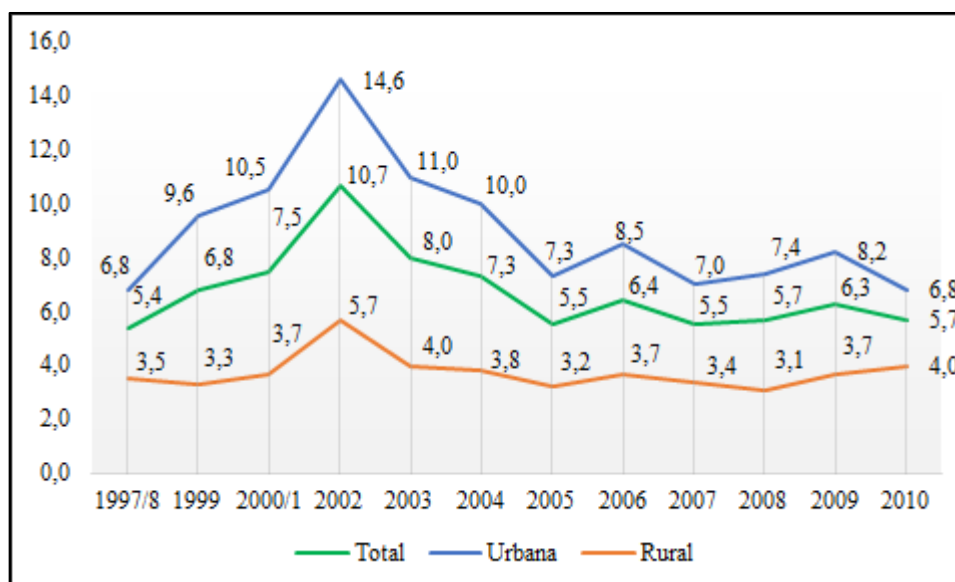
Essa diferença entre a taxa de desemprego aberto urbana e rural pode ser explicada pelo rápido processo de urbanização paraguaio que ocorreu desacompanhado de um concomitante projeto de desenvolvimento industrial e, de políticas públicas de geração de empregos (ODDONE, 1992). Na medida em que a população paraguaia começou a se

⁸⁰ Para trazer um panorama do cenário mais recentes, destaca-se que, em 2014, 9,8% da PEA paraguaia trabalhava no setor público, já aqueles que exerciam atividades no setor privado ou eram trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares foram calculados em respectivamente 45,8% e 38,1% (CEPAL, 2016).

⁸¹ O conceito de desemprego aberto indica “*aquellas personas de la fuerza de trabajo que estaban sin trabajo en los últimos 7 días, que están disponibles para trabajar de inmediato y que habían tomado medidas concretas durante los últimos 7 días, para buscar un empleo asalariado o un empleo independiente. Se incluyen también en esta categoría a las personas que no buscaron activamente trabajo en los últimos 7 días por razones de enfermedad, mal tiempo o esperando noticias*” (DGEEC, 2007, p.13).

concentrar nos centros urbanos, com destaque para as áreas metropolitanas de Assunção e a de Cidade do Leste (ODDONE, 1992), observou-se o crescimento do desemprego e do subemprego nessas áreas.

Gráfico 19 – Taxa de desemprego, Paraguai, 1997/8 a 2010⁸²



Fonte: DGEEC (2017).

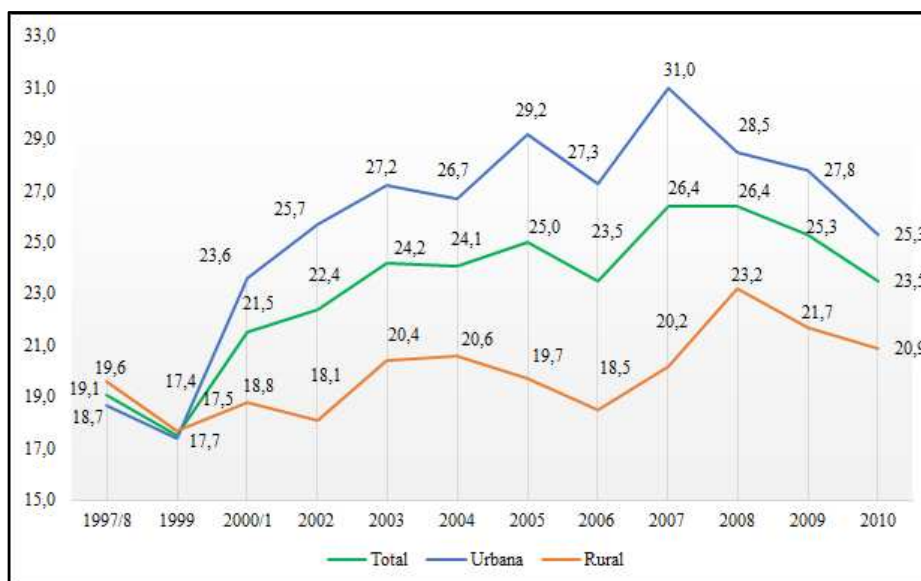
Quanto aos níveis de subemprego⁸³, verifica-se que, entre 1997/8 a 2010, a taxa de subemprego total paraguaia teve uma média de 23,2% ao ano, com os maiores valores verificados em 2007 e 2008, quando foi estimada em 26,4% para ambos os anos, e o menor resultado observado em 1999, aferido em 17,5% (Gráfico 20). De acordo com Barrios (2003), essas estatísticas demonstram que a principal característica da força de trabalho paraguaia é o seu elevado nível de subutilização.

Ademais, como no caso das estatísticas laborais referentes ao desemprego aberto, observaram-se diferenças importantes entre as áreas urbanas e rurais do país. Sobretudo para o ano de 2007, quando a diferença entre a taxa de subemprego urbana e a rural alcançou 10,8 pontos percentuais (Gráfico 20). Para 2010, houve a redução dessa diferença, com sua estimativa em 4,4 pontos percentuais (Gráfico 20).

⁸² Mais recentemente, em 2014, a taxa de desemprego aberto foi estimada em 6,0%. Para as áreas rurais do país ela foi aferida em 4,0% e nas áreas urbanas em 7,4% (DGEEC, 2014).

⁸³ O conceito de subemprego indica que “*la situación de empleo de una persona es inadecuada con respecto a determinadas normas, como el volumen en empleo (sub-empleo visible) o el nivel de ingreso (sub-empleo invisible)*” (DGEEC, 2007, p. 13).

Gráfico 20 – Taxa de emprego, Paraguai, 1997/1998 a 2010



Fonte: DGEEC (2017).

Em termos gerais, as estatísticas laborais apresentadas demonstram que apesar do crescimento econômico⁸⁴, as condições do mercado de trabalho paraguaio seguem apresentando debilidades importantes, dentre as quais se destacam os altos níveis de subemprego e desemprego, e a significativa participação da PEA no setor informal do país (VIÑALES, 2016 e BARRIOS, 2003). Com isso observou-se uma precarização do emprego paraguaio (VIÑALES, 2016), a qual, em conjunto com o aumento da pobreza nas áreas urbanas do país⁸⁵, contribuiu para um notável incremento do volume de emigrantes internacionais paraguaios (ODDONE, 2005).

Dessa forma, ressalta-se que esse estímulo do cenário laboral paraguaio em relação aos processos emigratórios internacionais pode ser verificado ao considerarmos o aumento do volume de emigrantes, isso porque, 97,2% desses indivíduos deixaram o país com idade apta para trabalhar (10 anos ou mais⁸⁶) (DGEEC, 2010).

⁸⁴ Verificar Gráfico 1.

⁸⁵ Estima-se que, em 1995, 24,0% da população urbana paraguaia encontrava-se em situação de pobreza, e para 2007, essa proporção aumentou para 36,0% (BARRETO, 2009).

⁸⁶ Ressalta-se que as estatísticas paraguaias consideram 10 anos ou mais, como a idade apta a se trabalhar, o que pode ser explicado pela taxa de atividade econômica do grupo etário de 10 a 14 anos. Em 2011, ano para o qual temos essa informação disponível, 12,4% das pessoas desse grupo etário exerciam algum tipo de atividade remunerada (DGEEC, 2011). Por outro lado, se considerarmos o início da PIA (População em Idade Ativa) como a partir dos 15 anos de idade, a proporção dos emigrantes em idade ativa não muda muito, ela passa a ser de 96,6% (DGEEC, 2010a).

Em 2000, cerca de 379.440 paraguaios foram recenseados em outros países⁸⁷, já, no início da década seguinte (ano de 2010), esse volume populacional havia mais do que dobrado, sendo estimado em 777.901 pessoas⁸⁸ (ODDONE, 2011). Caso os migrantes em idade ativa não tivessem deixado o Paraguai, as estatísticas relativas ao desemprego, subemprego e a informalidade da força de trabalho paraguaia provavelmente seriam ainda mais altas. Afinal, se fizermos um exercício, apenas de caráter ilustrativo⁸⁹ para o ano de 2010, no qual se considera o volume total de emigrantes igual a 777.901 pessoas, e que 97,2% desses indivíduos tinham 10 anos ou mais, então estima-se que 756.120 paraguaios deixaram o país com idade apta para trabalhar, o que corresponderia a um aumento de 15,6% da População em Idade Ativa (PIA) residente no Paraguai.

Esse aumento da PIA paraguaia representaria pressão importante sobre o mercado de trabalho nacional, seja ao demandar oportunidades de emprego, como também remuneração adequada às necessidades de subsistência dessa força de trabalho. Logo, entende-se que a emigração se apresenta como um fenômeno demográfico fundamental para a manutenção do modelo de desenvolvimento. Se, por um lado, as dificuldades de inserção laboral e/ou o baixo nível de renda do trabalho estimulou muitos paraguaios a deixarem o país, em contrapartida, a perspectiva de emigração da força de trabalho não absorvida pelo mercado paraguaio possibilita a continuidade do modelo de desenvolvimento econômico pautado no setor agroexportador.

Neste sentido, Oddone (2005) ressalta que

⁸⁷ Esses países foram: Alemanha; Argentina; Bolívia; Brasil; Canadá; Chile; Espanha; Estados Unidos; França; e Japão (ODDONE, 2011).

⁸⁸ Chama-se atenção para três aspectos importantes. Primeiramente, para o fato de que essas estimativas se baseiam também em fontes de dados dos principais países de destino dos migrantes paraguaios, e por isso, elas estão sujeitas às limitações atreladas ao uso de múltiplas fontes de dados na estimativa de um mesmo volume populacional, e às diferenças nas datas de referência. Em segundo lugar, destaca-se que mesmo que os países considerados nessa contagem populacional não tenham sido exatamente aqueles abordados na estimativa apresentada para o ano de 2000, pois, nessa última estimativa considerou-se ainda a Itália (2.022 migrantes paraguaios), o Uruguai (em torno de 2.000 paraguaios residentes no país) e a categoria “Outros” (esta última auferida em 5.898 pessoas), pode-se afirmar que houve um aumento do volume de migrantes paraguaios em relação ao ano de 2000. Isso porque a variação entre 2000 e 2010 superou em muito o volume de migrantes contabilizados por nesses territórios incluídos no computo (Itália, Uruguai e a categoria “Outros”). Por último, deve-se destacar que essas estimativas podem ser ainda maiores se considerado as estatísticas declaradas por órgãos públicos paraguaios. De acordo com os consulados e embaixadas do Paraguai, cerca de 798.165 paraguaios residiam fora do país em 2010; já para a *Dirección de Atención a las Comunidades en el Extranjero*, esse volume de emigrantes internacionais era de 1.032.088 pessoas. No entanto, optou-se por trabalhar com as estatísticas disponibilizadas pelos inquéritos realizados nos países de destino desses migrantes, uma vez que no caso dessas últimas é possível verificar as metodologias utilizadas para obtenção dessas contagens populacionais.

⁸⁹ Considera-se esse exercício apenas de caráter elucidativo em virtude das limitações das fontes de dados em captar com precisão o volume de paraguaios residentes no exterior, assim como os seus perfis, nesse último caso ao se referir à idade desses indivíduos. Ademais, há ainda a problemática de que as estatísticas laborais paraguaias consideram a população em idade ativa como sendo o conjunto de indivíduos com 10 anos ou mais, o que implica considerar como potencial força de trabalho todas as pessoas em idades jovens, enquanto que em realidade uma parcela importante desses jovens se dedica exclusivamente aos estudos.

“El Paraguay parece encontrarse en una situación en la que se revelan, con inusual transparencia, vínculos cruciales entre el comportamiento de la dinámica demográfica, en particular la migración, y la estructura económica, sobre todo en lo que hace a su actual modelo productivo” (ODDONE, 2005, p. 36).

Em termos gerais, no primeiro capítulo do estudo apresentou-se a ideia de que a emigração estrutural se apresenta como uma forma de aliviar as estatísticas laborais paraguaias, ao se constituir como “válvula de escape” de um modelo econômico que se demonstra incapaz de absorver uma parcela importante da força de trabalho nacional. Ao passo em que no presente item qualifica-se que esse alívio das pressões sobre o mercado laboral paraguaio ocorre sob um cenário de crescimento sustentado da População em Idade Ativa (PIA) desse país. O Paraguai passa pelo momento de seu bônus demográfico e, ao que tudo indica, o que deveria ser uma oportunidade para o desenvolvimento do país está se constituindo enquanto um problema social, afinal em concomitância a esse crescimento populacional paraguaio, observa-se o incremento das demandas sociais, as quais passam a se somar aos déficits sociais já existentes (ASTA, 2003).

Para as próximas décadas, projeta-se que o crescimento da PEA continue a ser superior àquele estimado para a população total paraguaia (Tabela 6) Todavia, espera-se que essa taxa será menor do que aquela apurada para o crescimento da População Economicamente Ativa no período de 1992 a 2002⁹⁰, o que demonstra uma desaceleração desse crescimento populacional. Além disso, chama-se atenção para o fato de que entre 2040 a 2050, a diferença entre a taxa de crescimento da PEA e da população total paraguaia será de apenas 0,1 ponto percentual.

Tabela 6 – Projeção da evolução da população paraguaia, 2020 a 2050⁹¹

	2020	2030	2040	2050
População total	7.046.145	7.741.203	8.245.251	8.567.498
Taxa de crescimento da população		0,9%	0,6%	0,4%
População economicamente ativa (PEA)	3.608.838	4.158.030	4.580.059	4.805.706
Taxa de crescimento da PEA		1,4%	1,0%	0,5%

Fonte: CEPAL. *Base de datos de población. Revisión 2016*. Dados coletados em 31 de set. 2017.

⁹⁰ Estima-se que nesse intervalo (entre 1992 e 2002) a população economicamente ativa paraguaia tenha crescido a uma taxa de 3,5% ao ano (Tabela 5) (BARRIOS, 2003).

⁹¹ Chama-se atenção para o fato de que neste caso a PEA é considerada a partir dos 15 anos de idade, ou seja, não inclui o grupo etário de 10 a 14 anos conforme ocorre no caso das estatísticas disponibilizadas pela *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC).

De todo modo, esse incremento da População Economicamente Ativa paraguaia demandará esforços importantes em termos de absorção dessa força de trabalho ou, do contrário, prevê-se a continuidade do crescimento do volume de paraguaios que deixam o país em busca de melhores condições laborais.

Dentre as transformações necessárias para evitar a crescente saída de paraguaios, convém ressaltar a argumentação apresentada por Gerda Palacios de Asta (2003), que defende a importância de medidas como a capacitação dos recursos humanos requeridos pelo mercado laboral e a geração de novos postos de trabalho, em sincronia com a oferta de mão de obra.

Neste sentido, ao tratarmos das medidas governamentais para lidar com os desafios colocados pelo momento demográfico pelo qual passa o país, destacamos a medida governamental para a criação do *Comité Interinstitucional de Población (CIP)* em 2005, órgão que passou a ser responsável pela execução da política populacional do *Ministerio del Interior* (ODDONE, 2008). Para Oddone (2008), o Decreto 4692 de 2005, responsável pela criação desse organismo multisetorial, simplesmente consagrou uma situação de fato, afinal a política populacional paraguaia

“estaba redactada y validada como fruto de treinta años de una ardua labor que fue, al mismo tiempo, formadora de una comunidad de estudiosos de la temática sociopoblacional, y que permitió acrecentar la toma de conciencia en las instituciones públicas sobre el carácter estratégico de las relaciones de la población con el desarrollo” (ODDONE, 2008, p. 48).

Apesar da criação do CIP em 2005, foi somente com a assinatura de um decreto em setembro de 2008 que foram eliminados todos os entraves colocados à atuação desse organismo. A partir desse decreto foi transferido ao *Ministerio del Interior* a completa responsabilidade de condução do CIP e, por conseguinte, a coordenação da política populacional (ODDONE, 2008). Anteriormente, a *Secretaría Técnica de Población* demandava pelos seus direitos históricos de liderar a aplicação dessa política, enquanto que o *Ministerio del Interior* buscava ocupar o papel central que lhe era atribuído no Decreto do Poder Executivo (ODDONE, 2008). Neste contexto, a direção política do CIP estava dividida entre ambas as instituições, o que segundo Oddone (2008) prometia conduzir ao fracasso das medidas propostas. Já, em 2008, foi aprovado um decreto que modificava a dupla condução do CIP, deixando-a exclusivamente sob a responsabilidade do *Ministerio del Interior* (ALTARMIRANO, ODDONE e FONTCLARA, 2010).

Quanto à política populacional em si, destaca-se aqui um dos três grandes eixos que a compõe. Nele entende-se a população enquanto um capital humano, ou seja, ela se constitui

como uma força produtiva criadora de desenvolvimento e riqueza (ODDONE, 2006), de modo que se estipularam as seguintes estratégias específicas: 1. o planejamento do desenvolvimento do país com base na formulação de cenários sociodemográficos futuros; 2. a concepção e execução de programas de saúde, educação, segurança social, lazer e bem-estar voltados ao fortalecimento do capital humano; 3. a melhoria das condições de emprego, de renda e de acesso aos serviços básicos; 4. e a promoção da participação cidadã e das redes de solidariedade social (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2009).

Esse eixo da política populacional paraguaia, ao buscar tratar da capacitação, da absorção e da garantia de boas condições de reprodução social da força de trabalho, apresenta um importante potencial de impacto nos volumes emigratórios paraguaios, podendo levar à redução do número de pessoas que deixa o país em função de problemas como a dificuldade de inserção laboral, baixa remuneração e a alta informalidade do mercado de trabalho paraguaio. Todavia, ao considerarmos o pequeno intervalo de tempo entre a transferência da completa responsabilidade de gestão do CIP ao *Ministerio del Interior* e o período de análise deste estudo – o ano de 2010 – entende-se que não é possível observar se houve efeitos significativos dessa política, seja nas estatísticas laborais paraguaias como também na emigração internacional. Acredita-se que tais efeitos deverão ser sentidos a médio e longo prazo, e por isso, chama-se atenção para a necessidade de realização de estudos futuros que avaliem os impactos dessas medidas governamentais nos processos emigratórios internacionais paraguaios, buscando assim discutir a eficácia da política populacional sobre o mercado laboral do Paraguai.

3. Remessas dos emigrantes paraguaios: os efeitos desses recursos

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, observou-se ao longo da história migratória paraguaia um crescimento sustentado dos seus movimentos emigratórios. Como consequência, verificou-se também o crescimento do volume de remessas, financeiras enviadas por cidadãos residentes no exterior, tema desse capítulo, o que despertou o interesse por analisar os efeitos desses recursos nas diversas facetas da organização social (GÓMEZ, 2013).

É sob essa perspectiva que temos por objetivo compreender a importância e as implicações das remessas financeiras de migrantes tanto para a economia paraguaia, quanto para os domicílios receptores. Isso porque se acredita que a compreensão dos efeitos da emigração internacional para a sociedade de origem dos migrantes requer a abordagem desse tópico, sobretudo porque – conforme será visto ao longo do capítulo – o atual debate sobre a relação entre migração e desenvolvimento se centra na discussão dos efeitos da entrada desses recursos financeiros para as sociedades que o recebem. Discutir os efeitos desse fenômeno demográfico da emigração para a sociedade paraguaia, e não contemplar o papel das remessas de migrantes representaria ignorar o que pode ser uma de suas mais importantes facetas.

A fim de contemplar os objetivos propostos para o capítulo, iniciaremos a discussão (item 3.1) com uma revisão do debate teórico sobre os efeitos das remessas financeiras nas sociedades receptoras, para em seguida tecer apontamentos gerais sobre a importância desses recursos nas esferas macro (neste caso ao tratar de toda a economia paraguaia) e microeconômica (pela perspectiva dos domicílios). A compreensão da importância desses recursos financeiros para a economia do Paraguai (item 3.2) será centrada na análise da evolução temporal desses fluxos financeiros e sua comparação com outras variáveis econômicas. De outra parte, para entender a relevância das remessas no âmbito domiciliar serão abordadas as características demográficas e socioeconômicas dos domicílios receptores desses recursos (item 3.3).

3.1. O debate teórico acerca dos efeitos das remessas financeiras de migrantes para as sociedades receptoras

Antes de entrarmos na análise da importância das remessas de migrantes tanto para a economia paraguaia, como também para os domicílios receptores, é necessário retomar o

debate teórico sobre os efeitos desses recursos financeiros nas sociedades de origem. Afinal, espera-se que essa discussão possa fornecer as ferramentas necessárias à uma análise crítica do papel desses recursos na sociedade paraguaia, sobretudo porque a visão dominante nesse debate está assentada na ideia de que as remessas se constituem como um instrumento de promoção do desenvolvimento dos países de origem dos migrantes (COVARRUBIAS, 2010). Essa visão amplamente disseminada defende que as remessas são importantes recursos para as nações em condições de maior vulnerabilidade no contexto da nova ordem econômica que se instaurou a partir de meados da década de 1980, isso porque se observou, nesse período, o aumento das desigualdades globais, com a intensificação do comércio entre blocos econômicos (JONES, 1998).

O debate sobre a relação entre as migrações e o desenvolvimento, analisado pela perspectiva das remessas financeiras recebidas, é marcado por duas principais posições teóricas. De um lado, as visões pessimistas acerca dessa relação, e de outro, aqueles teóricos que apresentam uma visão mais otimista sobre a relação com esse fenômeno demográfico, sobretudo porque defendem a ideia de que as remessas financeiras podem ser um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico de determinadas nações (TAYLOR, 1999). O primeiro grupo teórico mencionado ficou conhecido como “estruturalista”, e seus estudos foram formulados nas décadas de 1970 e 1980, sendo que os trabalhos de Joshua Reichert, Raymond Weist e Richard Mines constituem os principais referenciais teóricos (BINFORD, 2002). O segundo grupo, denominado como “funcionalista”, constituiu-se na década de 1990 e, entre os principais autores, destacam-se Douglas Massey, Jorge Durand e Richard Jones (BINFORD, 2002).

Em comum, essas distintas perspectivas se centram, em grande medida, na análise dos efeitos promovidos pelas remessas financeiras de migrantes nas sociedades rurais mexicanas, o que é justificado pelo grande volume de mexicanos que deixaram o seu país em direção aos Estados Unidos, possibilitando que expressivos fluxos de remessas fossem observados no México. Ressalta-se que as observações realizadas no contexto mexicano, permitiram que esses estudiosos fizessem importantes generalizações sobre as relações entre migração e desenvolvimento, as quais foram aplicadas em diferentes realidades, possibilitando, assim, seu uso no presente estudo.

Neste contexto, Mines (1981) aponta que a migração internacional se constitui como uma “faca de dois gumes”⁹² para a sociedade mexicana: por um lado, ela possibilita que

⁹² Tradução livre. No original “*double edged sword*” (MINES, 1981, p.157).

os indivíduos que ficaram em suas terras natais alcancem um padrão de consumo mais alto; por outro, os tornam dependentes do acesso contínuo aos Estados Unidos para manutenção desse estilo de vida. Ademais, o aumento no padrão de consumo de determinados grupos populacionais promove a formação de uma elite local, ampliando assim as desigualdades sociais já existentes (REICHERT, 1982). Afinal, com a migração internacional houve a criação de uma nova classe alta, em concomitância com o despertar de uma classe economicamente mais baixa, essa última constituída pelos indivíduos que não estabeleceram mais do que uma relação sazonal com o mercado laboral estadunidense e, por isso, necessitam ofertar sua força de trabalho no vilarejo de origem (MINES, 1981).

Para Mines (1981), esta nova classe alta poderia ser facilmente reconhecida ao analisarmos aspectos como a posse de propriedades privadas, as condições de trabalho nos Estados Unidos (as quais serão fundamentais na determinação e compreensão do volume de recursos financeiros enviados aos seus familiares), bem como o próprio consumo e comportamentodos familiares e dos migrantes retornados, como por exemplo, as suas vestimentas e o domínio da língua inglesa. Isso porque, a demonstração pública da riqueza acabou por se transformar em importante indicador de sucesso pessoal e de *status* para os indivíduos migrantes e seus familiares que permaneceram em suas regiões de origem (REICHERT, 1981).

Esta corrente acredita assim que a migração possa ser entendida como uma forma de mobilidade social (MINES, 1981), bem como que a própria atitude em relação à riqueza começa a mudar. Ela passa a ser vista como um símbolo da iniciativa individual, independência e prestígio daqueles que decidiram por migrar (REICHERT, 1982). Além disso, a mencionada estratificação social promovida pelo recebimento das remessas acaba por leva à intensificação dos conflitos sociais nas populações receptoras desses recursos (REICHERT, 1981).

Por outro lado, argumenta-se ainda que a migração tenha possibilitado o aumento da renda *per capita* por meio do recebimento das remessas financeiras de migrantes, e com isso, tenha aumentado as taxas de consumo, ainda que ela não tenha contribuído para o desenvolvimento das economias locais de modo a estimular a produção de bens e serviços e/ou a criação de novas oportunidades laborais (REICHERT, 1981). Isso porque a maior parte das remessas é gasta de modo improdutivo, o que apenas levaria ao aumento da demanda por bens e serviços desejados, desencadeando assim processos inflacionários. Um exemplo desse processo é o aumento da demanda por terras, que teria levado à elevação dos seus preços (BINFORD, 2002).

As remessas aumentaram o padrão de vida até um nível que só pode ser mantido através de processos migratórios recorrentes (REICHERT, 1981). Esse processo de perpetuação do fenômeno migratório é denominado por Reichert (1981) como “síndrome migratória”, pois para o autor, essa dependência para com o fenômeno demográfico não se reflete apenas nas tendências econômicas das sociedades de origem, mas, também se tornou parte do sistema de valores local (REICHERT, 1981).

Para Joshua Reichert, na sociedade de origem, a migração seria responsável por manter as condições de subdesenvolvimento, o subemprego e a distribuição desigual dos recursos de capital que fizeram esse evento demográfico necessário em um primeiro momento. E, a partir dela, teria se estabelecido uma dependência e sujeição dessas populações ao cenário laboral dos países de destino dos migrantes, no caso desses estudos, os Estados Unidos (REICHERT, 1981).

Por outro lado, J. Edward Taylor argumenta através dessa perspectiva teórica, que as atividades migratórias lucrativas seriam vistas como responsáveis por drenar das áreas tidas como de emigração, sua força de trabalho e capital, esvaziando assim a produção local. Além disso, com a perpetuação desse fenômeno, essas regiões passariam a se especializar no ato de emigrar (TAYLOR, 1999).

Esse enfoque “estruturalista” sublinha uma visão pessimista em relação às consequências econômicas da migração laboral, apesar do potencial das remessas como engrenagem do crescimento econômico, conforme apontam DURAND, PARRADO e MASSEY (1996). Para esses autores, esse pessimismo seria decorrente da observação de que as remessas são em sua maioria gastas em consumo corrente, restando uma pequena parcela para o investimento⁹³. Ainda na perspectiva de Durand, Parrado e Massey, os “estruturalistas” não levam em consideração os efeitos indiretos das remessas (o aumento do consumo, por exemplo), que podem se equiparar, ou até mesmo superar os efeitos diretos desses recursos financeiros (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996).

Em contraposição a essa visão estruturalista e pessimista, os estudos da corrente “funcionalista”, aos quais se filiam Durand e colegas, apresentam uma perspectiva mais otimista sobre a relação entre migração e desenvolvimento, e acabaram por se consolidar como a visão dominante nesse debate. Isso porque essa vertente teórica vai de encontro aos anseios de organizações internacionais e de grande parte dos Estados nacionais, que buscam identificar

⁹³ Convém lembrar ao leitor de que o investimento tem sempre um caráter produtivo, isto é, ele deve gerar renda e/ou emprego.

esse fenômeno migratório como benéfico para as sociedades de origens e, com isso, se equivocarem do importante debate sobre as razões que fazem certos indivíduos deixarem suas regiões e como elas estão associadas a já mencionada maior vulnerabilidade no contexto da nova ordem econômica.

Para os autores que têm uma visão otimista das remessas financeiras, elas geram variações no nível de produção da economia receptora, seja através do investimento direto, ou indireto e, neste último caso, via aumento da demanda por bens e serviços (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996). Afinal, esse aumento da demanda seria responsável pela ampliação da produção e, concomitantemente, haveria a elevação do nível de emprego, e, por conseguinte da renda nacional, o que se constitui como o efeito multiplicador do consumo (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996).

De acordo com esses autores os efeitos multiplicadores das remessas financeiras de migrantes são mais pronunciados quando em comparação com os dos recursos financeiros obtidos pelas trocas comerciais com o exterior. Defendem esse ponto, argumentando que as remessas vão direto para classes econômicas mais baixas e, como os domicílios receptores gastam rapidamente o dinheiro recebido, aumenta-se a velocidade de circulação da moeda e do efeito multiplicador do consumo (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996).

Outro aspecto positivo exaltado por esse enfoque teórico é o fato de que, diferentemente de outros recursos, as remessas de migrantes fluem diretamente para os grupos populacionais mais necessitados sem que sejam filtradas por estruturas sociais e econômicas interventoras (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996). Ou seja, esses recursos vão direto para as famílias receptoras sem que nenhuma parcela deles seja absorvida por outros agentes econômicos.

Mas, deve-se ter em mente que existem diferenças importantes a respeito do uso e dos efeitos das remessas de migrantes. Dentre elas chama-se atenção para:

- o destino dado às remessas recebidas pelos domicílios mais pobres e aqueles de classe média. Enquanto os primeiros apresentam maiores chances de efetuar seus gastos em produtos e serviços básicos produzidos no país, o segundo grupo de domicílios detêm maiores chances de consumir esses recursos em produtos importados, transferindo assim os efeitos multiplicadores do consumo para os países de origens desses produtos (DURAND, PARRADO e MASSEY, 1996);
- a diferença entre o consumo das remessas recebidas por grupos populacionais residentes em áreas rurais, onde os efeitos multiplicadores são

maiores (favoreceriam a produção doméstica); e aqueles residentes em áreas urbanas, onde as chances de “vazamento” dos efeitos indiretos para o exterior são maiores devido ao incremento da demanda por produtos importados (TAYLOR, 1999).

Em linhas gerais, esse enfoque funcionalista defende que as remessas de migrantes têm efeitos positivos em vários quesitos, como a produção, a renda, a diminuição da desigualdade e da pobreza (TAYLOR, 1999). A respeito desses dois últimos aspectos (a desigualdade e a pobreza), argumenta-se que, como a grande maioria dos emigrantes provem de classes sociais mais marginalizadas, esses recursos financeiros são capazes de reduzir as desigualdades de classe e de renda, contribuindo assim para uma expansão econômica mais equilibrada e para o combate da pobreza (BINFORD, 2002).

Com a finalidade de facilitar a compreensão dos dois enfoques teóricos abordados, assim como a identificação das diferenças entre eles, apresentamos um quadro comparativo (Quadro 4):

Quadro 4 – Comparativo entre os enfoques teóricos “estruturalista” e “funcionalista”

Visão acerca do (a) ...	Estruturalista	Funcionalista
Crescimento e desenvolvimento econômico	Desinvestimento; consumo conspicuo; estagnação econômica e dependência.	Investimento local substancial; e crescimento econômico até o desenvolvimento.
Mudança social	Desintegração familiar e a nível dos vilarejos.	Mobilidade social, permitindo aos grupos receptores manter as suas origens rurais.
Migração subsequente	Síndrome migratória.	Investimento de modo a evitar ou diminuir as migrações futuras.
Desigualdade social	Aumento da desigualdade através da formação de uma "elite migratória".	Queda da desigualdade.

Fonte: Elaboração própria com base em JONES (1998).

Após analisarmos as principais características dos dois enfoques teóricos destacados, é necessário um olhar mais aguçado sobre as suas limitações na compreensão dos efeitos das remessas nas sociedades receptoras. Para tanto, nossa análise se centralizará na produção bibliográfica de Binford (2002) e de Canales Cerón (2008), uma vez que esses autores realizam um debate a partir da perspectiva da América Latina.

Para Binford (2002), a discussão sobre a relação entre remessas e desenvolvimento se desvirtuou, uma vez que ela se centralizou exclusivamente em temas de caráter econômico. Por isso, o autor defende a necessidade de estudos destinados a compreender as transformações sociais, de âmbito local e regional, provocadas pela recepção desses recursos financeiros. O autor defende que

“Debería quedar claro que no es posible tratar aisladamente las consecuencias económicas de la emigración de las consecuencias sociales” (BINFORD 2002, p. 147 e 148).

Quanto ao papel das remessas de migrantes na promoção do desenvolvimento das sociedades receptoras, Binford (2002) aponta que elas podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, nem que seja no âmbito local. Mas, para isso os efeitos diretos e indiretos desencadeados por esses recursos devem contribuir para a estruturação de atividades econômicas que sejam capazes de reduzir a futura incidência da emigração internacional, o que, segundo o autor, não acontece na grande maioria dos casos (BINFORD, 2002). Ao contrário, o que se observa é que a emigração se apresenta como um estímulo para novos processos emigratórios, desenvolvendo-se assim a “síndrome migratória” (BINFORD, 2002).

Sobre esse aspecto, Canales Cerón (2008) acredita que os efeitos das remessas nas sociedades receptoras dependeriam diretamente da forma como elas são incorporadas à estrutura econômica de cada sociedade, seja na forma de remessas salariais, seja na forma de remessas de capital.

No caso das remessas de migrantes denominadas como “remessa salarial” – pois, elas são destinadas a sustentar os gastos dos domicílios receptores, com o aumento do padrão de vida e do bem-estar –, Canales Cerón (2008) afirma que esses efeitos ocorrem em sentidos diferentes e complementares:

- Por un lado, por su aporte al consumo familiar, contribuyen a elevar el nivel de vida y bienestar de los hogares receptores, a la vez que inciden en la dinámica de las desigualdades económicas y las condiciones de pobreza.
- Por otro lado, esta misma contribución al gasto de los hogares se traduce en efectos multiplicadores hacia el resto de la economía local, regional y nacional. No obstante, el mismo modelo nos indica también en forma muy clara y precisa, que no debemos confundir estos efectos multiplicadores y de bienestar de las familias, con los impactos que las remesas pudieran tener directamente como instrumento de desarrollo” (CANALES CERÓN, 2008, p. 13).

De outra parte, os recursos financeiros considerados como “remessa de capital”, já que seu uso é destinado às atividades produtivas, são identificados pelo autor como instrumento de promoção do crescimento econômico. E, por isso, aos somá-las a todos os outros fundos financeiros, as remessas seriam parte da base do processo de desenvolvimento de um país (CANALES CERÓN, 2008).

Todavia, Canales Cerón afirma que, aparentemente, não existem argumentos teóricos e/ou empíricos que permitam inferir que atualmente as remessas têm, de fato, um papel importante como promotoras do desenvolvimento econômico. Pelo contrário, o autor demonstra em sua análise que o comportamento macroeconômico desses recursos financeiros se assemelha mais ao de uma transferência salarial quando em comparação com o comportamento de um fundo de inversão familiar ou privado (CANALES CERÓN, 2008). Além disso, essas transferências salariais podem ser maiores e mais importantes para os países nos quais os níveis de pobreza são maiores e o nível de desenvolvimento menor. Por isso, os investimentos efetuados com as remessas “*no sólo no llega a los montos necesarios para impulsar un proceso de desarrollo, sino que además se da en ambientes macroeconómicos muy desfavorables que limitan y restringen sus impactos reales*” (CANALES CERÓN, 2008, p. 27).

Outro aspecto importante sublinhado por Canales Cerón (2008), e que vai além do debate econômico das remessas, é o fato de que existe um silêncio sobre as condições de produção desses recursos financeiros. Para o autor, não se discutem as condições de exclusão social e de segregação laboral que caracterizam a inserção laboral dos migrantes nos países de destino (CANALES CERÓN, 2008). Isso requereria voltar os olhares para os países receptores dos migrantes enquanto que, atualmente, esse debate está centralizado apenas nas sociedades de origens desses indivíduos.

Por fim, espera-se que a discussão apresentada tenha deixado explícito que as remessas são fontes importantes de renda para as famílias receptoras (CANALES CERÓN, 2008), e que o grande impasse reside na pouca concordância sobre os efeitos locais das remessas.

Esses efeitos devem ser considerados positivos ou negativos em relação aos pontos seguintes: 1. ao crescimento econômico e ao desenvolvimento local; 2. às mudanças sociais; 3. à incidência de migrações subsequentes; 4. à queda das desigualdades (JONES, 1998).

Argumenta-se neste estudo que as respostas para esses questionamentos residam na forma como os recursos são absorvidos nas economias receptoras e, portanto, estão sujeitas a variações segundo o local de análise.

No caso paraguaio, tema que nos interessa analisar buscar-se-á responder essas indagações ao discutir a importância das remessas para a economia paraguaia (item 3.2) e abordar as características dos domicílios receptores desses recursos financeiros, para que assim seja possível identificar a importância das remessas de migrantes no âmbito domiciliar e o destino dados a elas (item 3.3).

3.2. A evolução histórica dos fluxos de remessas financeiras de migrantes e sua importância na economia paraguaia

Conforme visto no item anterior, o debate sobre a relação existente entre migração e desenvolvimento é dominado por uma visão otimista dessa interação, afinal essa vertente teórica defende que as remessas financeiras enviadas pelos migrantes às suas regiões de origem se constituem como uma fonte importante para o desenvolvimento local (COVARRUBIAS, 2010). E, por isso, a promoção do desenvolvimento a partir desse fenômeno demográfico seria possível ao criar um ambiente favorável para que a migração e as remessas financeiras contribuíssem para o crescimento generalizado das localidades (TAYLOR, 1999).

Para Canales Cerón (2008), esse otimismo marcou o discurso de governos nacionais e organizações internacionais, os quais ressaltam a importante contribuição das remessas para a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento e do bem-estar das famílias receptoras, dentre outros supostos benefícios (CANALES CERÓN, 2008).

No entanto, também no item anterior, apresentou-se a visão defendida neste estudo, a qual está em consonância com a análise de Canales Cerón (2008). Recordar-se que para esse autor, a relação migração e desenvolvimento é dependente da forma como as remessas financeiras são absorvidas nas economias receptoras, e, portanto, ela está sujeita a variações segundo o contexto de análise (CANALES CERÓN, 2008). Com isso, Canales Cerón (2008) não defende, necessariamente, uma das duas principais vertentes teóricas (“estruturalistas” e “funcionalistas”). No caso paraguaio, nosso objetivo é compreender a relevância das remessas nessa sociedade, ao debater a importância desses recursos financeiros para a economia nacional (proposta do presente item) e para os domicílios receptores (item 3.3).

Para discutir a importância das remessas na economia do Paraguai, optou-se por fazer uso dos dados estatísticos disponibilizados pelo Banco Mundial no *World Bank Open Data*. Esta escolha se justifica pela facilidade de acesso às informações econômicas e financeiras de diferentes países, e a subsequente possibilidade de realizar análises comparativas.

Ao analisar o fluxo anual de remessas recebidas pelo Paraguai (Gráfico 21), observa-se um comportamento geral de crescimento desses recursos entre 1975⁹⁴ a 2010, mas, com a ressalva de que nesse intervalo de tempo houve inflexões momentâneas nesse desempenho. Dentre elas, chama-se atenção para o declínio verificado na década de 1980, em parte devido a contração da economia argentina (GÓMEZ, 2013), mas que foi sucedido por um acentuado crescimento⁹⁵ entre 1991 e 1994 (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014), bem como aquela que ocorreu nos anos finais da década de 1990 (mais especificamente a partir de 1998). Segundo Gómez (2014), essa outra inflexão pode ser justificada, em grande medida, pela crise econômica argentina, embora, a partir de 2003, esse montante financeiro tenha voltado a crescer sustentadamente.

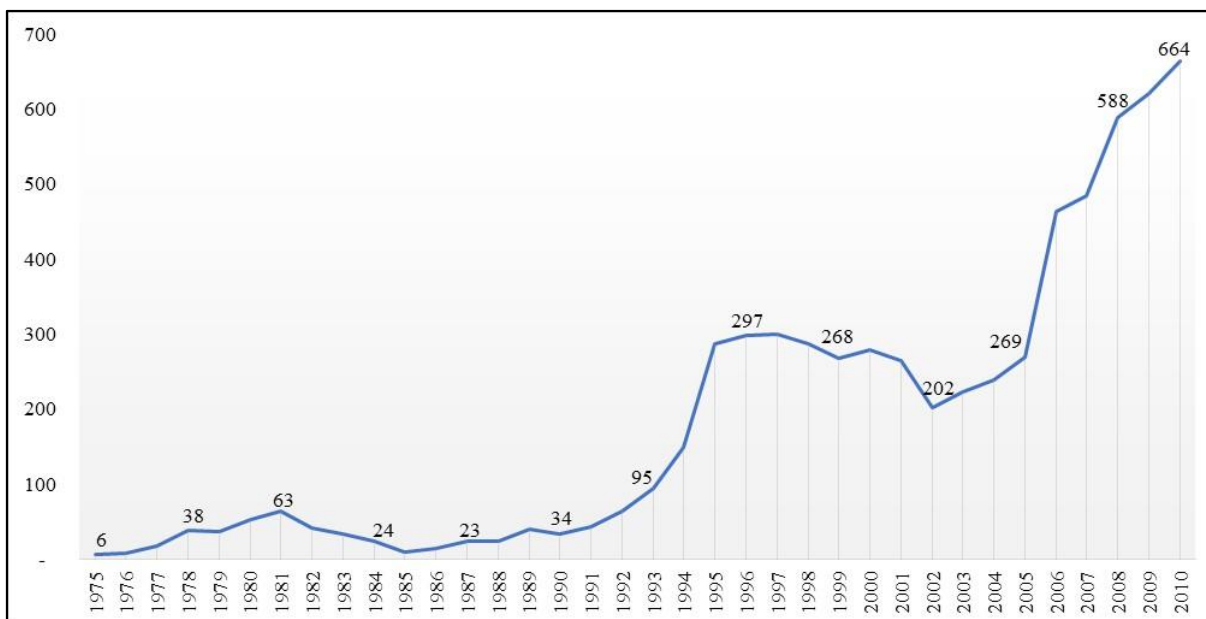
Por outro lado, ao avaliar a evolução da porcentagem das remessas de migrantes em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio (Gráfico 22), verifica-se que esse comportamento foi diferente daquele observado para o volume anual de remessas recebidas (Gráfico 21). De 1975 a 2010, essa porcentagem sofreu oscilações importantes, sendo que a maior foi encontrada para o ano de 2010, quando foi estimada em 3,5%, e a menor auferida em 1985, calculada em 0,3% (WORLD BANK, 2017). Ressalta-se que as oscilações dessa porcentagem podem ser justificadas em parte pelas mudanças no comportamento do PIB do Paraguai⁹⁶. Observe-se que, ainda que o volume de remessas recebidas pela economia paraguaia tenha apresentado crescimento sustentado em boa parte da década de 2000 (Gráfico 21), nos anos de 2007 e 2008 ele se apresentou inferior ao crescimento verificado para o PIB, verificando-se, assim, o declínio dessa porcentagem. Para 2007 e 2008, essa proporção foi estimada em respectivamente 2,5% e 2% (WORLD BANK, 2017).

Gráfico 21 – Fluxo de remessas recebidas (em milhões de US\$ correntes), Paraguai, 1975 a 2010

⁹⁴ Período a partir do qual os dados estão disponíveis.

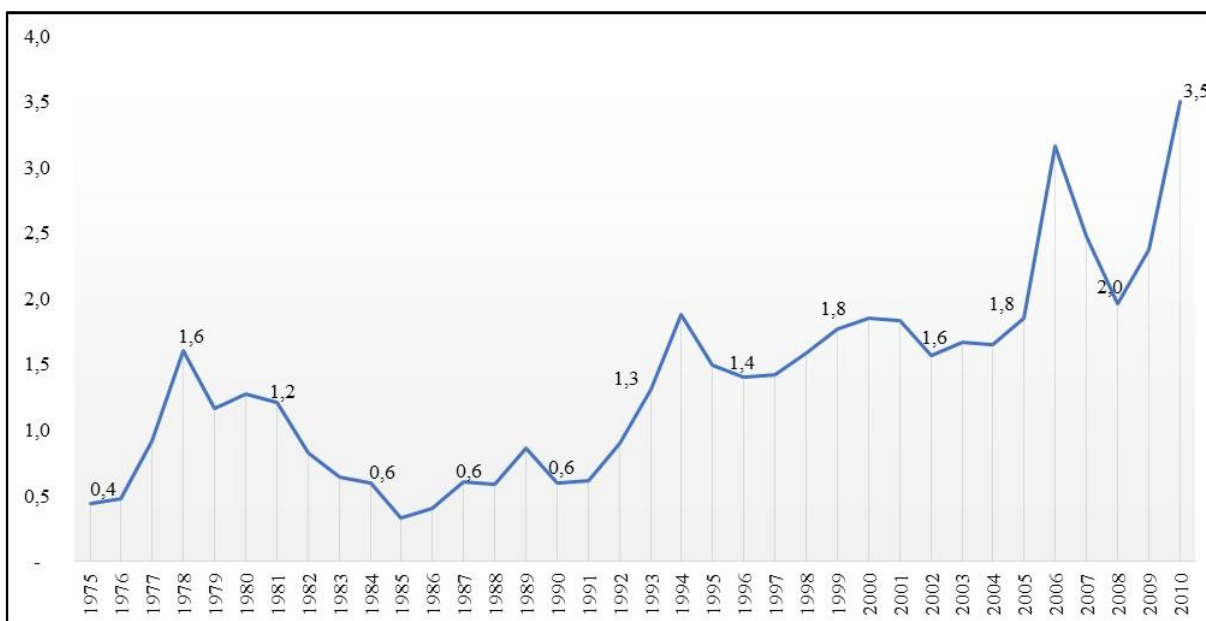
⁹⁵ Gómez (2013) aponta que esse cenário teria se beneficiado pelo cambial desfavorável em relação à Argentina.

⁹⁶ Verificar Gráfico 1.



Fonte: WORLD BANK (2017). Dados coletados em 31 de set. 2017.

Gráfico 22 – Proporção das remessas financeiras recebidas em relação ao PIB (em %), Paraguai, 1975 a 2010



Fonte: WORLD BANK (2017). Dados coletados em 31 de set. 2017.

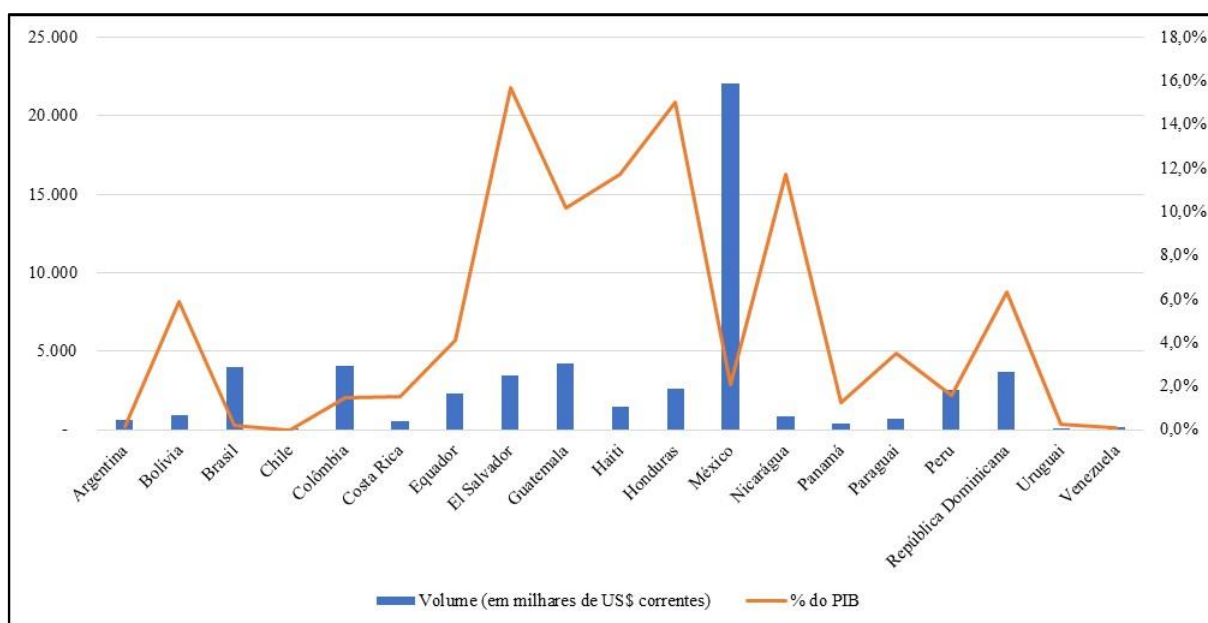
De todo modo, em 2009 e 2010, a proporção das remessas em relação ao PIB retomou seu crescimento, e suas estimativas alcançaram, respectivamente, 2,4% e 3,5% (WORLD BANK, 2017).

Sobre este último aspecto Gómez (2013) defende que

“si bien no puede atribuirse el crecimiento de las remesas en relación al porcentaje del PIB como un indicador del aumento de emigración en Paraguay, es un indicador de la magnitud e importancia que adquiere el fenómeno migratorio en el país en los últimos años” (GÓMEZ, 2013, p. 83).

A importância das remessas de migrantes para economia paraguaia, advogada por Gómez (2013), fica mais evidente ao comparar os resultados do Paraguai com os países vizinhos. Em relação ao restante da América Latina⁹⁷ (Gráfico 23), o Paraguai foi o décimo terceiro em volume de remessas recebidas, mas, quando se considera a proporção em relação ao PIB, ele passa para a nona colocação (WORLD BANK, 2017). Já, em relação aos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), o volume de remessa de migrantes recebidas pela economia paraguaia é o segundo maior do grupo, ficando apenas atrás do Brasil (US\$ 4 bilhões), enquanto que, ao considerar a proporção que ela representa no PIB nacional, o Paraguai passa para a primeira colocação (WORLD BANK, 2017).

Gráfico 23 – Comparativo das remessas recebidas, América Latina, 2010⁹⁸



Fonte: WORLD BANK (2017). Dados coletados em 31 de set. 2017.

Outra forma de avaliar a importância desses recursos financeiros é compará-los com outras fontes de rendas. Taylor (1999), por exemplo, propõe que esse comparativo seja feito em

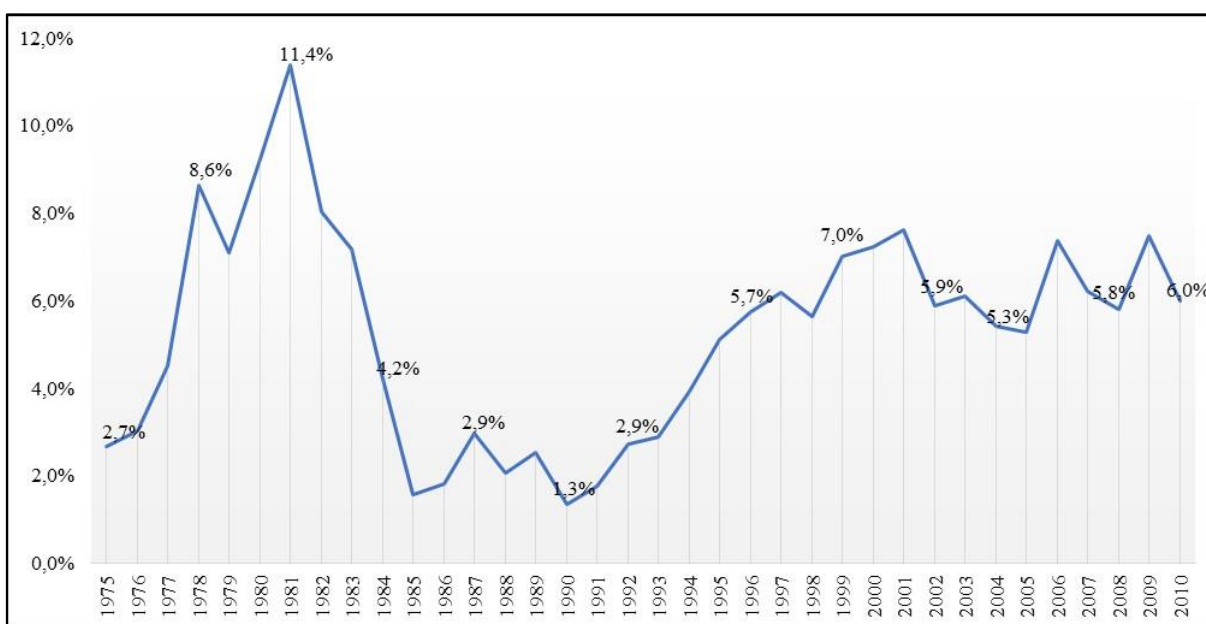
⁹⁷ Convém ressaltar que a nível global, a América Latina e o Caribe são as regiões que recebem remessas de migrantes, além de terem vivenciado um forte crescimento desses volumes financeiros nas décadas de 1990 e 2000 (BABY-COLLIN, CORTES e FARET, 2007 *apud* GÓMEZ, 2013).

⁹⁸ Chama-se atenção para o fato de que os dados referentes a Cuba não estavam disponíveis no momento da coleta.

relação às exportações de bens e serviços. No caso paraguaio, observa-se que essa proporção apresentou oscilações entre 1975 a 2010 (Gráfico 24). Em 1981, nota-se a maior proporção estimada no período em análise (11,4%), ao passo em que o menor valor foi verificado em 1990, quando foi auferido em 1,3% (WORLD BANK, 2017). Mais recentemente, na década de 2000, verificou-se o valor médio dessa proporção, que ficou em 6,4%, oscilando de 5,3% em 2005 a 7,6% em 2001 (WORLD BANK, 2017). Para 2010, esse valor ficou próximo da média verificada na década anterior – 6,0% contra os 6,4% entre 2000 a 2009 –, mas, quando comparando com o desempenho do ano anterior, percebe-se uma queda de 1,5 pontos percentuais (WORLD BANK, 2017).

Em termos de valores absolutos, o montante total de remessas recebidas pela economia paraguaia ficou atrás apenas dos valores das vendas de energia elétrica, de grão de soja e de carne – verificar Tabela 1 –, demonstrando assim a relevância desses recursos para a economia paraguaia.

Gráfico 24 – Proporção das remessas financeiras recebidas em relação às exportações de bens e serviços (em %), Paraguai, 1975 a 2010



Fonte: WORLD BANK (2017). Dados coletados em 31 de set. 2017.

Quanto aos interesses do governo paraguaio nesses recursos financeiros, chama-se atenção para a lei migratória 978 de 1996, abordada no primeiro capítulo⁹⁹. Nela, o Estado

⁹⁹ Verificar item 1.1.3.

paraguaio, por meio do artigo 140, buscava garantir a igualdade de direitos individuais, laborais e de seguridade social para os paraguaios residentes em outros países, assim como assegurar a possibilidade de que esses indivíduos efetuassem transferências financeiras para os seus familiares residentes no país. Para isso, o Poder Executivo pode requerer à *Dirección General de Migraciones* a assinatura de acordos e/ou convênios com os países envolvidos de modo que eles facilitassem o alcance das intenções apresentadas naquele artigo (PARAGUAI, 1996).

Já, em relação ao peso político desses recursos, ressalta-se que eles podem contribuir para a conquista das demandas da população paraguaia emigrada, ao servirem como instrumento de pressão populacional. Dentre essas demandas, destaca-se o direito ao voto que, segundo Belda e Pintos

“no sólo era una cuestión de derechos jurídicos, políticos o civiles cercenados, sino también un asunto de justicia político-económica, ya que muchos de esos emigrantes lo eran de carácter económico, y sus remesas durante años constituyeron un importante aporte — e incluso impulso — para decenas de miles de familias paraguayas, muchas de ellas empobrecidas. Con estas remesas, las familias pudieron sobrevivir dignamente gracias a los envíos regulares de los trabajadores y trabajadoras emigradas” (BELDA e PINTOS, 2017, p.4).

Em linhas gerais, as análises apresentadas sobre a evolução das remessas de migrantes e seus comparativos com outras variáveis econômicas demonstram a importância desses recursos para a economia do Paraguai. A relevância desses aportes fica ainda mais evidente quando se compara o peso das remessas com aqueles observados para os demais países do Cone Sul. Neste caso, dentre os cinco países que compõem o grupo, o Paraguai apresentou a maior proporção das remessas em relação ao PIB para o ano de 2010.

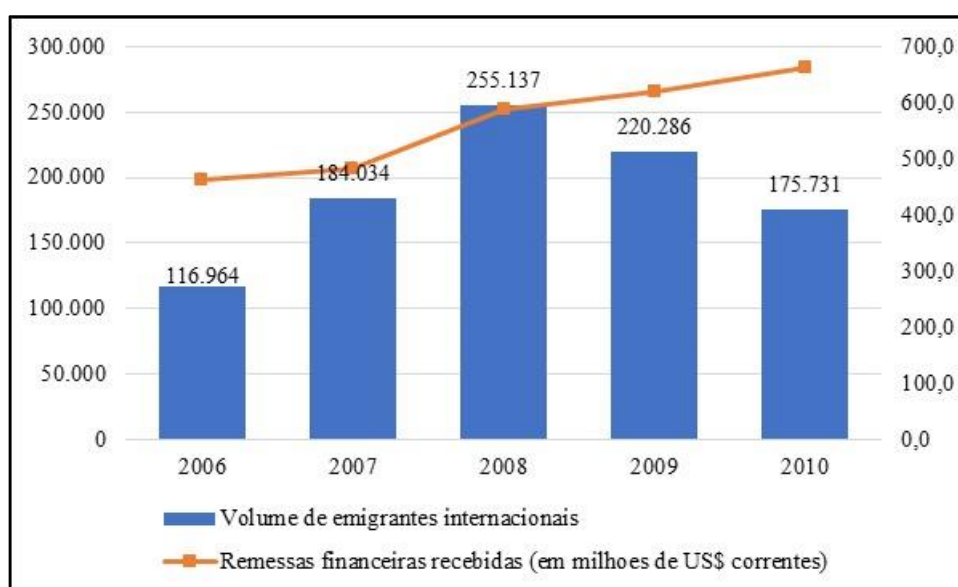
De outra parte, na perspectiva política, demonstrou-se o interesse do Estado paraguaio em garantir a continuidade do fluxo dos recursos financeiros, e como eles foram utilizados como instrumento político para que a população paraguaia emigrada tivesse suas demandas sociais atendidas, com destaque para a conquista do direito ao voto. Afinal, esses recursos representavam o compromisso dos migrantes para com seus familiares que permaneceram no Paraguai, e, se constituíam assim como uma forma de marcar presença dos emigrantes no cotidiano dessa sociedade, o que justificaria o direito de participação política desses indivíduos.

Para Gómez e Bologna (2014), a importância quantitativa das remessas, somada à sua sustentabilidade ao longo do tempo, reforça a necessidade de ampliar os estudos sobre as consequências desses ingressos, principalmente na perspectiva dos domicílios receptores. Neste sentido, ao compararmos o fluxo de remessas recebidas com o volume de emigrantes

internacionais auferidos pela EPH (Gráfico 25), percebe-se que, enquanto esta última variável apresenta um comportamento de queda para os anos de 2009 e 2010¹⁰⁰, por outro lado, as remessas financeiras tiveram um crescimento sustentado para todo o período analisado (de 2006 a 2010¹⁰¹), o que reforça a ideia defendida por Gómez e Bologna (2014).

Esta discussão sobre os efeitos das remessas para os domicílios receptores será apresentada no item seguinte (3.3). Espera-se que em conjunto com a presente análise, demonstre-se a importância desses recursos nas esferas macro (neste caso ao tratar de toda a economia paraguaia) e micro (pela perspectiva dos domicílios).

Gráfico 25 – Volume de emigrantes internacionais e fluxos de remessas financeiras recebidas, Paraguai, 2006 a 2010



Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

WORLD BANK (2017). Dados coletados em 31 de set. 2017.

3.3. As características dos domicílios receptores de remessas financeiras de migrantes

Para conhecer as características dos domicílios paraguaios receptores de ajuda financeira do exterior e o destino dados a esses recursos, de modo a compreender o papel das

¹⁰⁰ Destaca-se que esse comportamento é questionável ao analisarmos as estatísticas dos principais países de destino dos emigrantes paraguaios, conforme vimos nos capítulos anteriores.

¹⁰¹ Ressalta-se que esse período de análise é decorrente da disponibilidade das estatísticas da EPH referentes ao volume de emigrantes, conforme vimos no capítulo 1.

remessas de migrantes em uma perspectiva microeconômica, faremos uso dos microdados da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) conforme mencionado no capítulo 1 deste estudo.

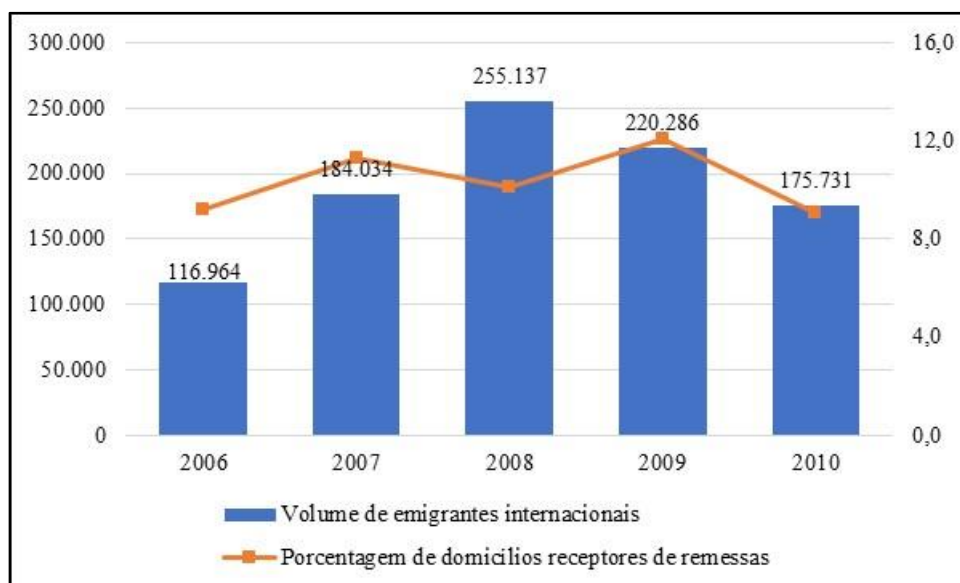
No ano de 2010, essa pesquisa domiciliar foi aplicada a 5.003 domicílios paraguaios, dentre os quais, 9,1% (454 domicílios)¹⁰² deles declaram terem recebido alguma ajuda financeira de familiares residentes no exterior (DGEEC, 2010a). Quando comparados com inquéritos anteriores, é importante chamar a atenção para dois aspectos do comportamento desse segmento: 1. Houve um crescimento de 75% dessa estimativa em relação ao início da década de 2000, quando foi auferida em 5,2% na pesquisa de 2000/2001; 2. Observou-se uma redução dessa porcentagem a respeito dos quatro anos anteriores, ela atingiu, em 2010, um nível inferior ao observado para o ano de 2006, quando essa proporção foi estimada em 9,2% – para os anos de 2007, 2008 e 2009 estima-se que a porcentagem de domicílios receptores de remessas do exterior foram de respectivamente 11,3%, 11,1% e 12,1% (DGEEC, 2009 *apud* GÓMEZ, 2016).

Outro aspecto importante a sublinhar é que apesar da variável volume de emigrantes internacionais e da variável porcentagem de domicílios receptores de remessas não estarem completamente associados¹⁰³, observa-se que a queda na proporção de domicílios receptores de remessas financeiras acompanhou, com exceção do ano de 2008, o comportamento do volume de emigrantes internacionais captados pela *Encuesta* (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Volume de emigrantes internacionais e porcentagem de domicílios receptores de remessas financeiras, Paraguai, 2006 a 2010

¹⁰² Ressalta-se que essa proporção pode apresentar problemas de má declaração, e com isso, ser ainda maior. Apesar do caráter sigiloso da pesquisa, alguns indivíduos respondentes do inquérito podem ter optado por não declarar o recebimento desses recursos financeiros devido aos receios de eventuais implicações de tal afirmação.

¹⁰³Essas variáveis não estão completamente associadas, pois, o número de emigrantes captados pela pesquisa contempla apenas aqueles indivíduos que deixaram o país nos cinco anos anteriores a data de referência do inquérito, ao passo em que as remessas estão remetidas a todos os recursos recebidos de paraguaios residentes no exterior, independente da data de saída do país, ou seja, ela capta os recursos financeiros enviados por pessoas residentes em outro país a mais de cinco anos.



Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010).

Dados coletados em 04 de jun. 2017.

DGEEC. *Encuesta Permanente de Hogares, 2000-2009* (apud GÓMEZ, 2016).

Quanto a localização dos domicílios receptores de remessas financeiras de migrantes, os dados apontam que em 2010, 51,1% (232 domicílios)¹⁰⁴ estavam nas áreas urbanas paraguaias e que o departamento de Itapúa (verificar Mapa 1) foi aquele com maior concentração desses domicílios (21,8%), contrapondo-se assim ao *ranking* dos departamentos de origem dos emigrantes internacionais paraguaios (DGEEC, 2010a). Neste último, o departamento de Itapúa esteve na 3ª colocação entre as áreas administrativas com maior concentração de cidadãos paraguaios que deixaram o país (DGEEC, 2010a). Em termos gerais, a partir da Tabela 7, constata-se a discrepância total entre os dois *rankings*.

Tabela 7 – Departamentos administrativos de origem dos emigrantes paraguaios e de destino das remessas financeiras, Paraguai, 2010

¹⁰⁴ Recordar-se que, segundo estimativas de 2010, 55,2% dos migrantes internacionais paraguaios deixaram as áreas rurais do país (DGEEC, 2010a).

	Emigrantes	Colocação	Remessas	Colocação
Asunción	5,0%	7	7,9%	6
San Pedro	5,5%	6	6,8%	7
Caaguazú	9,7%	5	16,3%	3
Itapúa	17,3%	3	21,8%	1
Alto Paraná	10,4%	4	13,2%	5
Central	23,2%	2	16,3%	3
Demais	28,8%	1	17,6%	2

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Os domicílios receptores de remessas apresentaram ainda uma taxa de chefia feminina 33,4% maior do que aquela observada para os restantes dos domicílios paraguaios – para esse primeiro grupo de domicílios essa taxa foi estimada 35,9%, ao passo em que nos demais domicílios a proporção foi de 26,9% (DGEEC, 2010a).

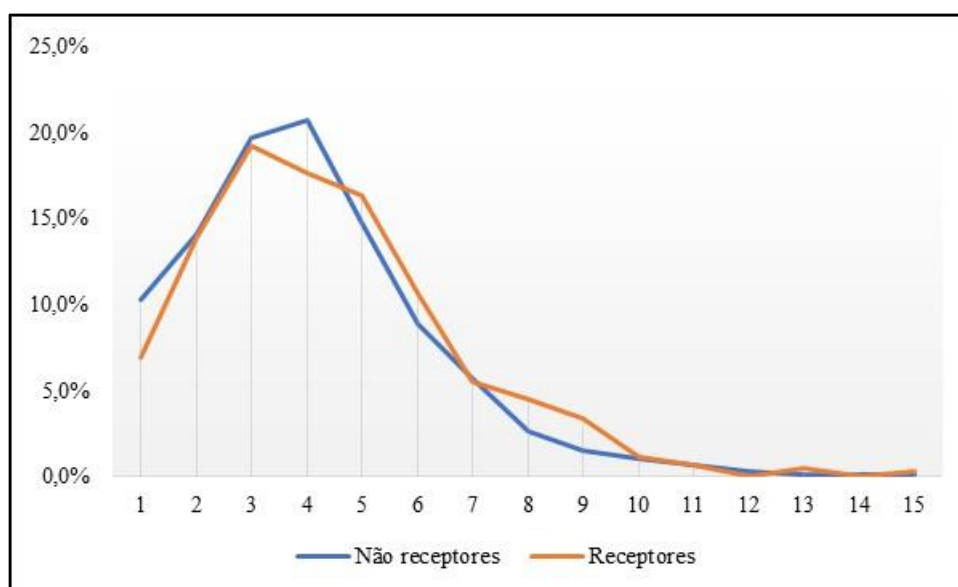
De acordo com Gómez (2014), resultados como esses sugerem processos marcados por uma desarticulação da estrutura familiar devido a migração dos membros do domicílio. A maior proporção de mulheres chefes de domicílios, em comparação ao restante da população evidenciaria, para o autor, a migração masculina (GÓMEZ, 2014). Porém, deve-se salientar que isso não implica dizer que os processos emigratórios paraguaios são majoritariamente masculinos, pelo contrário, conforme apresentado anteriormente, o volume de mulheres paraguaias migrantes (54,0% do total de emigrantes internacionais) supera o volume de homens (46,0%) (DGEEC, 2010a). Logo o que se observa é que o contingente de mulheres migrantes não é suficientemente grande para anular os efeitos da migração masculina sobre o crescimento da chefia domiciliar feminina.

Por outro lado, apesar dessa desarticulação da estrutura familiar devido à migração de algum membro residente no domicílio, não se observaram mudanças significativas na dimensão dos domicílios paraguaios receptores de remessas de migrantes quando comparados aos não receptores – ambos possuíam em média 4 moradores¹⁰⁵ (DGEEC, 2010a). Conforme pode ser observado a partir do Gráfico 27, as maiores diferenças encontradas foram nas proporções de domicílios unipessoais e daqueles compostos por quatro moradores, nesses casos as diferenças entre os domicílios receptores de remessas e os não receptores foram de respectivamente 3,4 e 3,1 pontos percentuais (DGEEC, 2010a).

¹⁰⁵ Não foram considerados os empregados domésticos.

Dentre os moradores que receberam ajuda de familiares residentes no exterior¹⁰⁶, observou-se que, em 2010, a grande maioria deles (64,3%) receberam esses recursos de algum filho(a), seguido daqueles que receberam de algum irmão(a) e do pai e/ou mãe, respectivamente 11,8% e 9,1%. As remessas enviadas por esposo(a) respondeu por 8,3% das declarações, ficando à frente apenas daquelas enviadas por outro parente ou por alguém que não tinha laço de parentesco, cada uma delas foi estimada em 1,2% (DGEEC, 2010a)¹⁰⁷.

Gráfico 27 – Proporção de domicílios segundo o número de membros, Paraguai, 2010



Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Quanto aos países a partir dos quais saem esses recursos financeiros que são encaminhados para o Paraguai, observou-se uma correspondência em relação aos principais destinos dos migrantes internacionais paraguaios. A Argentina, principal destino dos paraguaios que deixaram o país, respondeu por 60,0% das remessas financeiras recebidas do exterior, seguida da Espanha com 29,5% (DGEEC, 2010a). Já, as remessas enviadas por paraguaios residentes em outros países responderam por 3,9% das remessas recebidas, ficando assim a frente dos recursos provenientes do Brasil (3,3%) e dos Estados Unidos (2,1%) (DGEEC, 2010a)¹⁰⁸. Chama-se atenção para o fato de que o país de origem desses recursos

¹⁰⁶ Recordar-se que, conforme debatido no capítulo 1, o quesito da EPH considera a relação de parentesco da pessoa que envia a remessa para com aquela que recebe os recursos, podendo essa última ser ou não o (a) chefe do domicílio. Isso fica evidenciado pelo fato de que 482 pessoas da amostra receberam algum tipo de ajuda financeiro do exterior, enquanto o número de domicílios receptores foi de 454 (DGEEC, 2010a).

¹⁰⁷ Neste quesito houve uma proporção de “não reportado” de 1,2% (DGEEC, 2010a).

¹⁰⁸ Das pessoas que receberam alguma ajuda financeira do exterior, 1,2% delas não reportaram a origem desses recursos (DGEEC, 2010a).

pode influenciar diretamente a dinâmica de envio/recebimento das remessas financeiras, sobretudo porque dois dos principais países dos quais partem as remessas fazem fronteira com o Paraguai, possibilitando assim a adoção de estratégias alternativas para o envio.

Neste sentido, observou-se que, em 2010, a grande maioria dos recursos financeiros originários dos países do Cone Sul (Argentina e Brasil) foram enviados por meio de companhias especializadas no envio de remessas e através de encomenda via correio, respectivamente 43,9% e 27,9% (DGEEC, 2010a). As remessas recebidas pelo sistema bancário representaram 17,7% do total. Observou-se ainda que 6,9% e 3,6% delas foram enviadas respectivamente através de amigos ou familiares que foram ao Paraguai e, pelo próprio migrante ao regressar ou visitar a família.

Já para os países de destino dos emigrantes paraguaios, situados no hemisfério do Norte, verificou-se que, no caso das remessas financeiras recebidas dos Estados Unidos, 70% delas foram enviadas pelo sistema bancário, contrapondo-se ao percentual menor, 40,8%, daquelas provenientes da Espanha. Para esse último país, houve uma preferência pelo envio do dinheiro através de companhias especializadas (57,0%) (DGEEC, 2010a).

Acerca da distinção nas estratégias de envio das remessas, segundo o país de origem, Gómez (2014) demonstra que os migrantes paraguaios residentes nos países do hemisfério Norte (EUA e Espanha) utilizam os meios formais de envio, isto é, o sistema bancário e as agências especializadas. Para o autor essa especificidade pode ser explicada pelo fato de que

“Gran parte de los envíos, están condicionados por las condiciones materiales en las cuales están insertan las personas que generan las remesas. Es decir, en el caso de la migración sur-sur se trata de una migración de menor distancia, pero que involucra a personas con menor distancia, pero que involucra a personas con menor nivel de calificación y con inserciones precarias en los lugares de destino (GÓMEZ, 2014, p.125 e 126).

Além disso, essas diferentes condições materiais dos migrantes devem afetar não apenas a forma de envio das remessas financeiras, mas, também a frequência com que ocorre o envio de recursos. Isso fica evidenciado ao se comparar a frequência de recebimento das remessas originárias da Argentina com aquelas vindas da Espanha. Para essas últimas observou-se que 28,9% delas foram enviadas ao menos duas vezes ao mês, no caso argentino essa porcentagem se mostrou menor, 19,4%. Observou-se ainda que 25,6% das remessas foram enviadas com frequência superior a um mês, contrapondo-se assim aos 15,5% das remessas financeiras recebidas da Espanha (DGEEC, 2010a). Na Tabela 8, apresenta-se um detalhamento

dessas frequências de envio, chamando-se atenção para o caso das remessas provenientes do Brasil e dos Estados Unidos (já que o número de casos é pequeno quando comparado com a Argentina e a Espanha), 16 pessoas receberam algum tipo de ajuda financeira de familiares residentes no Brasil e 10 familiares nos Estados Unidos, contra os 289 e 142 casos observados para a Argentina e a Espanha¹⁰⁹ (DGEEC, 2010a) – acredita-se que não é plausível realizar generalizações.

Tabela 8 – Frequência de recebimentos das remessas segundo o país de origem, Paraguai, 2010

	Argentina	Brasil	Estados Unidos	Espanha	Outros países
Ao menos duas vezes ao mês	19,4%	31,3%	10,0%	28,9%	2,1%
Uma vez ao mês	55,0%	31,3%	50,0%	55,6%	3,5%
Cada dois ou três meses	18,0%	37,5%	20,0%	9,9%	1,0%
Cada seis meses	4,8%	0,0%	10,0%	1,4%	0,0%
Ao menos uma vez ao ano	2,8%	0,0%	10,0%	4,2%	0,0%

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Ao analisar as condições socioeconômicas dos domicílios receptores de remessas, devemos chamar a atenção para alguns aspectos. Primeiramente, verifica-se uma maior porcentagem da posse do domicílio (86,3%) quando em comparação com os domicílios não receptores de remessas (73,8%) (DGEEC, 2010a). Para esse último grupo de domicílios, observou-se uma maior participação dos domicílios arrendados ou alugados (11,2%) e daqueles cedidos (12,1%) quando em comparação com os domicílios receptores de remessas financeiras (respectivamente 5,1% e 5,9%) (DGEEC, 2010a). Isso pode ser um indicativo da forma de gastos desses recursos, requerendo assim uma análise mais aprofundada ao tratar a variável do inquérito referente à forma de consumo das remessas.

Em contrapartida, o segundo aspecto é que não houve diferenças importantes no *status* de pobreza dos domicílios receptores de remessas quando comparados com aqueles não receptores. Segundo estimativas, em 2010, 71,8% dos domicílios receptores não estavam em situação de pobreza¹¹⁰. Há ressaltar que aqueles que estavam naquela categoria (situação de

¹⁰⁹ Destaca-se que 19 pessoas declaram terem recebido remessas de familiares residentes em outros e que 6 pessoas que receberam algum tipo de ajuda financeira do exterior não reportaram a frequência de recebimento (DGEEC, 2010a).

¹¹⁰ De acordo com Gómez e Bologna (2014), “*la Línea de Pobreza se construye estimando primero el costo de una canasta básica de alimentos, cuyo contenido calórico y proteico satisfaga los requerimientos nutricionales, para luego añadirle el costo de la canasta básica no alimentaria, compuesta por otros bienes y servicios esenciales relacionados con la vivienda, la vestimenta, la educación, entre otros aspectos. El costo mensual por persona de*

pobreza), 15,9% deles se encontravam em pobreza extrema e 12,3% em pobreza não extrema. Já, para os domicílios não receptores desses recursos financeiros, 72,0% deles não estavam em situação de pobreza, dos outros 28,0%, a porcentagem de domicílios em pobreza extrema e em pobreza não extrema foi de respectivamente 15,4% e 12,6% (DGEEC, 2010a). Com isso, percebe-se que não é possível concluir se as remessas teriam um efeito positivo sobre a condição de pobreza (DGEEC, 2010a).

Ao comparar o *status* de pobreza dos domicílios receptores de remessas do tipo Sul-Sul – ou seja, originárias de países do hemisfério Sul – com aqueles não receptores, Gómez e Bologna (2014) demonstram que, em 2009,

“Se aprecia que los métodos de apareamiento producen diferencias de poca importancia en el resultado y no modifican la conclusión: la proporción de hogares en situación de pobreza extrema es menor entre los hogares receptores (diferencia estadísticamente significativa). En la misma dirección, la proporción de hogares no pobres es mayor entre ellos. Ambos resultados indican un efecto positivo de la recepción de remesas sobre la pobreza. Sin embargo, esta conclusión debe matizarse, ya que la pobreza no extrema muestra un comportamiento opuesto: afecta en mayor medida a los hogares receptores” (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014, p. 444).

Dessa forma, os autores afirmam que o resultado sobre os efeitos das remessas na pobreza não é completamente conclusivo, isso porque a pobreza não extrema afeta em maior medida os domicílios receptores de remessas (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014).

Por outro lado, é necessário chamar atenção para as análises feitas por Sanchez (2011) e Ramírez e González (2009). Sanchez (2011) ao observar que, em 2008, houve um aumento de quase 1,0% no nível de pobreza dos domicílios não receptores de remessas, concluiu que esses recursos financeiros contribuem para reduzir a probabilidade de que um dado domicílio esteja abaixo da linha da pobreza, e, portanto, as remessas de migrantes colaboram para reduzir a proporção de pobres na população paraguaia (SANCHEZ, 2011). Em consonância, Ramírez e González (2009) apontam que embora as remessas não sejam uma variável importante para na determinação da probabilidade de ser pobre, esses recursos têm uma relação inversa com essa possibilidade, o que, segundo os autores, representa dizer que um eventual aumento das remessas poderia levar à redução da pobreza (RAMÍREZ e GONZÁLEZ, 2009).

la canasta de alimentos se denomina Línea de Pobreza Extrema (LPE), y el de la canasta total recibe el nombre de Línea de Pobreza Total (LPT)” (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014, p.439).

A partir dessas distintas análises e frente a resultados inclusivos, percebe-se a necessidade de novos estudos que tratem a fundo dos efeitos das remessas de migrantes na situação de pobreza dos domicílios paraguaios.

Acerca dos resultados encontrados neste estudo, acredita-se que a ausência de diferenças importantes no *status* de pobreza dos domicílios receptores e dos não receptores de remessas pode ajudar na compreensão dos resultados semelhantes no que tange ao acesso aos auxílios de programas sociais¹¹¹. Estima-se que, em 2010, 4,2% dos domicílios não receptores de remessas tiveram acesso a esses auxílios, em comparação aos 4,8% de domicílios receptores (DGEE, 2010a).

Outro aspecto importante a ser destacado é que ao comparar-se a renda *per capita* mensal média dos domicílios receptores de remessas de migrantes com aqueles não receptores, percebe-se que os primeiros estiveram em uma posição desfavorável. Enquanto os rendimentos médios por morador dos domicílios não receptores foram estimados em US\$ 248,99¹¹², para os domicílios receptores de remessas essa quantia foi de US\$168,63, o que representa 32,3% menos do que o observado para os demais domicílios paraguaios (DGEEC, 2010a).

Neste sentido, a importância das remessas reside no fato de que caso esses domicílios não tivessem recebido essa ajuda financeira, a sua renda *per capita* média seria 26,8% menor (algo em torno de US\$123,39), afinal estima-se que, em 2010, cada domicílio tenha recebido em média US\$ 149,88 (ao mês) como ajuda financeira de familiares residentes no exterior¹¹³, o que representa um aumento de US\$45,24 na *renda per capita* média (DGEEC, 2010a). Logo, ainda que não se possa confirmar o papel das remessas na diminuição da pobreza, pode-se concluir que elas desempenham uma função importante na redução das desigualdades de renda na sociedade paraguaia.

¹¹¹ A *Encuesta Permanente de Hogares* trata do recebimento do auxílio *Estado Monetario Tekopora*, um “programa que, desde el año 2005, atiende hogares en condición de extrema pobreza mediante la entrega de transferencias monetarias sujetas al cumplimiento de corresponsabilidades durante 72 meses consecutivos. La iniciativa depende de la Secretaría de Acción Social y tiene cobertura nacional” (PLATAFORMA CELAC, 2017).

¹¹² Destaca-se que a renda *per capita* utilizada foi aquela disponibilizada no banco de microdados da EPH e que a conversão monetária para o dólar foi com base na taxa média de câmbio de 2010 – disponível no *World Bank Open Data*.

¹¹³ Deve-se fazer a ressalva de que existem diferenças importantes nos rendimentos médios recebidos segundo o país de origem desses recursos financeiros. Para 2010, os domicílios receptores de remessas originárias da Argentina receberam em média US\$93,18 ao mês, ao passo em que o recebimento médio dos recursos originários do Brasil, dos Estados Unidos, da Espanha e de outros países foram de respectivamente US\$ 145,88, US\$ 198,97, US\$ 231,99 e US\$ 192,27 (DGEEC, 2010a). Essas estimativas demonstram que, conforme afirma Gómez (2014), existe uma profunda diferença entre os receptores de recursos do Norte e do Sul global, com o primeiro grupo em uma posição mais favorecida.

O aumento da renda *per capita* média provocado pelo recebimento das remessas possibilitou a esses domicílios paraguaios melhorarem seu padrão de consumo. Isso porque se observou que, em 2010, 86,7% dos indivíduos que receberam esses recursos financeiros declaram ter utilizado a remessa em gastos de primeira necessidade (alimentação e vestimenta) e outros 6,4% deles afirmaram que consumiram esse dinheiro na educação de filhos e/ou outros membros do domicílio (DGEEC, 2010a). Apenas 1,4% das pessoas que receberam ajuda financeira do exterior fizeram uso em atividades que podem ser consideradas produtivas (abrir negócio, empreendimento produtivo, comercial, ou compra de ferramentas, materiais, insumos para o negócio), os outros 5,4% foram consumidos em atividades tais como melhorar as condições da residência e a aquisição de bens eletroeletrônicos, como está indicado na Tabela 9 (DGEEC,2010a).

Tabela 9 – Forma de consumo das remessas, Paraguai, 2010¹¹⁴

	Forma de gasto
Gastos de 1ª necessidade (Alimentação e vestimenta)	86,7%
Poupança em banco, cooperativa, instituição financeira	1,5%
Abrir negocio, empreendimento produtivo, comercial, etc.	1,2%
Educação dos filhos ou outros membros do domicilio	6,4%
Ampliar ou melhorar a residência	0,6%
Comprar bens duráveis para o domicilio	0,4%
Compra de celulares, computadores	0,2%
Compra de ferramentas, materiais, insumos para negócio	0,2%
Outro	1,5%

Fonte: DGEEC. *Microdatos Encuesta Permanente de Hogares* (2010a). Dados coletados em 04 de jun. 2017.

Em relação ao uso desses recursos na aquisição de ativos como carros e imóveis, Sanchez (2011) demonstra que, ao comparar o comportamento dos domicílios receptores de remessas com aqueles não receptores, percebe-se que as remessas de migrantes não são responsáveis por uma melhoria no patrimônio dos domicílios que a recebem. Com isso, a autora reforça a ideia apresentada de que as remessas foram destinadas a outros fins, tais como os gastos em alimentação, educação e saúde (SANCHEZ, 2011). No entanto, como sua análise fez uso das estatísticas da *Encuesta Permanente de Hogares* de 2008, e, para esse ano não foi questionado sobre a forma de consumo desse dinheiro, Sanchez (2011) não pode dar mais detalhes sobre esses gastos.

¹¹⁴ Ressalta-se que 1,2% dos respondentes (6 pessoas) não declaram a forma de gastos desses recursos. Ademais, optou-se por considerar apenas os gastos de primeira opção, pois, os gastos de segunda e terceira opção não foram efetuados por todos que receberam remessas financeiras, assim como se desconhece a porcentagem desses recursos que foram dedicadas a essas opções de gastos.

Face a esses resultados, e buscando demonstrar a importância das remessas de migrantes para a melhoria do padrão de consumo dos domicílios receptores, chama-se a atenção para a reflexão realizada por Ramírez e González (2009). Segundo esses autores, tamanha é a importância das remessas que uma redução dos seus montantes levaria à uma redução da capacidade de consumo dos domicílios receptores, o que, por sua vez, teria efeitos negativos sobre o PIB paraguaio.

Todavia, dizer que as remessas recebidas pelos domicílios paraguaios afetaram positivamente o padrão de consumo dessa população, não representa dizer que esses efeitos foram semelhantes. Ao contrário, conforme demonstra Dobrée (2009) esses efeitos são diferenciados segundo a posição socioeconômica ocupada pelo domicílio. Para aqueles domicílios em situação de pobreza, esses recursos são responsáveis por complementar a sua subsistência, ao passo em que para os domicílios em situação socioeconômica mais favorecida, ou seja, com mais recursos financeiros, as remessas de migrantes permitem que eles ampliem sua capacidade de consumo (DOBRÉE, 2009). Isso porque, Dobrée (2009) indica que os domicílios em situação de maior pobreza identificam a migração de seus membros como uma alternativa à situação de miséria. Para esses domicílios, a emigração de um ou mais integrantes resulta na solução para os problemas relativos a escassez de alimentos e ou de terra para cultivar, podendo em alguns até mesmo se constituir como uma forma de resolver situações emergenciais, tais como problemas de saúde ou endividamento (DOBRÉE, 2009).

Em linhas gerais, essas estatísticas demonstram que a maior parte das remessas é destinada ao financiamento dos gastos básicos dos domicílios receptores, sobrando apenas uma pequena parcela para o uso em inversões produtivas que possam gerar renda e novos empregos. Neste sentido, percebe-se que esses recursos, por serem destinados a reprodução familiar, cumprem o papel de uma transferência salarial ao substituírem a renda daquelas que migraram. E, por isso, seus efeitos multiplicadores sobre a economia não se diferenciam daqueles provocados pelas remunerações estritamente salariais (GÓMEZ, 2014). Pelo contrário, a incapacidade de transformar esses recursos financeiros em inversões produtivas contribui para acentuar a dependência para com esse fenômeno demográfico e as remessas obtidas a partir dele (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014). Logo, é possível argumentar que os efeitos das remessas na economia paraguaia se aproximam daqueles apontados pelos teóricos “estruturalistas”.

Em consonância aos resultados apresentados, Hapeln (2009) ressalta-se o fato de que *“la ausencia de políticas inclusivas no hace más que presionar a la población a su emigración, lo que satisface un círculo vicioso al que se suman las remesas – como capital obtenido por el Paraguay – como válvula de salida permanente frente a sus cíclicas crisis”*

(HALPERN, 2009, p. 6). Entende-se, portanto, que as remessas se constituem como uma importante face dos processos emigratórios paraguaios. Se, por um lado, vimos nos capítulos anteriores que esse fenômeno demográfico tem efeitos importantes sobre o mercado de trabalho, nomeadamente ao amenizar as estatísticas laborais e se apresentar como uma alternativa frente às dificuldades de inserção laboral, por outro lado, as remessas tem o papel de complementar a renda domiciliar daqueles indivíduos que ficaram no Paraguai.

Ainda que não tenha sido observado algum efeito das remessas na diminuição da proporção de domicílios em condição de pobreza quando em comparação com os domicílios não receptores desses recursos, é inegável sua importância, pois elas são responsáveis por diminuir as diferenças de renda para com os demais domicílios paraguaios e, com isso aliviar as precárias condições estruturais e econômicas em que eles se encontram (GÓMEZ, 2016).

Por fim, há que se destacar que discutir as remessas financeiras de migrantes dever ir além de debater de seus efeitos para as sociedades receptoras, isso porque, ao considerá-las como resultantes de uma relação social, deve-se incorporar na discussão aspectos sobre a inserção laboral dos migrantes, buscando assim analisar as condições nas quais esses recursos financeiros são gerados (GÓMEZ, 2014). Com isso, traz-se novas perspectivas de estudos para esse debate e demonstra-se o quanto ele é vasto. Portanto, esse é o desafio que ficará para pesquisas futuras, não sendo possível abordá-lo neste estudo.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo analisar a emigração internacional paraguaia mais recente e seus efeitos para essa sociedade de origem. Para isso, primeiramente, fez-se necessário reconstruir a história emigratória desse país, buscando ao longo dessa reconstrução identificar quais as causas estruturais que fomentaram os deslocamentos observados em cada período histórico, especialmente a partir dos meados do século XIX. A partir dessa análise, foi possível perceber que o fenômeno demográfico em estudo se constitui como uma variável estrutural que permeia a história nacional (GODINHO, 1987, LEEDS, 1983 e CEPEDA, 1995). Desde o final da Guerra Tríplice Aliança (1864 – 1870), período o qual iniciamos nossa reconstrução histórica, até mais recentemente (2010), o Paraguai experimentou perdas populacionais crescentes, mas, com importantes mudanças nos fatores determinantes desses deslocamentos. Se, em meados do século XIX, as questões políticas estavam entre as principais causas de fomento dos movimentos emigratórios, mais recentemente, as razões econômicas prevaleceram (ARRÚA, 2014).

Neste sentido, observamos a centralidade do setor agroexportador para a compreensão desses movimentos emigratórios. Afinal, conforme demonstramos ele é o principal setor da economia paraguaia, e nele baseia-se todo o modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado paraguaio, mas, por outro lado, esse setor econômico tem se mostrado incapaz de absorver parte importante da força de trabalho nacional. Assim, diante das dificuldades laborais enfrentadas, muitos paraguaios optaram por deixar o país em busca de melhores oportunidades.

Foi neste contexto que construímos a hipótese de que a emigração se constitui como um fenômeno fundamental para a sustentação do modelo de desenvolvimento vigente. Isso porque, acreditamos que ela se apresentou para o mercado laboral desse país como uma válvula de escape, aliviando a pressão sobre a demanda por trabalho. E, como contrapartida desses processos migratórios, a economia paraguaia passou a receber remessas financeiras enviadas pelos migrantes, remessas que constituíram, em si, foco de nossa análise.

Para avaliarmos essa hipótese, apresentamos, primeiramente, o perfil dos migrantes paraguaios, buscando assim qualificar essas perdas populacionais. Neste sentido, observamos que a emigração paraguaia é um processo que tem as características bem definidas: é majoritariamente feminino; com origens rurais; composto principalmente por jovens; e com nível de escolaridade crescente. Ademais, ainda que a grande maioria desses migrantes tivesse

trabalho antes de deixarem o país, eles tomaram essa decisão por razões laborais, motivados pela busca de melhores condições de vida.

Para o Paraguai, essas perdas populacionais geraram efeitos importantes. Dentre eles chamamos brevemente a atenção para os efeitos desencadeados nos arranjos familiares e a redução do capital humano com a migração de jovens cada vez mais escolarizados. Essas constantes perdas de mão de obra são decorrentes da interação entre a incapacidade de a economia paraguaia gerar emprego, conforme vimos ao longo do primeiro capítulo, com o crescimento sustentando da População em Idade Ativa. Afinal, observamos que o Paraguai passa pelo seu bônus demográfico e o que deveria representar uma oportunidade para o desenvolvimento do país está se apresentando como um problema social.

Nesse cenário, a emigração se constituiu como uma forma de aliviar as pressões sociais provocadas pela chegada desses grupos populacionais no mercado de trabalho, e, ao que tudo indica, ela continuará desempenhando esse papel nas próximas décadas, já que, conforme apontamos, projeta-se que a PEA desse país continuará com índices de crescimento superior àquele estimado para a população total.

Para reverter essa situação, é necessário implementar medidas efetivas em termos de absorção da força de trabalho, o que só se concretizará a partir de profundas transformações no modelo de desenvolvimento econômico paraguaio. Será indispensável estimular setores da economia que sejam capazes de gerar novos postos de trabalho, trazendo assim um novo dinamismo para o mercado laboral daquele país. Do contrário, será cada vez mais cabível a identificação do país enquanto uma “*usina de fabricação de mão de obra para exportação*”, assim como apontou Godinho (1978) ao tratar do caso português (GODINHO, 1978).

Mas, se, por um lado, houve um aumento das perdas populacionais para o exterior em um momento crucial para o desenvolvimento do Paraguai, por outro lado, a saída desses indivíduos proporcionou à economia nacional a entrada de novos recursos financeiros, afinal, parcela importante desses migrantes enviaram remessas financeiras para ajudar seus familiares que ficaram no país, estimando-se que, em 2010, 9,1% dos domicílios paraguaios receberam esse tipo de ajuda (DGEEC, 2010). Neste âmbito, analisamos a importância desses recursos tanto para economia paraguaia, quanto para os domicílios que as receberam.

No que diz respeito à sua relevância macroeconômica, chamamos a atenção para o peso das remessas em relação ao PIB, calculando-se que, em 2010, elas representassem 3,5% do produto interno desse país (WORLD BANK, 2017). Por outro lado, ao comparar o montante das remessas recebidas com as exportações, verificamos que a porcentagem aumentou e, para o ano de 2010, ela foi estimada em 6,0% (WORLD BANK, 2017). Isso significa que, em termos

absolutos, esse montante financeiro ficou atrás apenas dos valores das vendas de energia elétrica, de grão de soja e de carne para o exterior.

Todos esses aspectos reforçam a importância desses recursos e nos ajudam a compreender os interesses do Estado paraguaio em garantir as condições necessárias para que esses indivíduos continuem a enviá-las para o país.

Já, em relação a importância das remessas para os domicílios receptores, pudemos perceber, a partir das estatísticas da EPH, que esses recursos desempenharam um papel importante na composição da renda domiciliar (estima-se que, em 2010, elas contribuíram em 26,8% na renda *per capita* média) e na diminuição dos diferenciais de renda entre os domicílios receptores e não receptores de remessas.

Receber ajuda financeira de familiares residentes no exterior representou, para a grande maioria dos domicílios, aumentar melhor seu padrão de consumo, isso porque, 86,7% das pessoas que receberam essa ajuda, declaram que a mesma foi consumida em gastos de primeira necessidade (alimentação e vestuário). Com isso concluímos que as remessas cumprem o papel semelhante a uma transferência salarial, ao substituírem a renda daquelas pessoas que migraram. Ao mesmo tempo, a incapacidade dos domicílios receptores de consumir esses recursos em atividades produtivas – ou seja, aquelas que geram renda futura – contribui para acentuar a dependência para com esse fenômeno demográfico e as remessas obtidas a partir dele (GÓMEZ e BOLOGNA, 2014).

Destacamos que toda essa análise nos leva a crer que exista uma omissão por parte do Estado paraguaio. Ela decorre do fato de que a emigração traz benefícios econômicos, seja por suprir as demandas de parte da força de trabalho paraguaia, como também pela entrada de novos recursos financeiros, constituídos pelas remessas. Dessa forma, entendemos que o tratamento dessa problemática requer a introdução de transformações estruturais importantes. Conforme mencionamos anteriormente, é preciso estimular setores da economia que sejam capazes de gerar um volume de oportunidades de trabalho superior àquele observado no período considerado.

Por fim, devemos ressaltar que assim como qualquer estudo realizado no âmbito das Ciências Sociais, nossa análise apresenta limitações, que entendemos ser decorrentes principalmente das escolhas que foram feitas para examinar a emigração paraguaia. Nosso foco foi debater esse fenômeno demográfico pela perspectiva dos efeitos que ele provoca na sociedade de origem dos migrantes e centrando-se no debate entre a demografia e a economia. Em contrapartida, essas limitações nos possibilitam construir outras agendas de pesquisa, dentre as quais chamamos a atenção para estudos que busquem analisar: os efeitos desses processos

migratórios sobre os arranjos familiares; as trajetórias e as estratégias migratórias adotadas por esses indivíduos; a inserção desses migrantes nas sociedades de destino, algo fundamental para também compreendermos a esfera de produção das remessas financeiras, bem como os efeitos da nova política de população sobre esse fenômeno demográfico. Ademais, não podemos esquecer que nossa análise tratou da emigração paraguaia no início desta década (2010), o que torna necessário trazer as perspectivas atuais desse fenômeno, mas, para isso, é crucial termos novas estatísticas, afinal, foi essa limitação que nos fez escolher o ano de 2010 como nosso período de estudo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. M. R. e BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (Org.) **Migração internacional**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

ALTAMIRANO, J.; ODDONE, H. e FONTCLARA, E. M. Diagnóstico Preliminar de la Estructura Actual del Poder Ejecutivo. **Proyecto de Innovación Estructural del poder Ejecutivo de la República del Paraguay**. Paraguai, 2010. Disponível em: <[https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/PRY/00059603_Diagn%C3%B3stico%20Nacional%20Proyecto%20Innovaci%C3%B3n%20Estructural%20Poder%20Ejecutivo\[1\].pdf](https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/PRY/00059603_Diagn%C3%B3stico%20Nacional%20Proyecto%20Innovaci%C3%B3n%20Estructural%20Poder%20Ejecutivo[1].pdf)>. Acesso em 13 de jan. 2018.

ALVES, J. E. D. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. **Aparte**, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>>. Acesso em 16 de out. 2017.

ARRÚA, E. M. Escenario de la migración paraguaya. In: IV CONGRESO de ALAP. Peru: Alap 4., 2014. Disponível em: <http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL275.pdf>. Acesso em 4 de jun. 2017.

ASTA, G. P. Crecimiento demográfico y demanda sociales. **Población y Desarrollo**, n. 25, 2003. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/843>>. Acesso em 16 de out. 2017.

BALLESTEROS, A. G.; BASCO, B. J. e GONZÁLEZ, A. R. La inmigración latinoamericana en España en el siglo XXI. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM**, n. 70, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112009000300004>. Acesso em 23 de jan. 2018.

BARRETO, C. La pobreza y los ODM em el Paraguay: Escenarios y Políticas Públicas (Informe final). PNUD, 2009. Disponível em: <

<http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/es/publications/poverty-reduction/poverty-website/psia/paraguay-psia-full-report/Crisis%20PSIA%20Paraguay.pdf>>.

Acesso em 17 de jul. 2017.

BARRIOS, O. S. Migración de retorno de paraguayos residentes en la Argentina. **Población y Desarrollo**, v.2, n.2, 1990. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1061>>. Acesso em 4 de jun. 2017.

_____. Dinámica demográfica y Población Económicamente Activa. **Población y Desarrollo**, n. 25, 2003. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/845>>. Acesso em 16 de out. 2017.

BEDOYA, L. C. B. D. El envejecimiento de la población y el crecimiento económico: el caso paraguayo. **Población y Desarrollo**, n. 43, 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1124>>. Acesso em 16 de out. 2017.

BELDA, E. T. e PINTOS, R.M. El voto desde el exterior en las elecciones generales de Paraguay. In: **IX Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**. Montevideu: ALACIP, 2017. Disponível em: <<http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjIxMjgiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiOWVjMWRiNWRhNWMzMzhmMzM4NjM0NDBhYW5kMTJkMjgiO30%3D>>. Acesso em 16 de dez. 2017.

BETHELL, L. Introdução: A guerra do Paraguai – história e historiografia. In: MARQUES, M. E. C. M. **A GUERRA do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, J.M.P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

BINFORD, L. Remesas y Subdesarrollo en México. **Revista Relaciones**, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, v. 23, n. 90, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/137/13709005.pdf>>. Acesso em 10 de ago 2017.

BRUNO, S. Apuntes sobre la emigración internacional paraguaya. **Dossier Paraguay**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.grupoparaguay.org/Bruno_2010_dossier.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2017

_____. La encuesta complementaria de migraciones internacionales. **Seminario taller “Los Censos de 2010 y la Migración Interna, Internacional y otras formas de Movilidad Territorial”**. Chile: Santiago, 2008a. Disponível em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/07/Bruno_07.pdf>. 19 de ago 2017.

_____. “Las migraciones” desde la estadística: la hegemonía del Estado y la demografía **Jornadas interdisciplinarias: “Migraciones, derechos humanos y ciencias sociales la situación de la niña y la mujer migrante”**. Argentina: Buenos Aires, 2008b. Disponível em: <http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/07/Bruno_04.pdf>. 19 de ago 2017.

BUJÁN, R. M. e PÉREZ, M. G. La latinoamericanización de la migración en España. **Cuadernos geográficos**, n. 36, 2005. Disponível em: <<http://revistaseug.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/1706>>. Acesso em 23 de jan. 2018.

CANALES CERÓN, A. I. Remesas y desarrollo en América Latina: Una relación en busca de teoría. **Migr. desarro**, n. 11, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992008000200001>. Acesso em 10 de ago 2017.

CARRANCO, A. A. L. La política migratoria japonesa y su impacto em América Latina. **Migraciones Internacionales**, v. 3, n.3, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15103307>>. Acesso 17 de jul. 2017.

CARRÓN, J. M. “Transición Demográfico y Empleo”. **Población y Desarrollo**, n. 21, 2001. Disponível em: <http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1038/pdf_330>. Acesso em 16 de out. 2017.

CELADE. **Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica**. Disponível em: <<http://celade.cepal.org/bdcelade/imila/>>. Acesso em 12 de jun. 2017.

CEPEDA, F. J. T. Emigração: uma constante da vida portuguesa. In: _____. **Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural**. Bragança: Instituto Politécnico, 1995.

CEPAL. **La reacción de los gobiernos de las Américas frente a la crisis internacional**: una presentación sintética de las medidas de política anunciadas hasta el 30 de junio de 2009. Santiago: Cepal, 2009. <http://www.felixpena.com.ar/contenido/negociaciones/anexos/2009-05-reaccion-gobiernos.pdf>

_____. **Base de datos de población. Revisión 2016**. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e>. Acesso em 16 de out. 2017.

CERRUTI, M. e MAGUID, A. **El Retorno Voluntario desde España. Estudios de caso: Bolivia, Colombia y Paraguay**. Madrid: OMI, 2015. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Retorno_voluntario_Espana_Estudio_casos_0.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2017.

CIP. **Informe económico y de comercio exterior, Enero a Diciembre 2014/2015**. Disponível em: <http://www.cip.org.py/wp/wp-content/uploads/2015/08/IECEP-Enero-a-Diciembre_2015.pptx>. Acesso em 12 de jun. 2017.

CHIAVENATTO, J. J. **A guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COALE, A. J. The decline of fertility in Europe since the eighteen century as a chapter in human demographic history. In: COALE, A. J. e WATKINS, S.C. (Org.) **The decline of fertility in Europe**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

COVARRUBIAS, H. M. Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. **Revista Migración y Desarrollo**, n. 14, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992010000100004>. Acesso em 10 de ago 2017.

CUNHA, J. M. P. Apresentação. In: _____. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

DGEEC. **Resultados de la Encuesta Permanente de Hogares 2007:** Principais Indicadores de Empleo. Asunción, 2008. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EPH2007_Boletin_Pobreza/Boletin.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Resultados de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) 2011:** Principais Indicadores de Empleo e Ingresos. Asunción, 2012. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EPH2011/Boletin_Empleo_EPH2011.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Resultados de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) 2014:** Principais Indicadores de Empleo e Ingresos. Asunción, 2015. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/EPH2014/Principales%20Resultados%20EPH%202014..pdf>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Microdatos Encuesta Permanente de Hogares (EPH) 2010.** (2010a). Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/index.php>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Aspectos metodológicos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH). 2010** (2010b). Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/index.php>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. **Aspectos metodológicos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) 2015.** Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/register/EPH/Eph2015/Metodologia%20EPH%202015.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

DGEEC. **Aspectos metodológicos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) 2016.** Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/register/EPH/Eph2016/Metodologia%20EPH%202016.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. **Cuestionarios Encuesta Permanente de Hogares 1997/1998 a 2016.** Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/microdatos/index.php>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. **Censo Nacional de Población y Viviendas, 2012**. Paraguay, 2014. Disponível em: <http://users.pop.umn.edu/~rmccaa/IPUMSI/taller_lima_2014/12-paraguay_garrido_ipums-al_taller_2014.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. Diagnóstico sociodemográfico. **Paraguay. Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002 - Total País**. 2004. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Web%20Paraguay%20Total%20Pais/Paraguaytotalpais.htm>>. Acesso em 16 de out. 2017.

_____. **Paraguay Proyección de la Población Nacional, Áreas Urbana y Rural por Sexo y Edad, 2000-2025: Revisión 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/proyeccion%20nacional/Estimacion%20y%20proyeccion%20Nacional.pdf>> Acesso em 16 de out. 2017.

_____. **Indicadores de empleo (serie completa 1997/9 al 2016): Versión Revisada**. 2017. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/indicador2016/INDICADORES%20DE%20EMPLEO.pdf>> Acesso em 16 de out. 2017.

DOBRÉE, P. **Familias en tránsito: Migración y arreglos familiares en Paraguay**. **Centro de Documentación y Estudios (CDE)**, 2009. Disponível em: <<http://www.cde.org.py/publicacion/familias-en-transito-migracion-y-arreglos-familiares-en-paraguay/>>. Acesso em 16 de jan. 2018.

DOMENACH, H. **Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos**. In: CUNHA, J.M.P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

DOMENACH, H. e PICOUET, M. Capítulo I. In: _____. **Las migraciones**. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 1995.

DORATIOTO, F. **Introdução**. In: _____. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. 2. ed. rev. pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUQUE, G. e ROSSI, N. G. Crisis y migración: ¿el retorno esperado o búsqueda de alternativas? (Dossier Central). **Andina Migrante**, n. 5. Quito: FLACSO, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/931/1/BFLACSO-AM5-02-Duque.pdf>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

DURAND, J.; PARADO, E. e MASSEY, D. Migradollars and development: a reconsideration of the Mexican case. **International Migration Review**, v. 30, issue 2, 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2547388>>. Acesso em 10 de ago 2017.

ESPÍNOLA, L. Transición demográfica en el Paraguay y la región latino americana. **Población y Desarrollo**, n. 7, 1994. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1045>>. Acesso em 16 de out. 2017.

GARAY, S. M. C. Atores, dinâmicas e tendências atuais da questão agrária no Paraguai. In: **XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Santiago: ALAS, 2013.

GIBSON, C. J. e LENNON, E. Historical Census Statistics on the Foreign-born Population of the United States: 1850-1990. **U.S. Census Bureau, Population Division Working Papers**, n. 29, 1999. Disponível em: <<https://www.census.gov/population/www/documentation/twps0029/twps0029.html>>. Acesso em 05 de ago 2017.

GIL-AFONSO, F.; BAYONA-i-CARRASCO, J. e VONO DE VILHENA, D. Las migraciones internas de los latinoamericanos em España: del boom a la crisis económica. **Papeles de Población**, n. 71, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11223031002>>. Acesso em 23 de jan. 2018.

GODINHO, V. M. L'émigration portugaise (XVe. - XXe. siècles), une constante structurelle et les réponses au changement du monde. **Revista de História Económica e Social**, nº 1, 1978.

GÓMEZ, P. S. Remesas y estratificación social en el Paraguay: dinámica de la recepción de remesas del sur y del norte. **Migraciones** (34), 2013. Disponível em: <<http://revistas.upcomillas.es/index.php/revistamigraciones/article/view/2247>>. Acesso em 16 de dez. 2017.

_____. Remesas y (sub)desarrollo en los sistemas migratorios de Bolivia y Paraguay. **Rev. Ra Ximhai**, v. 10, n. 1, Universidad Autónoma Indígena de México, El Fuerte, México, 2014. Disponível em: <<http://www.journals.unam.mx/index.php/rxm/article/view/54164>>. Acesso em 16 de dez. 2017.

_____. Remesas internacionales sur-sur y norte-sur en Paraguay: patrones sociodemográficos, destino de los fondos y medios de circulación. **Estudios demográficos y urbanos**, v. 31, n.1 (91), 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-72102016000100143>. Acesso em 16 de dez. 2017.

GÓMEZ, P. S e BOLOGNA, E. Pobreza y remesas internacionales Sur-Sur en Paraguay. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em 16 de dez. 2017.

HALPERN, G. La Diáspora y el Paraguay Territorial. **Miradas en Movimiento**, v. 1, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2911038>>. Acesso em 17 jul. 2017.

HERKEN, J. C. Desarrollo capitalista, expansión brasileira y condiciones del proceso político em el Paraguay. **Nueva Sociedad**, n. 17, 1975. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/desarrollo-capitalista-expansion-brasilera-y-condiciones-del-proceso-politico-en-el-paraguay/>>. Acesso em 17 de jul. 2017.

IBGE. Censo Demográfico: População e Habitação. **Série Nacional**, v. 2. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2017.

_____. Brasil: Censo Demográfico. **Série Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2017.

_____. Censo Demográfico de 1960. **Série Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro, S.I. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2017.

_____. Censo Demográfico Brasil 1970. **Série Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro, S.I. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2017.

_____. Censo Demográfico: Dados gerais – Migração – Instrução – Fecundidade – Mortalidade. **Série Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n1_br.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2017.

IBGE. **Censo 2010**: apresentação. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>>. Acesso em 18 de jul. 2017(a).

_____. **Censo demográfico 2010**: Questionário da Amostra. (2010a). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. Migrações externas – Total de imigrantes no Brasil. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP2&t=imigracao-estrangeira>>. Acesso em 05 de ago 2017 (b).

_____. **Dados Históricos dos Censos**: Estimativas da População – 1550 – 1870. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm>. Acesso em 07 de ago 2017.

_____. **Censo demográfico 2010**: microdados, 2010b.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. (2010a). Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/censos_total_pais.aspxid_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135&t=3&s=7&c=2010>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010:** Cuestionario ampliado de viviendas particulares. (2010b). Disponível em: <https://observatoriocensal.files.wordpress.com/2015/12/ar_cueamp_2010.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010:** Aspectos operativos y metodológicos. (2010c). Disponível em: <http://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/metodologia_censo2010.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2017.

INE. Principias series de población desde 1998. **Estadísticas del Padrón continuo.** Disponível em: <<http://www.ine.es/jaxi/Tabla.htm?path=/t20/e245/p08/10/&file=01006.px&L=0>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

_____. **Censos de Población y Viviendas 2011:** cuestionario. (2011a). Disponível em: <http://www.ine.es/censos2011/censos2011_cuestionario.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. **Microdatos Censos Demográficos 2011.** (2011b). Disponível em: <http://www.ine.es/censos2011_datos/cen11_datos_microdatos.htm>. Acesso em 18 de jul. 2017.

JONES, R. Remittances and inequality: A question of migration stage and geographic scale. **Economic Geography**, v. 74, n. 1, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/144341>>. Acesso em 10 de ago 2017.

LEEDS, E. Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural. **Análise Social**, v. 19, n. 77/79, 1983.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde públ.**, v. 8, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03>>. Acesso em 07 de ago 2017.

LÓPEZ, M. Políticas públicas y emigración en Paraguay: esbozos para comprender el rol desempeñado por el Estado Paraguayo en materia emigratoria (1990-1996). **X Jornadas**

Argentinas de Estudios de Población. San Fernando del Valle de Catamarca: AEPA, 2009. Disponível em: < http://paraguay.sociales.uba.ar/files/2011/08/P_lopez_2009.pdf>. Acesso em 17 de jul. 2017.

MAESTRI, M. A. Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2009. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/nuevomundo/55579?lang=pt#quotation>>. Acesso em 14 de jan. 2018.

MAURIZIO, R. **Migraciones internacionales en Argentina: un análisis de sus determinantes y de su relación con el mercado de trabajo.** Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2006. Disponível em: < http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/Migraciones_Argentina_Maurizio.pdf>. Acesso em 07 de ago 2017.

MENEZES, A. M. Capítulo I. In: _____. **A herança de Stroessner: Brasil - Paraguai, 1955-1980.** Campinas: Papirus, 1987.

MINES, R. Developing a Community Tradition of Migration: A Field Study in Rural Zacatecas: Mexico and California Settlement Areas. **Monograph Series**, n. 3, Center for U.S.-Mexico Studies-University of California, 1981. Disponível em: < <http://escholarship.org/uc/item/72n33714#page-2>>. Acesso em 10 de ago 2017.

MINISTERIO DEL INTERIOR. **La política de población del Paraguay.** Santiago de Chile, 2009. Disponível em: < https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/esegovia_.pdf>. Acesso em 16 de out. 2017.

MORALES RAYA, E. Migraciones invisibles: el caso de los catalanes en Paraguay a finales del siglo XIX y principios del XX. **Nave@américa. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas**, n. 8, 2012. Acesso em: < <http://revistas.um.es/naveamerica/article/view/150051/133171>>. Acesso em 17 de jul. 2017.

MORÍNIGO, J. N. La matriz histórica del problema de la tierra em la sociedad paraguaya. **Revista Nova Polis**, n. 10, 2005. Disponível em:

<http://www.portalguarani.com/2093_jose_nicolas_morinigo/15032_la_matriz_historica_del_problema_de_la_tierra_en_la_sociedad_paraguaya_ponencia_de_jose_nicolas_morinigo_.htm>. Acesso em 11 de jun. 2017.

MOTA, C. G. A guerra contra o Paraguai: a história de um silêncio. In: MARQUES, M. E. C. **M. A GUERRA do Paraguai 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

ODDONE, H. **Perfil migratorio de Paraguay 2011**. Buenos Aires: OIM, 2011. Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/perfilmigratoriodeparaguay.pdf>>. Acesso em 17 de jul. 2017.

_____. Algumas consideraciones sobre los fundamentos ideológicos de la política migratoria del Paraguay. In: **3er Taller “Paraguay desde las ciencias sociales”**. Argentina, 2010.

_____. Los grave problemas de población en el Paraguay. **Población y Desarrollo**, n. 6, 1992. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/1053>>. Acesso em 16 de out. 2017.

_____. El “boom” de la población activa en Paraguay del siglo XXI. **Población y Desarrollo**, n. 15, 1998. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/942>>. Acesso em 16 de out. 2017.

_____. Paraguay: análisis de situación sociodemográfica. **Población y Desarrollo**, n. 30, 2005. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/761>>. Acesso em 16 de out. 2017.

_____. Política de Población: un hito en la toma de conciencia y desarrollo en el Paraguay. **Población y Desarrollo**, n.32, 2006. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/833>>. Acesso em 16 de out. 2017.

ODDONE, H. La Política de Población en el Paraguay: convirtiendo obstáculos en desafíos y oportunidades. **Población y Desarrollo**, n.36, 2008. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/718>>. Acesso em 16 de out. 2017.

PALAU, T. El Marco expulsivo de la migración paraguaya. Migración interna y migración externa. In HALPERN, G. **Migrantes; perspectivas (críticas) em torno a los procesos migratorios del Paraguay**. Asunción: Ápe Paraguay Migrantes, 2011.

_____. Migração Transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos Brasiguaios. In: PATARRA, N. L. (Org.) *Emigração e Imigração no Brasil Contemporâneo*. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995.

PALAU, T.; FISCHER, S.; PEREZ, N. **Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960**. Documento de trabajo. BASE Investigaciones Sociales, Asunción, 1997. Disponible en: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20120911120450/Doc90.pdf>>. Acceso em 11 de jun. 2017.

PALAU, T. et. al. **Los refugiados del modelo agroexportador. Impacto del monocultivo de soya en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción: Base IS, 2007.

PARAGUAI. **Ley nº 978/96 de migraciones**, 8 de novembro de 1996.

PATARRA, N. Migrações internacionais: uma nova questão demográfica. **R. Bras. Estudos Pop.**, 13 (1), 1996. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/451/pdf_426>. Acesso em 07 de ago 2017.

_____. Transición demográfica resumen histórico o teoría de población. **Demografía y Economía**, v. 3, n. 1, 1973.

PATARRA, N. e OLIVEIRA, M C. F. Transição, transições. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Olinda: Abep. V.1, p.17-36, 1988.

PELLEGRINO, A. **Caracterización demográfica del Uruguay**. Universidad de la República: Programa de Población, 2003. Disponível em: <http://www.anep.edu.uy/historia/clases/clase20/cuadros/15_Pellegrino-Demo.pdf>. Acesso em 07 de ago 2017.

PERARO, M. A. A imigração para o Mato Grosso no século XIX – Mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidade. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: Abep. V.1, p.1-13, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/974/939>>. Acesso em 07 de fev. 2018.

PEREIRA, G. H. C. A. e CINTRA, R. Espanha e União Europeia: Análise da interdependência e as consequências da crise 2008-2013. In: III SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ESPM. *Anais...* São Paulo: ESPM, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo_pic_semic_final.pdf>. Acesso em 02 de ago. 2017.

PERINETTI, C. Migración zona de frontera y seguridad nacional. **Población y Desarrollo**, n. 17, 1999. Disponível em: <http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/932/pdf_230>. Acesso em 17 de jul. 2017.

PLATAFORMA CELAC. [SITE]. **Programa Tekoporâ: acerca del programa**. Disponível em: <<http://plataformacelac.org/programa/224>>. Acesso em 16 de dez. 2017

PNUD - PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PARAGUAY. **Ampliando horizontes: Emigración internacional paraguaya**. 2009. Disponível em: <<http://www.py.undp.org/content/paraguay/es/home/library/poverty/ampliando-horizontes--emigracion-internacional-paraguaya.html>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

POTTHAST, B. Mujeres cabeza de hogar y relaciones de género em Paraguay, siglo XIX y XX. In: GHIRARDI, M. e SCOTT, A. S. V. **Familias históricas: interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2015.

PROFIT, A. Imigração paraguaia contemporânea: elementos para a sua compreensão. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a18.pdf>>. Acesso em 11 de jun. 2017.

RAMÍREZ, J. e GONZÁLEZ, C. **Crisis y pobreza rural em Paraguay**. RIMISP, 2009. Disponível em: < http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1361899209CrisispobrezaruralParaguaypolicybriefsDTR1_rimisp_Cardumen.pdf>. Acesso em 17 de jul. 2017.

REICHERT, J. The Migrant Syndrome: Seasonal U.S. Wage Labor and Rural Development in Central Mexico. **Human Organization**, v. 40, n. 1, 1981.

_____. A Town Divided: Economic Stratification and Social Relations in a Mexican Migrant Community. **Social Problems**, v. 29, n. 4, 1982. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/800030>>. Acesso em 10 de ago 2017.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J.M.P. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

RITA, A. M. L. e LUCIETTO, F. A. Al sur de la frontera. Paraguayos en Argentina. Pluriestatalidad, límites y transiciones. In: **XX Taller “Paraguay desde las ciencias sociales”**. Argentina, 2017. Disponível em: < http://grupoparaguay.org/P_RitaLucietti2017.pdf>. Acesso em 23 de jan. 2018.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Campinas: Abep. 3, p.119-144, 1992.

SANCHEZ, B. N. A. **Emigração no Paraguai**: efeitos das remessas. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo: Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-26092011-105040/pt-br.php>>. Acesso em 16 de jan. 2018.

SCHWARCZ, L. M. Introdução: o espetáculo da miscigenação e Capítulo 1: Entre ”Homens de Ciencia”. In: _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense/CEBRAP, 1973, p. 29-60.

SOUCHAUD, S. De los campos agrícolas a los centros financieros: caracteres de la inmigración internacional en Paraguay a principios del siglo XXI. *IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población*. Huerta Grande, Córdoba: AEPA, 2007. Disponível em: < <https://www.aacademica.org/000-028/59.pdf>>. Acesso em 17 de jul. 2017.

_____. Aspectos políticos de la inmigración y emigración internacionales en Paraguay al principio del siglo XXI. **Estado actual y perspectivas de las políticas migratorias en el Mercosur**, Montevideo, 2009. Disponível em: < <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00553025/document>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

_____. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto int.**, v. 33, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000100006>. Acesso em 07 de ago 2017.

TAYLOR, J. E. The New Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process. **International Migration**, 37, 1999. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2435.00066/abstract>>. Acesso em 10 de ago 2017.

UCHÔA, G. Resistência armada no Paraguai: a luta contra a ditadura de Alfredo Stroessner. **Revista SURES**, n.4, 2014. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Uchoa_G-2014.pdf>. Acesso em 05 de ago. 2017.

UNFPA. **Situação da População Mundial 2014: o poder de 1,8 bilhão – adolescentes, jovens e a transformação do futuro**. 2014. Disponível em: < <http://www.unfpa.org.br/swop2014/link/SWOP2014.pdf>>. Acesso em 16 de out. 2017.

UNITED NATIONS. La población del Paraguay. **World Population Year**, 1974a. Disponível em: <<http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/c-c40.pdf>>. Acesso em 18 de jul 2017.

_____. La población de Argentina. **World Population Year**, 1974b. Disponível em: <<http://www.cicred.org/Eng/Publications/pdf/c-c2.pdf>>. Acesso em 07 de ago 2017.

_____. **World Population Prospects 2017**. 2017a. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em 16 de out. 2017.

_____. **World Population Prospects 2017: Key Findings and Advanced Tables**. 2017b. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf>. Acesso em 16 de out. 2017.

U. S. CENSUS BUREAU. **Census 2010**: questionnaire. Disponível em: <<https://www.census.gov/history/pdf/2010questionnaire.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2017.

U. S. CENSUS BUREAU. **The Hispanic Population: 2010**. 2011. Census Briefs. Disponível em: <<https://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-04.pdf>>. Acesso em 23 de jan. 2018.

VIÑALES, A. T. R. La economía paraguaya que crece y que excluye. Implicancias para el Mercado Laboral. **Población y Desarrollo**, n. 42, 2016. Disponível em: <<http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/861>>. Acesso em 16 de out. 2017.

ZENTENO, R. B. Transición demográfica en América Latina, tendencias y consecuencias sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 66, 2004. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3541452#>>. Acesso em 16 de out. 2017.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/paraguay>>. Acesso em 11 de jun. 2017.